



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
MATERNIDADE ESCOLA
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL
EM SAÚDE PERINATAL**



CAROLINE PEREIRA DAMIN PRITSIVELIS

**DA MATERNIDADE DO RIO DE JANEIRO À MATERNIDADE DA UNIVERSI-
DADE DO RIO DE JANEIRO: ASSISTÊNCIA, PRÁTICA E ENSINO MÉDICO
(1904-1930)**

**Rio de Janeiro
2020**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
MATERNIDADE ESCOLA
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM SAÚDE PERINATAL**

CAROLINE PEREIRA DAMIN PRITSIVELIS

<http://lattes.cnpq.br/4726561548288606>

**DA MATERNIDADE DO RIO DE JANEIRO À MATERNIDADE DA UNIVERSI-
DADE DO RIO DE JANEIRO: ASSISTÊNCIA, PRÁTICA E ENSINO MÉDICO
(1904-1930)**

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em Saúde Perinatal da Maternidade Escola, da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos para qualificação.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Rodrigues Braga Neto
<http://lattes.cnpq.br/7557971069321691>

Coorientador: Prof. Antônio Carlos Jucá de Sampaio
<http://lattes.cnpq.br/5996625850968077>

Rio de Janeiro
Março 2020

P9394	<p>Pritsivelis, Caroline Pereira Damin Da Maternidade Do Rio De Janeiro À Maternidade Da Universidade Do Rio De Janeiro: Assistência, Prática E Ensino Médico (1904-1930)/ Caroline Pereira Damin Pritsivelis. – Rio de Janeiro: UFRJ/ Maternidade Escola, 2020. 137.; 31 cm. Orientador: Antonio Rodrigues Braga Neto Coorientador: Antônio Carlos Jucá de Sampaio Universidade Federal do Rio de Janeiro, Maternidade Escola, Saúde Perinatal, 2020. Referências bibliográficas: f. 122 1. História da Saúde. 2. História da Obstetrícia. 3. Maternidade do Rio de Janeiro. 4. Maternidade das Laranjeiras. 5. Maternidade Escola. Universidade do Rio de Janeiro. 6. Dissertação. I. Braga Neto, Antonio Rodrigues II. Sampaio, Antônio Carlos Jucá de III. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Maternidade Escola. IV. Título</p> <p style="text-align: right;">CDD – 610.9</p>
-------	---

**DA MATERNIDADE DO RIO DE JANEIRO À MATERNIDADE DA UNIVERSI-
DADE DO RIO DE JANEIRO: ASSISTÊNCIA, PRÁTICA E ENSINO MÉDICO
(1904-1930)**

Autora: Caroline Pereira Damin Pritsivelis

Orientador: Prof Dr Antonio Rodrigues Braga Neto e Antônio Carlos Jucá de Sampaio

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Saúde Perinatal da Maternidade Escola da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre Profissional em Saúde Perinatal

Rio de Janeiro, 04 de março de 2020.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Antônio Rodrigues Braga Netto

Prof^a. Dr^a. Dilene Raimundo do Nascimento

Prof. Dr. Flavio Coelho Edler

Prof. Dr. Jorge Fonte de Rezente Filho

A Deus, Nossa Senhora, São José e Nossa Senhora da Con-
ceição.

Aos meus pais, que me ensinaram o valor e propósito da vida
e do estudo.

AGRADECIMENTOS

Ao professor Joffre, à professora Ana Paula, ao professor Jorge que acreditaram e confiaram em mim para seguir com esse trabalho tão importante. Construímos juntos, caminhamos juntos, aprendi com vocês em cada passo. Obrigada por cada ato e palavra de apoio e de incentivo.

Ao Professor Antônio Braga meu orientador, que sonhou junto comigo, construiu comigo e apostou nessa empreitada com muita coragem, me conduzindo pacientemente e persistentemente pelos caminhos dessa história.

Ao amigo e mestre Antônio Jucá de Sampaio, pela disponibilidade e paciência. Pela sua fundamental ajuda, pelas conversas, pelas risadas, pelas broncas e por todo o apoio, sem qual não teria sido possível chegar até aqui.

A todos os professores que nos acompanharam no programa de Mestrado Profissional em Saúde Perinatal da Maternidade Escola da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Sem vocês nada disso seria possível.

Ao meu amor, amigo, companheiro dois amores, Cristos, por todo apoio, incentivo e paciência durante esta jornada. Ao meu pequeno por cada risada, beijo e abraço ... Sem vocês, eu jamais teria conseguido ir tão longe ...

Aos amigos que dividiram comigo as agruras e as glórias do mestrado. Amigos sim, porque somos mais que colegas. Dividimos muito, e construímos uma sólida parceria. Sem vocês essa carga seria muito mais pesada e sem cor.

Às minhas amigas Ismê, Priscila, Maria Isabel e Ana Alice. Vocês foram capazes de aturar todas as minhas tensões, crises e ainda assim estiveram ao meu lado me dando carinho, amizade verdadeira e palavras que confortaram meu coração e acalmaram meu espírito ... e as risadas, essas salvaram meus dias!

Aos colegas da Maternidade. Desde a portaria, e por onde eu passava, me trataram sempre com carinho e respeito. As palavras de apoio e incentivo de vocês foi sem dúvida, muito mais importante do que possam imaginar.

À equipe da Biblioteca Jorge de Rezende, por toda a ajuda sempre.

A coragem conduz às estrelas, e o medo à morte.
(Sêneca)

Sucesso não é o final; fracasso não é fatal: é a coragem para continuar que conta.
(Winston Churchill)

RESUMO

PRITSIVELIS, Caroline Pereira Damin. **Da Maternidade do Rio de Janeiro à Maternidade da Universidade do Rio de Janeiro**: assistência, prática e ensino médico (1904-1930). 2020, 147f. Dissertação (Mestrado Profissional em Saúde Perinatal) - Programa de Mestrado Profissional em Saúde Perinatal - Maternidade Escola da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2020.

Fundada em 1904, com o nome de Maternidade do Rio de Janeiro, e em funcionamento até os dias atuais, a Maternidade Escola da Universidade Federal do Rio de Janeiro, representou o êxito de um modelo onde ações específicas, tanto nas esferas públicas como particulares, no sentido de criar um espaço moderno e higiênico, que prestasse assistência, às mulheres grávidas das camadas mais carentes da população da cidade do Rio de Janeiro, com destaque à sua atuação entre os anos de 1904 e 1930. Criada em um contexto de amplas transformações sociais, políticas e econômicas, que o Brasil e a cidade do Rio de Janeiro vivenciavam, este estudo se propõe a salientar a importância dessa instituição, não apenas como um espaço que destinava-se ao cuidado da saúde da cidade do Rio de Janeiro. Mas, entendê-la inserida em uma atmosfera de consolidação de áreas específicas da medicina como as de Obstetrícia e Ginecologia, além de um ambiente que ao não deter-se apenas à assistência, se dispunha a produção, propagação da ciência e ao ensino. Buscamos ainda, descortinar as relações de seus fundadores e membros com a filantropia e o combate a pobreza, na tentativa de encontrar respostas às questões latentes na sociedade, capazes de fundamentar assim as razões que solidificaram sua existência e manutenção no seio da sociedade. **Objetivos:** i) analisar a história da Maternidade do Rio de Janeiro, hoje Maternidade Escola da UFRJ, em seus primeiros anos de existência (1904-1930); ii) identificar as ações que estabeleceram a instituição em seu lugar de destaque; iii) criar as bases para um Museu Virtual da ME/UFRJ. **Método:** foi adotada a pesquisa exploratória, descritiva, com o uso da abordagem qualitativa, obtida através da análise documental. **Resultado:** foram encontrados importantes dados que fundamentam e propiciam a compreensão do período abordado. **Conclusão:** A consolidação e manutenção da Maternidade do Rio de Janeiro se justificam por um conjunto complexo de ações e medidas que ultrapassam a esfera pública e política.

Palavras-chave: História da saúde. História da Obstetrícia. Maternidade do Rio de Janeiro. Maternidade das Laranjeiras. Maternidade Escola. Universidade do Rio de Janeiro.

ABSTRACT

Founded in 1904, under the name of Maternidade do Rio de Janeiro, and still in operation today, the Maternity School of the Federal University of Rio de Janeiro, represented the success of a model where specific actions, both in public and private spheres, in the sense of creating a modern and hygienic space that would provide assistance to pregnant women from the poorest sections of the population of the city of Rio de Janeiro, with emphasis on their performance between the years 1904 and 1930. Created in a context of broad social, political and economic transformations, which Brazil and the city of Rio de Janeiro experienced, this study aims to highlight the importance of this institution, not only as a space that was intended for the health care of the city of Rio de Janeiro. But, to understand it inserted in an atmosphere of consolidation of specific areas of medicine such as Obstetrics and Gynecology, in addition to an environment that does not stop with attachments to assistance, production, propagation of science and teaching were available. We also seek to unveil the relations of its founders and members with philanthropy and the fight against poverty, in an attempt to find answers to the latent questions in society, capable of thus substantiating the reasons that solidified its existence and maintenance within society. Objectives: i) to analyze the history of Maternidade do Rio de Janeiro, today Maternidade Escola da UFRJ, in its first years of existence (1904-1930); ii) to identify the actions that established the institution in its prominent place; **Purpose:** i) to analyze the history of Maternity of Rio de Janeiro, today Maternity School of UFRJ, in its first years of existence (1904-1930); ii) identify the actions that established the institution in its prominent place; iii) create the bases for a Virtual Museum of ME / UFRJ. **Method:** exploratory, descriptive research was adopted, using the qualitative approach, obtained through documentary analysis. **Result:** important data were found that substantiate and provide an understanding of the period covered. **Conclusion:** The consolidation and maintenance of Maternidade do Rio de Janeiro is justified by a complex set of actions and measures that go beyond the public and political spheres.

Key-words: Health History. Obstetrics History. Maternity hospital of Rio de Janeiro. Maternity hospital of Laranjeiras. School Maternity. University of Rio de Janeiro

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Foto 1: Instalações da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, no prédio do Recolhimento de órfãos - 1918	28
Foto 2: Foto 2: Hospital Geral da Santa Casa de Misericórdia - ano 1918	31
Foto 3: Prédio principal da Maternidade do Rio de Janeiro – 1904.....	56
Foto 4: Equipe de médicos e enfermeiras na inauguração das obras realizadas na Maternidade em 1915. Ao centro, destaca-se o diretor Dr. Nabuco de Gouveia	89
Foto 5: Maternidade das Laranjeiras - 1930	109

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Atendimento do ambulatório da Maternidade do Rio de Janeiro (1904-1914) ..	62
Tabela 2: atendimentos da Obstetrícia da Maternidade do Rio de Janeiro (1904-1914)...	62
Tabela 3: atendimentos da Ginecologia da Maternidade do Rio de Janeiro, segundo estado civil (1904-1914)	62
Tabela 4: atendimentos da Obstetrícia da Maternidade do Rio de Janeiro, segundo estado civil (1904-1914)	63
Tabela 5: atendimentos da Ginecologia da Maternidade do Rio de Janeiro (1904-1914).	63
Tabela 6: atendimentos da Clínica Ginecológica e Obstétrica da Faculdade de Medicina (1918-1919)	103
Tabela 7: Receitas e Despesas da Maternidade do Rio de Janeiro (1913-1920)	105

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACOES

UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
MRJ	Maternidade do Rio de Janeiro
ME/UFRJ	Maternidade Escola da Universidade Federal do Rio de Janeiro
FM	Faculdade de Medicina
URJ	Universidade do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	17
1.1	Objetivos	22
1.1.1	Objetivo geral	22
1.1.2	Objetivos específicos	22
1.2	Justificativa	22
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	23
2.1	Saúde no Brasil: ensino e prática médica no século XIX (1808-1889).....	23
2.2	A situação da Obstetrícia e do ensino médico (1889-1904).....	38
2.3	Criação da Maternidade	48
2.4	A Maternidade e sua primeira década: Mudanças e disputas	56
2.5	A Maternidade do Rio de Janeiro (1915-1930)	90
2.6	A Maternidade da Faculdade de Medicina (1918-1944)	102
3	METODOLOGIA.....	110
3.1	Tipo do estudo	115
3.1.1	Local do estudo.....	116
3.1.2	Amostra do estudo	116
3.1.3	Critérios de inclusão e exclusão	116
3.1.4	Coleta dos dados	117
3.1.5	Análise dos dados	117
3.2	Riscos e benefícios.....	117
3.2.1	Riscos.....	117
3.2.2	Benefícios	117
3.3	Aspectos éticos.....	118
4	RESULTADOS	118
5	DISCUSSÃO	118
6	CONCLUSÕES.....	119
	REFERÊNCIAS.....	122
	APÊNDICE A - Museu Virtual Da Maternidade Escola Da Ufrj	134
	ANEXO A - Parecer Do Cep	135

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos 30 anos do século XX, observamos o desenvolvimento crescente de obras que dão conta de elucidar importantes aspectos sobre a História da Saúde. Podemos destacar na historiografia brasileira os exemplos de Jurandir Freire Costa, Gisele Sanglard e Maria Renilda Nery Barreto, Maria Rachel Fróes da Fonseca, Jaime Lerry Benchimol e Flavio Coelho Edler com suas pesquisas que tornam-se leituras obrigatórias para aqueles que pretendem produzir sólidas pesquisas sobre os aspectos que permearam o desenvolvimento da ciência e saúde no Brasil.

Contudo, não podemos deixar de perceber o enorme leque de possibilidades e espaços ainda não investigados em suas especificidades, de locais ainda inexplorados, principalmente no que tange à saúde da mulher no Brasil, nos anos finais do Império e nos anos da Primeira República (1889-1930). Apesar do relativo curto espaço de tempo que nos separa, as fontes que poderiam nos servir de base para elucidar e auxiliar na reconstrução desses períodos, são muitas vezes escassas, exigindo do pesquisador perceber pistas muitas vezes sutis, em diferentes tipos de fontes, que acabam nos levando a novas possibilidades de análise, revelando trajetórias e os agentes presentes nesse complexo processo de constituição e consolidação da assistência hospitalar especializada no Brasil, aqui exemplificado na experiência da fundação de uma maternidade pública na cidade do Rio de Janeiro, a Maternidade do Rio de Janeiro, hoje Maternidade Escola da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Além da importância inegável, a escolha do tema também tem algo de muito pessoal. Desde o começo, na seleção do tema, me peguei pensando sobre o porquê dessa escolha. Tive a sorte de nascer na extinta Maternidade Municipal Oswaldo Nazareth, popularmente conhecida como Maternidade Praça XV, em uma importante área histórica da cidade. E desde criança, sempre admirava os prédios antigos que permeiam as ruas do centro antigo da cidade com suas belíssimas arquiteturas, e me perguntava constantemente, quando foram construídas o u o que ali funcionava, e porque estavam abandonados nos dias de hoje, em alguns casos. Ainda bem pequena, acompanhava minha mãe em seus plantões na área de saúde, em um grande hospital privado tradicional, de beleza arquitetônica sem igual, fundado pelo Imperador D. Pedro II em 1870, também na região central do Rio de Janeiro, no bairro da Lapa, pelo qual era apaixonada. E desde então me perguntava sobre a sua criação, seus atendimentos, mas não tinha os meios capazes de me fazer chegar as respostas que tanto procurava.

Em 2002, já cursando História na Faculdade, fui pega de surpresa com o fechamento da maternidade onde nasci. Nesse momento, comecei a me questionar como importantes e tradicionais instituições públicas de saúde, da cidade do Rio de Janeiro haviam sido criadas? E por que, apesar de sua importância e necessidade, elas encerram suas atividades, e sua existência é praticamente “apagada”, esquecida?

Apenas depois de me tornar historiadora, e adquirir os métodos corretos para investigação científica, decidi responder essas perguntas em algum momento. Optei por uma formação inicial na graduação sobre o estudo da história do Brasil, com destaque aos acontecimentos do Brasil Colônia e Império (1808-1889), até a Revolução de 1930, período anterior a Era Vargas (1930-1945). Essa opção de estudo se definiu melhor na pós-graduação, onde a minha dedicação se voltou para a história do Rio de Janeiro.

Não posso deixar de citar aqui o encontro com o professor Antônio Carlos Jucá de Sampaio na minha pós-graduação (2009), que contribuiu muito para a qualidade da minha formação. Mais do que professor, um mestre, que cativa ao apresentar sua visão e experiência e inspira seus alunos.

Alguns anos depois de formada, e afastada do meio acadêmico, a oportunidade de me dedicar ao antigo desejo de responder às perguntas que tanto me inquietavam, surgiu ao receber o convite do professor Antônio Rodrigues Braga Neto, obstetra e entusiasta na área da história da Medicina, que alcançara o posto de presidente da Sociedade Brasileira de História da Medicina (2007-2009 e 2010-2012) para ingressar no curso de Mestrado Profissional da Maternidade Escola da UFRJ, que para a minha surpresa se encaixava exatamente no tipo de instituição que chamava a atenção dos meus olhos desde pequena.

Dentro do cenário da saúde pública no Brasil, com destaque especial a cidade do Rio de Janeiro, optei por delimitar dentro do enorme universo que abrange a Medicina em todas as suas divisões, o estudo da Obstetrícia no Brasil, onde encontrei a Maternidade Escola da UFRJ, que vem se destacando desde sua criação não só pela sua importância no estabelecimento de uma assistência de qualidade à mulheres durante a gravidez e no período posterior, bem como na produção de conhecimento científico significativo no campo da saúde. Além disso, a ME/UFRJ desde sua criação, tinha como um de seus objetivos principais tornar-se um local de formação profissional qualificada, e tem mantido essa disposição, estabelecendo-se como um pólo que concebe saberes e modelos de ensino e assistência capazes de serem reproduzidos nas mais diversas instituições do país, mesmo do mundo.

Algo que não devemos fazer é conceber a criação de uma instituição como a Maternidade do Rio de Janeiro como um fato isolado, ou apenas um ato administrativo. Não é possível

compreender todo o contexto que abrange a criação de uma instituição como essa, sem antes voltarmos até o início do século XIX. Esse retorno, é necessário porque só dessa forma podemos evidenciar as determinantes presentes em um período temporal diferente daquele que vivemos, porém capazes de elucidar atitudes e mentalidades que hoje não nos são tão claras.

Com a chegada de D. João, então Príncipe da Beira, e da Família Real Portuguesa, dá-se o início do ensino médico no Brasil, através da criação dos primeiros cursos médico-cirúrgicos na Bahia e no Rio de Janeiro, que serviriam não apenas para atender às demandas da Corte recém instalada em sua colônia americana, mas também atender a população comum que necessitava de atenção médica. O Rio de Janeiro, capital do Império e da posterior República, exemplo de modernidade e progresso do Brasil, por muitos anos contou com poucas exemplos de instituições de assistência médica, gratuita, de abrangência mais generalista - como a Santa Casa de Misericórdia (por volta de 1580) e a Policlínica de Botafogo (1900).

Mas ainda não se encontravam no Rio de Janeiro, nem mesmo no Brasil, outros serviços que atendessem as necessidades médicas de mulheres grávidas e seus recém-natos, em especial dos mais necessitados. A atuação da Faculdade de Medicina, dos profissionais médicos que agiam em diferentes frentes, da Academia de Medicina e da opinião pública nesse processo de construção do serviço de assistência a saúde da mulher foi fundamental, mas não podemos atribuir apenas a a esses fatores o êxito desse projeto. Outras circunstâncias atuaram diretamente nesse movimento. Porém a primeira instituição pública de assistência às gestantes, puérperas e recém-natos foi fundada na Capital Federal apenas em 1904, após 50 anos das primeiras demandas por esse tipo de estabelecimento.

Uma cidade em constante mudança como o Rio de Janeiro, que desde o início do século XIX vinha enfrentando intensas transformações urbanas, políticas, econômicas e sociais, acaba encontrando no processo de evolução em que a ciência médica se achava, um caminho capaz de responder às demandas surgidas na direção da criação de espaços específicos voltados ao cuidado de populações em risco como as gestantes e crianças menos favorecidas.

A instituição de campos da medicina voltadas ao cuidado da mulher e das crianças no Brasil, com uma atenção especial às classes menos favorecidas, deve o seu início às discussões surgidas ainda na segunda metade do século XIX. Nesse momento:

[...] os pobres e a pobreza eram colocados no centro das reflexões dos políticos e dos observadores sociais, atraindo novos atores e contributos, num tempo de grande efervescência ideológica. As elites co tintavam a dominar, mostrando-se influenciadas pelas preocupações governamentais com as causas estruturais da pobreza (ABREU, 2015, p.6)

O desenvolvimento e estabelecimento das áreas específicas como a obstetrícia, pediatria e ginecologia, colaboram para a delimitação de espaços de discussão importantes na sociedade. Essas discussões extrapolam os limites médicos e políticos, alcançando outras diferentes esferas sociais. Observamos nesse quadro a presença de um sentimento que unia muitos em prol de um mesmo sentimento: a filantropia.

A filantropia no Brasil serviria como resposta a uma certeza presente na sociedade brasileira do século XIX, que responsabilizava a miséria e as más condições de vida pelos principais problemas de saúde que afligiam a população. Nesse sentido, entende-se a ação dos médicos e intelectuais responsáveis por tornar ações pontuais relacionadas a saúde e, um projeto político, tratando-se não apenas de “um investimento exclusivamente financeiro mas, sobretudo, de colocar as competências profissionais a serviço dos mais frágeis” (ABREU, 2015, p.8). A filantropia foi capaz de mobilizar diferentes frentes de atuação na sociedade na defesa de setores específicos da sociedade.

Com a implementação da República e sua visão modernista acerca da realidade nacional, a preocupação com a saúde da população toma espaço, ainda que de forma muito direcionada, buscando o estabelecimento de uma imagem saneada e higiênica das cidades, onde o problema do cuidado com a infância fazia-se latente. Além da importância da instituição de uma infância saudável preconizada como o futuro da nação, buscava-se ainda afastar o temor de uma situação social futura ameaçadora, conforme bem expõe Gisele Sanglard (2015). Assim, intensificam-se os debates acerca das ações que buscassem acolher não apenas a infância, bem como as mulheres que se encontravam em necessidade em sua gestação e não tinham a quem recorrer para cuidar de si e de seus filhos.

Assim, esse trabalho buscará em um primeiro momento, mostrar o cenário anterior a criação dessa importante instituição, reconstruindo as lacunas e os caminhos trilhados pelos principais atores sociais envolvidos nesse processo, destacando as mudanças dos paradigmas e a criação de novos, ligados a esse movimento iniciado no alvorecer do século XIX, permitindo após longos anos de espera, a criação e consolidação de condições necessárias ao estabelecimento desse espaço de assistência e ensino já no século XX.

Em um segundo momento, discorreremos sobre o ambiente fomentado através dos anos que se seguem a criação da Maternidade do Rio de Janeiro até a década de 1930, buscando destacar os fatores capazes de conceder a este espaço de assistência e ensino prático da medicina, em especial da Obstetrícia e Ginecologia, o reconhecimento dentre as mais importantes instituições congêneres do país e dentre algumas do mundo, servindo como um bom exemplo de práticas e incentivo para a criação de novos espaços de assistência no país.

Diante das ainda insuficientes pesquisas que destacam e elucidam a importância dessas instituições no país, é importante promover novas pesquisas que abordem o contexto presente nesse período da história brasileira, onde possamos observar o surgimento das primeiras propostas e medidas na tentativa da solução dos problemas de saúde da população das grandes cidades do país. Outra abordagem possível para esses estudos, seria no caminho de mostrar a necessidade do fomento de maiores e mais concretas evidências da importância da manutenção e criação de novos espaços com essa finalidade, além da observação das atuais dificuldades em manter o funcionamento das instituições de saúde existentes, em especial as dedicadas à atenção à mulher.

Hoje, o caso da Maternidade Escola da UFRJ que nos seus 116 anos ininterruptos de assistência, ensino e fomento a pesquisa, poderá ser utilizada no sentido de servir como exemplo, através de sua história, de um exemplar de instituição que nas diferentes áreas de excelência dentro da Obstetrícia e Ginecologia, atua assistindo um significativo número de mulheres, provenientes de diferentes regiões do estado do Rio de Janeiro, de outros estados do país e alguns casos de outros países.

No decorrer de sua trajetória, a escolha da ampliação das áreas de assistência, com a adoção do atendimento em áreas específicas de excelência, a Maternidade hoje se encontra dentre as instituições mais proeminentes dentre as demais unidades de saúde da mulher, contando com um corpo coeso e multiprofissional de profissionais.

Dessa forma, este trabalho orienta-se no sentido de buscar através da análise das fontes e documentação disponíveis, a validação da urgência da proteção dos estabelecimentos de saúde voltados à assistência pública, em especial aqueles que tenham função estendida, como o caso da ME/UFRJ, que extrapola sua função inicial de assistência em si, tornando-se um destacado pólo de ensino na área da saúde, um centro de pós graduação, de construção de modelos replicáveis e de pesquisa científica inovadora.

A dissertação encontra-se dividida em 5 partes, onde abordarei de forma mais pontual os importantes momentos dessa trajetória. Na primeira parte, busco descortinar as condições preliminares que fundamentaram e possibilitaram a criação da Maternidade do Rio de Janeiro. Já no segundo, apresento uma análise dos 10 primeiros anos da instituição, destacando os seus principais aspectos nesse período. A terceira, traz a o processo de criação da Maternidade em si, até o momento de sua fundação em 1904. A parte seguinte, traz luz aos anos entre 1915 e 1922, período este que trouxe importantes alterações para a Maternidade. O quinto e último trará o período entre 1922 e 1930, com a volta de Magalhães para a Maternidade e sua atuação da administração da instituição.

1.1 Objetivos do estudo

1.1.1 Objetivo geral

Analisar a história da Maternidade do Rio de Janeiro, hoje Maternidade Escola da UFRJ, em seus primeiros anos de existência (1904-1930).

1.1.2 Objetivos específicos

- a) Identificar as ações que estabeleceram a instituição em seu lugar de destaque
- b) Criação das bases para o Museu Virtual da ME/UFRJ

1.2 Justificativa

O presente estudo surgiu da percepção do pesquisador da ausência do registro da história de uma instituição tão importante, não apenas para a cidade do Rio de Janeiro, bem como para todo o território nacional. A ME/UFRJ, desde sua fundação, ainda como Maternidade do Rio de Janeiro, e no decorrer dos anos de sua existência, tem em sua natureza valores e iniciativas que estão na vanguarda dos serviços de saúde do país.

Assim, acredito que ao conhecermos sua trajetória de êxito nos aspectos que se propôs a fazer, desde sua criação, possamos compreendê-la melhor, tornando-nos capazes de divulgá-la, no sentido de proteger a sua existência. Acredito, que o pouco conhecimento a cerca não apenas da história da ME/UFRJ, bem como da história da saúde perinatal na cidade do Rio de Janeiro, se deve a escassez de mais estudos nessa área, o que prejudica a consolidação de um espaço importante para pesquisa na área da saúde, com especial atenção aos fatores que estão nas bases do estabelecimento da saúde perinatal.

Os resultados obtidos com a pesquisa poderão contribuir positivamente para construir bases para o maior conhecimento acerca da temática em questão, e conseqüentemente fomentar discussões importantes sobre temas relevantes como aspectos relacionados a saúde pública, saúde da mulher, ensino, prática de profissionais na área da saúde, dentre outros. Colocar constante discussão os motivos que através dos anos levam a crises ou momentos de destaque, bem como identificar possíveis formas de evitar problemas que uma vez já afligiram a instituição

no passado, podendo assim contribuir para a construção de projetos que auxiliem na manutenção da instituição.

Por último, com a construção e registro de uma história tão rica e pertinente na área da saúde do Rio de Janeiro, espera-se estimular a fecundação de um sentimento fortalecido de respeito e reconhecimento da importância da instituição, capaz de alterar a forma de encarar a instituição no seio da sociedade, promovendo ações capazes de protegê-la e prorrogar sua existência.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Saúde no Brasil: ensino e prática médica no século XIX (1808-1889)

Entre os séculos XVI e XVII havia na Europa uma hierarquia bem delimitada entre os praticantes da medicina. No topo estavam os médicos ou físicos, de formação erudita e teórica. Em seguida, estavam os cirurgiões, que atuavam nas sangrias e cirurgias, algo menor, por ser visto como um ofício manual (LEBRUN, 1985). Havia ainda os boticários, que basicamente fabricavam e vendiam loções, emplastros e remédios para tratamentos de certos males, e por último os barbeiros, que não tinham uma formação empírica e oficial, mas se utilizavam de um saber prático, de um conhecimento adquirido (PIMENTA, 1998).

Os primeiros representantes da metrópole portuguesa só se instalaram em terras brasileiras 30 anos depois do início colonização portuguesa. Com eles, chegam também os primeiros praticantes da arte médica, compostos por um número bem reduzido de médicos e cirurgiões, além de alguns boticários, formados pela Universidade de Coimbra, e que seriam os responsáveis pelo cuidado da população colonial. As ordens religiosas, também desempenhavam importante papel ao ofertar a cura e o conforto não apenas da alma, bem como dos males que afligiam o corpo (GOMES, 1951).

Visto o número míngua de médicos em terra brasileiras, encontramos agindo em prol do cuidado com a saúde barbeiros e barbeiros-cirurgiões, em um primeiro momento portugueses e espanhóis, em maioria cristãos-novos, que realizavam desde cortes de cabelo e barba, extração de dentes e ainda sangravam, aplicavam ventosas e sanguessugas (FIGUEIREDO, 1999). Posteriormente, escravos negros e mestiços passam a atuar nesse ofício, de fundamental importância em um período onde a medicina ainda não conseguia alcançar a todos na vasta

colônia. Essa situação só começará a se alterar no século XVIII, quando Portugal buscando estreitar as relações com sua colônia, estimula a ida de brasileiros para realizar seus estudos de Medicina na Universidade de Coimbra, formando assim novos médicos para agirem no Brasil (VILLALTA, 2005).

Mesmo após essa importante feito, “ao longo do Oitocentos, a maior parte da população procurava tratar de suas moléstias no âmbito doméstico, muitas vezes recorrendo a terapêutas não reconhecidos oficialmente” (PIMENTA; DELAMARQUE, 2015, p.40). Existia assim, um tipo de medicina praticada por esses homens no Brasil, durante o período referido, capaz de produzir ciência, que recorria a conhecimentos eruditos adquiridos através de um ensino formal, mas que tinham destacadas características de um conhecimento que advinha também da observação e do empirismo, associando tradições cotidianas construídas na vida colonial (FURTADO, 2005).

Podemos determinar, como um marco do início de ações mais direcionadas em prol da saúde da população do Brasil a chegada de D. João e a Família Real em 1808. Com ela, veio além dos membros da monarquia em si, toda uma estrutura administrativa e burocrática. Vista a precariedade da situação sanitária da capital do Império e a forma que isso impactava diretamente nas condições de vida e saúde da população, era necessária a adoção de medidas que atuassem diretamente nesse quadro. Segundo Jurandir Freire Costa (1979, p. 29), “A pressão populacional e as exigências higiênicas da nova camada urbana aceleraram as necessidades de mudança.”

A primeira e mais importante a ser destacada nesse sentido é o decreto que cria as únicas, por um longo período de tempo, escolas médico cirúrgicas do Brasil, iniciando na Bahia em 1808 (Escola de Cirurgia da Bahia) e meses depois já em 1809, a do Rio de Janeiro (Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro), necessárias para a formação oficial de cirurgiões em território brasileiro. O jornal *Gazeta do Rio de Janeiro*, em sua edição de 12 de agosto de 1809 traz assim a notícia:

O Príncipe Regente Nosso Senhor em benefício da conservação, e saúde dos seus vassallos, mandou estabelecer no Hospital Real Militar, e da Marinha, nesta Côrte, uma Escola Anatômica, Cirúrgica, e Médica, com os Lentes, e correspondentes Cadeiras, para se proceder ao ensino na seguinte ordem (...) cuja Escola he particularmente destinada para instrução dos Cirurgiões que ignorão Anatomia, Phisiologia, e Medicina Pratica, e para ensino dos alunnos que se destinão á Cirurgia Militar, e Nautica (*Gazeta do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 12 ago 1809, p. 4).

O curso durava quatro anos, e ao final eram expedidas certidões capacitando os alunos a prestarem o exame final perante uma banca examinadora nomeada pelo então Cirurgião-Mor português José Correia Picanço, na presença de um Físico-mor.

Uma importante figura médica brasileira, professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (atual UFRJ) e criador da Escola Obstétrica Brasileira, Fernando Magalhães nos auxilia dando importante relato sobre os diferentes momentos do ensino médico no Brasil.

Fernando Augusto Ribeiro Magalhães (1878-1944), nascido no Rio de Janeiro em 18 de fevereiro de 1878, graduou-se médico pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1899. Ocuparia o cargo de professor interino de Clínica Ginecológica e Obstetrícia (1900 - 1901), livre-docência em Obstetrícia (1901-1910) e professor da Clínica Obstétrica (1911-1915). Diplomado membro titular na Academia Nacional de Medicina em 1901, travaria férteis e importantes discussões acerca dos mais diversos assuntos ligados a saúde pública da mulher e crianças, além de atuar diretamente em prol da qualidade do ensino e prática médica. Teve como sogro o professor da cadeira de Higiene e posteriormente de Clínica Médica, Nuno Ferreira de Andrade, conselheiro do Imperador Pedro II. Consagrado por seu trabalho na Faculdade de Medicina, nomeado diretor da mesma em 1930 e a reitor da Universidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1931 e 1934. Em 1933 foi eleito deputado pelo estado do Rio de Janeiro.

Sua importância percebe-se não apenas dentro da esfera médica, bem como figurando com destaque dentro da Academia Brasileira de Letras, onde ocupou por 18 anos a cadeira número 33, que pertenceu a Domício da Gama. Assim, essa destacada personalidade representa mais do que um espectador apenas, que observa e acompanha os acontecimentos fundamentais para a compreensão da história da medicina e da Obstetrícia no Brasil, indo além. Fernando Magalhães simboliza o pensamento desse período, pensando e retratando a medicina nacional, a partir de sua visão e vivência dentro do seu próprio campo.

Através de sua obra escrita, obtemos ferramentas capazes de reconstruir a expressão desse período, onde através da vivência dos acontecimentos nos permite visualizar e compreender todo o contexto apresentado, através uma percepção rica e cheia de detalhes.

Destacamos dois livros “A Obstetrícia no Brasil” publicado em 1922 e que nos oferece um excelente cenário sobre a obstetrícia nacional desde os seus primeiros dias até o momento em que se encontrava a época da publicação do livro. Já a obra “O centenário da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro” de 1932 escrito em comemoração a então centenária instituição, conta de forma bem detalhada os 100 anos de história da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

Assim, segundo ele, sobre a formação dos estudantes brasileiros em Coimbra,

[...]Brasileiros que se formassem em Coimbra, para voltar à Pátria e nela exercerem a clínica, foram em número muito escasso. O que mais se encontrava, nos lugares povoados, eram os cirurgiões aprovados. Vinham de Portugal e, perante o delegado do cirurgião-mor, apresentavam o seu attestado de exame constante de um auto de perguntas teóricas e de uma informação sobre o exame pratico não discriminado (MAGALHÃES, 1932, p. 44).

Em outra passagem, Magalhães enquanto versa sobre os cirurgiões aprovados no Rio de Janeiro, nos dá um excelente panorama sobre uma parte importante da história do ensino médico no Brasil e da atuação das parteiras.

De acordo com ele:

Os cirurgiões aprovados no Rio de Janeiro, dispendo-se o officio tão pouco remunerador, morando em logares longínquos, nem dispunham de recursos para empreendimento da viagem.

As parteiras, mulheres em geral velhas e paupérrimas, tampouco suportavam tais encargos e não podiam ser submetidas a provas de habilitação por não saberem, quase todas, ler e escrever. Nessa junta do proto-medicato, com exactidão havia uma única formalidade impreterível, a paga dos emolumentos: preenchida estas, a solicitação da carta era logo deferida (MAGALHÃES, 1932, p.45).

Apesar das disciplinas ministradas, os cursos médicos ainda contavam com um perfil meramente teórico, faltando a necessária prática, enfermarias e instrumentos para tais atividades. As precárias condições das instalações que compunham o curso médico, levam a sua reorganização e ampliação, com a adição de novas cadeiras, que aumentaria para cinco anos o tempo de ensino. Assim, ao final do 5º ano, segundo relato de Brenes (1991, p.138) os alunos:

[...] seriam preferidos em todos os partidos públicos aos que não tivessem esta condecoração; poderiam, em virtude de suas Cartas, curar todas as enfermidades onde não houvesse médicos; seriam, desde logo, membros do Colégio Cirúrgico; poderiam, todos aqueles que se enriquecessem de princípios e práticas a ponto de fazer exames que aos médicos determinavam, chegar a ter faculdade e grau de Doutor em Medicina.

Apesar dos avanços no ensino médico, Magalhães (1932, p. 214), nos mostra que pouco realmente se alterou ou avançou sobre o ensino e a prática obstétrica no Brasil. Magalhães informa que, o “socorro obstétrico” teria se iniciado em uma das enfermarias da Santa Casa de Misericórdia, ainda que de forma rudimentar, na década de 1830.

Durante a segunda metade do século XIX se intensifica na Europa o avanço da ciência, marcada por uma maior medicalização da sociedade e a tentativa de afastamento de práticas tradicionais e de caráter não científico. No Brasil, esse movimento não é diferente. A Coroa inspirada nos diferentes modelos civilizatórios vindos do velho continente, procura configurar

em terras nacionais novos modelos de formação intelectual e científica. O modelo francês e o inglês serviram de base para a criação de uma tradição científica, diretamente ligada ao Estado, tornando-se algo fortemente atrelado a ele, através de sua atuação na criação de novas instituições de ensino e o melhoramento das já existentes (LESSA, 2015).

Podemos inserir nesse contexto a criação de uma congregação de homens decididos a apurar o ambiente médico, buscando conceber férteis discussões em suas áreas de atuação, que seriam capazes de contribuir não apenas para melhorar as condições sanitárias e higiênicas do país, mas também estabelecer uma institucionalização e organização da corporação médica (PIMENTA, 1998). Assim, com a “bênção” do governo Imperial, nasce a Imperial Academia de Medicina.

Essa associação, tornar-se-a um espaço de inegável importância no âmbito das discussões que se seguirão sobre a necessidade de criação de um locais seguros e higiênicos para se dar à luz no Brasil. Foi fundada em 30 de junho de 1829, através da chancela do Imperador Pedro I, com o nome de a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro. Essa instituição desempenharia um papel fundamental na regulamentação e evolução da prática médica no Brasil (FERREIRA; MAIO; AZEVEDO, 1998). Ainda durante o período imperial, teria sua organização, estrutura e nome alterados, passando a chamar-se Academia Imperial de Medicina (1835-1889), tornando-se um profícuo espaço de discussão e desenvolvimento do exercício e do conhecimento em medicina, cirurgia e saúde pública. Torna-se também a responsável por servir ao governo imperial, como órgão de consulta sobre questões que envolvessem questões de saúde em geral e educação médica (CORADINI, 2005).

A alteração da notória precariedade na formação médica, amplamente discutida nos corredores da Academia de Medicina, se inicia com o decreto lei de 03 de outubro de 1832, assinado em um período conturbado da política brasileira, logo após a abdicação do Imperador D. Pedro I e instituição do período regencial, é dado um importante passo no que podemos considerar uma ação do Estado em prol da institucionalização e consolidação do ensino médico.

Segundo Brenes (1991) através de uma primeira reforma efetiva do ensino, que passa a exigir a obrigatoriedade da aplicação de exames preparatórios em diversas áreas de conhecimento, como em diferentes línguas incluindo o latim e o francês, além de questões de aritmética para a matrícula, escolas médicas passam ao status de faculdades de medicina, e o curso médico agora seria organizado em seis anos, com 14 cadeiras, aulas teóricas nas instalações da faculdade e prática nas instalações do recolhimento das órfãs (Foto 1), à praia de Santa Luzia, na área central do Rio de Janeiro. O decreto regulariza ainda o curso de farmácia em três anos, e

cria um curso formal de partos para mulheres. Essas alterações, que se mostraram essenciais, contribuíram diretamente para a institucionalização da profissão médica no Brasil.

Nesse mesmo período, iniciam-se no seio da comunidade civil e científica, ainda que incipientes, porém importantes e intensos debates, acerca de temas relacionado à higiene, à assistência aos mais pobres, à saúde feminina, cuidados com o recém-nato, mortalidade infantil e medicina tropical, ampliando o olhar e as áreas de atuação da medicina, que viria a provocar duras críticas ao ensino médico ministrado nas faculdades nesse momento.

Foto 1: Instalações da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, no prédio do Recolhimento de órfãos - 1918



Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 1918

Apesar de uma inicial e importante reforma em direção a melhoria e atualização do ensino médico, as faculdades de medicina do Rio de Janeiro e da Bahia ainda sofreriam por décadas, de períodos de investimentos insuficientes provindos do governo imperial, ocasionando a precariedade em laboratórios especializados e em suas enfermarias, muitas vezes insalubres. Essa situação, em nada contribuía para uma imagem positiva dos médicos, que viam seus serviços ainda preteridos em favor do cuidado das mulheres, conhecidas como parteiras ou aparadeiras, que detinham os saberes empíricos e tradicionais no cuidado com as mulheres grávidas e com o recém-nascido (MOTT, 2002).

A década de 70 do século XIX foi marcada por um intenso movimento de alterações, provocadas diretamente pelos ventos trazidos pelo segundo período da Revolução Industrial,

responsável pela alteração de importantes aspectos da economia mundial, delimitando e estabelecendo novas formas políticas e sociais (NEVES, 2006). No Brasil, essa onda de transformações, que se desencadearam após o fim da Guerra do Paraguai, encontra identificação em homens egressos das escolas de ensino superior do Império (Politécnica no Rio de Janeiro, as Faculdades de Direito do Recife e São Paulo e as de Medicina em Salvador e Rio de Janeiro), detentores de uma perspectiva diferente acerca da ordem política e social pré-estabelecida, da forma de distribuição do poder e do restrito acesso ao ambiente político, que estava organizada em torno da monarquia e do trabalho escravo (BARMAN, 2010).

Esse ambiente mostrou-se frutífero para críticas e debates sobre a necessidade de profundas reformas na ordem sociopolítica no país (ALONSO, 2009). E esse movimento, é fundamental para se compreender todos os eventos que se seguirão nas décadas seguintes e levarão ao fim do período imperial brasileiro.

É também através desse movimento, conhecido pela historiografia brasileira como a "Geração 1870", que podemos entender a chegada e aplicação de idéias e modernidades no ambiente social e político, com destaque especial as grandes cidades do Império, onde estratos da sociedade se depararam com espaço para novas perspectivas, compartilhando valores e expectativas, e organizando novas formas de ação (ALONSO, 2002).

A chegada e aplicação de importantes avanços tecnológicos nas décadas de 70 e 80 do século XIX em decorrência de maciços investimentos estrangeiros no Brasil, serão responsáveis por alavancar um importante surto de desenvolvimento, que pode ser exemplificado através da ampliação e melhoramentos da rede ferroviária, instalação das primeiras redes elétricas, dentre outros (HOBSBAWN, 2005). E justamente em meio a esses avanços, que conseguimos compreender a profunda alteração no ensino que se seguirá, e que inserirá a Faculdade de Medicina nesse universo tão esperado de avanço e notoriedade.

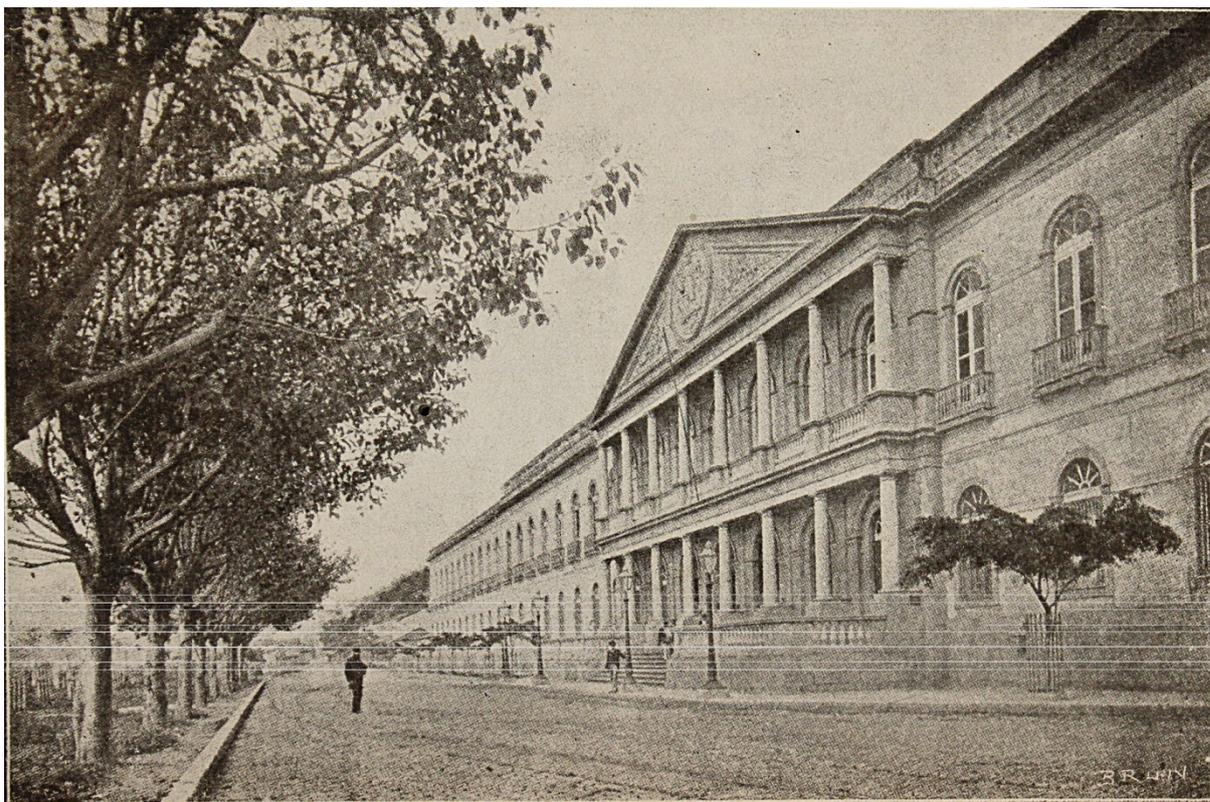
Importantes melhorias são implementadas, após as reformas Leôncio de Carvalho (1879) e a Sabóia (1883), que versariam diretamente sobre o que tange ao ambiente acadêmico, reestruturação completa das disciplinas existentes, ampliação e delimitação de novas áreas de pesquisa e prática, que seriam capazes de imprimir uma maior modernidade ao ensino e equiparando a estrutura construída para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro às suas melhores congêneres da Europa. Esse período, passa a ser considerado o período áureo por muitos alunos e lentes da própria instituição, onde discussões valiosas tomam a academia, como podemos ver através das palavras de Fernando de Magalhães, que declara ter sido um momento de “redenção tão completa nos costumes, nas instalações e de todo o prestígio da instituição (1932, p.96)”

Apesar desse momento ímpar da Faculdade de Medicina, a disciplina de Obstetrícia não compartilhava desse esplendor. Contando com importantes personalidades responsáveis pelo ensino da cadeira, dentre eles Luiz da Cunha Feijó, importante parteiro da Casa Imperial brasileira, Feijó Filho, Visconde de Sabóia dentre outros, a Obstetrícia não tinha logrado sucesso em sua principal solicitação: a construção de uma maternidade, um local próprio que unisse o ensino e prática, um lugar seguro para as mulheres terem seus filhos. Ainda sobre a assistência obstétrica, Magalhães nos dá um importante panorama, ao dizer que "antes que a Faculdade tentasse a instalação de sua clínica, só a Santa Casa fazia a assistência obstétrica. Houve época em que se montavam clínicas privadas para atender principalmente à escravatura, pois os senhores cuidavam das escravas parturientes" (1932, p. 217-218).

Desde de a criação das faculdades de medicina no Brasil, iniciaram-se as primeiras discussões sobre a necessidade da construção de locais exclusivos salubres e higiênicos para o atendimento das gestantes e dos recém-nascidos. Os primeiros esboços sobre a construção de uma maternidade na cidade do Rio de Janeiro datam de 1832, imprimindo uma proposta ousada e moderna, já que segundo Maria Lucia Mott (2002, pp. 199) "[...]até o final do século XVIII, as parturientes pobres eram atendidas em hospitais e asilos que atendiam topo tipo de doentes".

Durante a segunda metade do século XIX, constantemente a comunidade médica, através das Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia e da Academia Imperial de Medicina manifestou sua insatisfação frente à falta de maternidades e as soluções provisórias e precárias para este problema. Bahia e Rio de Janeiro sofriam com as condições precárias dos locais destinados às suas aulas práticas. No caso do Rio de Janeiro, o local para as aulas práticas de Obstetrícia foi estabelecido nos anos de 1840, no antigo prédio do Acolhimento de Órfãs, mas passaria por diferentes endereços até encontrar um local adequado. Passaria pelo prédio do Hospital Velho da Santa Casa (Foto 2), que sofreria com as interferências e desconforto das irmãs que se negavam a atender as mulheres acolhidas pela clínica, consideradas promíscuas ou prostitutas, ou ainda assistiria a negativa do Provedor da Santa Casa em ceder novas instalações, alegando falta de espaço para o atendimento (MARTINS, 2004).

Foto 2: Hospital Geral da Santa Casa de Misericórdia - ano 1918



Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 1918

Apesar da quantidade de casas de saúde e de parto existentes, em sua maioria de propriedade de importantes médicos da cidade, elas não conseguiam atender às necessidades de todas as mulheres grávidas. Primeiro por não serem suficientes para atender a todas as gestantes e segundo, pelo seu caráter privado, o que excluiriam do atendimento àquelas de classe menos favorecidas, ou que não tivessem dinheiro suficiente para pagar o atendimento e internação. Somado a isso, o desenvolvimento da Obstetrícia e Pediatria como especialidades, e seu destaque na esfera médica desde a segunda metade do século XIX, serviram de impulso para a intensificação de discursos em defesa da criação de locais próprios para o cuidado das mulheres e crianças. Nesse contexto, podemos destacar uma primeira tentativa de fundação de uma maternidade pública - a Maternidade Municipal de Santa Isabel (SANGLARD, 2015).

Com importante presença da imprensa e da sociedade civil, nas chamadas conferências públicas, em especial as da Glória (realizadas entre 1873-1889), das reuniões e debates da Academia de Medicina, petições dirigidas à Câmara Municipal e críticas de membros da Faculdade de Medicina, instituiu-se uma campanha pela criação de uma maternidade pública na cidade do Rio de Janeiro (CARULA, 2007).

Assim, nos primeiros anos de 1870, o médico José Rodrigues dos Santos, membro da Academia Imperial de Medicina e assistente da clínica de partos da Faculdade de Medicina,

lidera uma campanha direcionada a comunidade religiosa e a classe política do Rio de Janeiro, na intenção de arrecadar fundos necessários a construção de um prédio que comportaria a instalação da primeira maternidade pública da cidade do Rio de Janeiro (SANGLARD, 2015).

Sem muito sucesso, José Rodrigues dos Santos, decide criar por conta própria, no ano de 1876, uma casa destinada a partos e a maternidade, e decide pelo bairro de Vila Isabel, onde no ano seguinte, ele inauguraria sua Casa de Partos e Maternidade Santa Isabel (BARRETO, 2015).

Ainda segundo Barreto (2005), os anos seguintes, se caracterizaram pelo empenho do Dr. José Rodrigues dos Santos na tentativa de transferir a casa de partos para a esfera pública, porém sem sucesso. Apenas em 1880 a Câmara Municipal integra a Maternidade Santa Isabel a municipalidade do Rio de Janeiro, através da interferência de outro médico, Bezerra de Menezes, então presidente da Câmara. Esta maternidade, contaria em seu projeto inicial, além de sua função primordial de assistência, com um espaço capaz de fornecer um ambiente privilegiado para as aulas práticas de obstetrícia da Faculdade de Medicina, além de um serviço especializado de amas de leite.

Em 1881, a Maternidade Pública de Santa Isabel teve seu funcionamento autorizado, ainda que de forma provisória, sem sede própria, na Casa de Saúde Nossa Senhora da Ajuda. Destacamos aqui, um relato que fazia parte da descrição da memória histórica da Faculdade de Medicina de Rio de Janeiro, feita por um de seus lentes, o Dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão, presente no relatório do Ministério do Império de 1881, publicado em 1882. Em suas palavras, a criação da dita Maternidade, só foi possível já que:

De facto os proprietários da Casa de Saúde de N. S. Da Ajuda se offereceram para facilitar quanto possível esta obra meritoria, indemnizando-os simplesmente a Faculdade de despeza de alimentação das parturientes pobres, que foi calculada em 720\$000 mensaes, tomando a média de 20 leitos ocupados. Ora, sabemos todos que esta somma estava acima de nossas forças; mas, estando autorizada a Municipalidade a estabelecer uma maternidade, e tendo apenas pata isso a quantia de 80:000\$000 insufficiente para dar-lhe edificio proprio, conseguiu o Sr. Conselheiro Saboia que o respectivo Presidente annuisse em applicar o juro daquella quantia no estabelecimento provisório da clinica de partos da Faculdade e da maternidade municipal, entrando o Governo apenas com a quota annual de 5:000\$000.

[...]

Por aviso de 29 de março autorizou o Governo a applicação desse dinheiro, e não só mandou louvar os proprietários da Casa de Saúde, o lente de partos que se prestara a leccionar a aula de clinica sem retribuição, os Drs. José Rodrigues dos Santos e Daniel Oliveira Barros de Almeida, que também offereceram seus serviços gratuitos como assistentes, sinão também agradecer ao Sr. Commendador Roxo o seu valioso donativo. (Relatorio da Repartição dos Negócios do Império, 1881, p.22-23)

A inauguração da Maternidade também representou uma significativa alteração no quadro inquietante que há muito perdurava na Faculdade de Medicina, que era a ausência de um local apropriado para a instalação de sua clínica de partos. Sobre isso, o Dr. Ramiz Galvão nos deixa mais algumas palavras e um pedido enfático, onde:

Como a propósito de quasi todos os grandes melhoramentos internos realizados no anno de 1881 nesta Escola, o Governo não despendeu um real com este notável serviço; a dedicação da nossa Directoria e o concurso de alguns cidadãos beneméritos tudo fizeram. Resta agora que os altos poderes do Estado, compenetrados da importância do que se inaugurou, nos habilitem a conservar, a manter e a desenvolver a clinica obstétrica, assim como as outras conquistas do ensino pratico, e que não cedendo á grita do obscurantismo nem aos escrúpulos mal fundados de certos economistas, dotem o nosso orçamento com os meios necessários para illustrar convenientemente a mocidade que nos ouve e honrar a pátria que nos observa (1881, p.23).

No início do mês de abril do mesmo ano, a Maternidade é enfim inaugurada nas dependências da Casa de Saúde Nossa Senhora da Ajuda. Esse espaço abrigaria ainda a clínica obstétrica da Faculdade de Medicina, atendendo gratuitamente as mulheres que estivessem "nos últimos tempos de prenhez", como refere-se o anúncio nos jornais correntes na Capital Federal. O Governo Federal entraria com uma dotação mensal de 5\$000 (aproximadamente R\$ 615,00) e a Camara Municipal com o mesmo valor. A Faculdade de Medicina, também contribuiria com esse empreendimento, pagando uma quantia de 720\$000 mensais (aproximadamente R\$ 88.560,00 em valores atuais) que seriam utilizados para alimentação e acomodação das gestantes, podendo utilizar de uma sala pequena, composta por 20 leitos cedidos pela Casa de Saúde. Apesar do acordo, a Faculdade não dispunha da totalidade deste valor, contando com a ajuda financeira de particulares, com destaque ao auxílio do Comendador Oliveira Roxo, que desembolsaria grande parte da quantia (MAGALHÃES, 1932).

Mas, ainda no ano de sua criação, a Camara Municipal, através do presidente José Ferreira Nobre, queixa-se da falta do pagamento da dotação do Governo e pede providências para o acerto deste auxílio ausente desde sua inauguração e tão necessário para o funcionamento da instituição. Nova queixa da falta de pagamento é feita no mesmo ano, mostrando que a Maternidade Municipal Santa Isabel não teria um início fácil, apesar de sua importância (Jornal do Commercio, 10/07/1881, p.2). A falta dos pagamentos mostra que apesar da importância clara da instituição, parece que o Governo Federal não tinha a mesma opinião.

Através de ata da Camara Municipal, em outubro de 1882, temos acesso aos números do funcionamento da Maternidade durante os meses de abril de 1881 e setembro de 1882, nos dando uma breve idéia do funcionamento dessa maternidade.

Segundo relatório, passado pelo diretor Rodrigues dos Santos, foram atendidas 103 parturientes, sendo 68 eram escravas e 35 mulheres livres. Houve dois casos de varíola que foram imediatamente transferidas e dois óbitos maternos. De acordo com o demonstrativo do movimento cerca de 66% das mulheres eram escravas e 33% livres (Jornal do Commercio, 29/01/1882, p.2).

Nos cabe aqui buscar, frente aos números apresentados, compreender o significado do que significaria a informação que entre as 103 mulheres atendidas, 68 delas serem mulheres de origem escrava (66%). Como uma primeira constatação, quase óbvia, esse número representa, ainda que através de uma pequena amostra, a enorme quantidade de escravos ainda presentes na cidade do Rio de Janeiro. Apesar de ainda contarmos com a força de trabalho escravo, também devemos considerar que a poucos anos da abolição, os anos que se seguem podem ser caracterizados por uma intensa pressão da sociedade civil e política a movimentos pró-abolicionistas, contando com uma população ainda escrava, realmente expressiva nesse período. Outra importante percepção que podemos ter ao analisar esses números, é a possibilidade de mulheres livres se recusarem a dar a luz junto às escravas. Até que ponto isso poderia ser real? Infelizmente, não temos documentação que nos diga isso, mas podemos concluir visto a presença de uma mentalidade excludente, vigente na sociedade brasileira do final do século XIX.

Apesar da quantidade de mulheres atendidas, mostrando a sua importância na assistência prestada às grávidas em condições mais carentes, com destaque às escravas, seu funcionamento via-se prejudicado pelas modestas instalações e falta de recursos. Nesse ínterim, José Rodrigues dos Santos, diretor da Maternidade resolve apelar mais uma vez a Camara Municipal em fevereiro de 1883. Assim, segundo petição:

Do director da Maternidade de Santa-Isabel, pedindo que a camara o auxilie na construcção de um edificio, ou em contrario, pensando mais conveniente o fechamento da que actualmente existe: “O Dr. Rodrigues dos Santos director da Maternidade Municipal, pede no presente officio á Illma. camara o auxilie na construcção de uma nova casa para esse estabelecimento, julgando melhor, na hypothese que a municipalidade nada possa fazer a respeito, fechar o que actualmente funciona. Tendo a Illma. camara, em sua sabedoria, resolvido na ultima sessão extinguir a Maternidade, nenhuma solução tem a commissão de dar ácerca desse pedido: assim, entendendo que seja o officio arquivado. Sala das sessões, em 22 de Janeiro de 1883, - Dr. Silva Pinto - Dr. Luiz de Moura (Jornal do Commercio, 13/02/1883, p. 2).

Ainda durante o debate na Camara, ele diz que:

[...]Tendo a camara actual resolvido supprimir, por inutil e oneroso aos seus cofres, o serviço da maternidade municipal, tendo mais quanto esse serviço longe de realizar as vistas humanitárias da camara, só tem aproveitando a interesses particulares e de

nenhum modo justificados; acrescento a importante consideração de já haver a administração passada, durante a qual fôra elle creado, resolvido propôr a sua extinção: somos de parecer que se mantenha o propósito de supprimir do orçamento municipal a alludida despeza; sendo de notar, que é contrário aos princípios da sciencia a localização de um serviço tãoespecial, em uma casa de saúde onde são agglomerados os doentes diferentes moléstias, o que sem duvida concorre para prejudicar o melindroso estado puerperal das enfermas (Jornal do Commercio, 13/02/1883, p2).

Apesar da decisão pelo encerramento das atividades da tão efêmera instituição, o projeto de uma maternidade municipal ainda figuraria nas edições seguintes nos jornais da capital carioca durante o ano de 1883. Desta vez, o problema era dívida da municipalidade com a Casa de Saúde Nossa Senhora da Ajuda, durante o período de funcionamento da Maternidade Santa Isabel neste endereço, que era constantemente lembrada e cobrada pelos seus administradores e donos.

Ainda no ano de 1883, José Maurício Wanderley, o Barão de Cotegipe, o novo Provedor da Santa Casa, oferta à Faculdade de Medicina novas instalações para a instalação de todas as suas clínicas, exceto para a Obstetrícia. Para a a clínica Obstétrica, ele oferece o uso das antigas salas da secretaria da Santa Casa, para que ali se estabelecesse o novo serviço de mulheres grávidas livres ou escravas e as aulas práticas, que não continham nenhuma condição de higiene. E por último, o Provedor proíbe a entrada dos alunos dessa cadeira nas dependências do Hospital da Misericórdia (BARRETO, 2015).

Depois desses acontecimentos, mais uma vez vamos encontrar a participação popular e da comunidade médica, em mais uma tentativa em prol da criação de uma maternidade pública, após o fracasso da tentativa da Maternidade Santa Izabel.

Em novembro de 1884, encontramos o Dr. Erico Marinho da Gama Coelho, médico formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e lente da cadeira de Obstetrícia e Ginecologia desde 1883, atuando como orador em uma das Conferências Populares da Glória. Em sua apresentação, intitulada “Da assistência de partos no estrangeiro e ensino respectivo”, temos uma crítica feroz ao impasse estabelecido com a situação precária das instalações da clínica Obstétrica e da Santa Casa de Misericórdia, estabelecendo uma defesa bem fundamentada pela necessidade da criação de uma maternidade pública, porém de qualidade, além de um espaço adequado que pudesse acomodar o ensino prático dos alunos da Faculdade de Medicina (CARULA, 2007).

Por aproximadamente uma hora, o Dr. Erico Coelho versa sobre as características presentes na assistência obstétrica em países da Europa, destacando a experiência francesa e inglesas. Discorreu ainda sobre a necessidade do estabelecimento de um espaço destinado ao aten-

dimento as gestantes e parturientes, que se afastasse do modelo existente na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde a clínica de partos estava ligada ao hospital da Misericórdia, próxima as demais enfermarias, fato que poderia colocar em risco a vida e a saúde das mulheres atendidas. Mostrou ainda, a necessidade do empenho de todos para a obtenção de um local conveniente e condizente com todas as condições higiênicas recomendadas pelos mais atuais ditames da ciência moderna e digno da capital do país (CARULA, 2013).

O envolvimento do Dr. Erico Coelho com a questão da criação de uma maternidade não para por aí. Em 1886, como membro da Academia Imperial de Medicina, ele discorre sobre dois projetos que deveriam ser apresentadas ao Governo Imperial: a primeira propõe a criação de um local próprio e salubre para a instalação de uma maternidade e a segunda pede a imediata intervenção do Governo Imperial da Santa Casa de Misericórdia, agindo diretamente na assistência aos partos e moléstias das mulheres (BARRETO, 2015).

Visitas frequentes do Imperador e do Ministro do Império aos laboratórios e locais de práticas indicavam que, estes se encontravam de acordo com os princípios da modernidade que governo brasileiro buscava imprimir no país, mas o mesmo não poderia se dizer sobre a Maternidade da Faculdade, considerada em condição sofrível e pobre, incapaz de atender os preceitos mínimos de higiene e salubridade hospitalar (MAGALHÃES, 1932). Se nada ainda podia ser feito pela Maternidade da Faculdade, o ministro do Império após discussões e sugestões de membros da Academia Imperial de Medicina, e demandas discutidas no seio da Faculdade de Medicina, resolveu alterar as posturas sobre o funcionamento das casas de saúde e maternidade da cidade, removendo aquelas que se encontravam em áreas entendidas como inapropriadas e impedindo o funcionamento delas em prédio que não estavam de acordo com os preceitos estabelecidos pela ciência e higiene.

Entre os anos de 1883 e 1889 em diversos jornais da corte destacam-se alguns dos principais nomes da medicina nacional, membros da Faculdade de Medicina, criticando as condições do prédio em que se encontrava a Maternidade da Faculdade. Sessões da Academia de Medicina também tornam-se palco de discussões acaloradas em prol da obtenção de fundos para a criação de um novo espaço de assistência de partos e para o cuidado com a saúde das mulheres. No ano de 1888, o Jornal do Comércio divulga na coluna intitulada “Maternidade Santa Isabel”, que:

Parece que o Sr. Dr. Rodrigues dos Santos vai finalmente ver realizado o pensamento que teve ha alguns annos e nunca mais abandonou, de crear nesta capital uma casa de maternidade.

Está sendo organizada, segundo nos informão, uma associação de senhoras, que, com a denominação de Damas da caridade, pretende levar a effeito aquelle

pensamento (26/08/1888, p.2).

Em 1888 após o retorno de sua terceira viagem internacional, D. Pedro II e a Imperatriz são recebidos com festividades financiadas por uma subscrição realizada na cidade do Rio de Janeiro, o que causa o espanto do monarca que responde ter preferido que a quantia gasta em sua recepção deveria ter sido gasta em “[...] alguma instituição de utilidade pública: por exemplo, a fundação de uma maternidade sob a invocação de Santa Isabel, onde a sciencia e a caridade poderiam achar digno agasalho” (26/08/1888, p.2), unindo uma noção de modernidade e ciência a religiosidade e caridade tão presente nesse sociedade.

Veremos o assunto da maternidade voltar a pauta em 1889, quando a sua construção é finalmente aprovada e iniciada, poucos meses antes da Proclamação da República, após passar por diferentes departamentos no Governo. A obra, seria iniciada em um terreno cedido pela Ordem Carmelita, localizado na Lapa, situado ao lado do Convento do Carmo e doado para a municipalidade ainda em 1880 (BARRETO, 2015). Assim, em 2 de maio, em uma cerimônia coberta por diversos jornais da capital, e que contou inclusive com a presença do Imperador, é assentada a pedra fundamental do futuro edifício da maternidade. Nos meses seguintes, coube ao diretor da Faculdade de Medicina apresentar ao Ministério do Império os estatutos da maternidade e o nome do futuro diretor, que seria ninguém menos que o lente da cadeira de obstetrícia e ginecologia (Jornal do Commercio, 3/5/1889, p.1).

Com o final do período imperial brasileiro e o estabelecimento da República, encontramos assim a situação do ensino e da prática médica. A Faculdade de Medicina, continuava a depender da “boa vontade” dos Provedores da Santa Casa de Misericórdia em fornecer espaços em suas dependências ou no Hospital da Misericórdia para a prática da clínica de partos, esperando o final da obra do que seria a sua maternidade e um espaço destinado ao atendimento das mulheres mais pobres e necessitadas do Rio de Janeiro. Apesar da urgência e importância da criação de novas maternidades públicas na cidade do Rio de Janeiro, nenhum outro projeto relacionado a saúde das mulheres ou a criação de novos espaços de assistência a mulher e seus filhos foi observado durante esse período, talvez pela observância da falta de espaço político para o sucesso desses projetos.

2.2 A situação da Obstetrícia e do ensino médico (1889-1904)

A cidade do Rio de Janeiro, capital política e econômica e irradiadora cultural para todo o país desde os anos finais do Império, sente de forma profunda e turbulenta os eventos que levaram a abolição da escravidão e que culminam na mudança do modelo de governo. Problemas que já atingiam a cidade por longos períodos, se intensificam.

A República estabelecida no Brasil em 1889, influenciada por uma racionalidade positivista vai tentar implementar um novo panorama de modernidade, afastando-se do “atraso” advindo do período anterior. Esse contexto de mudanças, será palco de incessantes debates nas diferentes parcelas da sociedade, no empenho da elaboração de medidas capazes de intervir e alterar as condições sociais, econômicas e sociais vigentes. A principal idéia dos novos governantes, era incentivar de forma imediata a entrada do país na modernidade. Esta noção de modernidade, que segundo Margaria de Souza Neves

[...] era visto como a associação indissolúvel entre os conceitos de progresso e de civilização, redesenhavam o quadro internacional, acenavam com a possibilidade de um otimismo sem limites em função das conquistas da ciência e da técnica, impunham uma determinada concepção de tempo e história, e ocultavam, aos olhos da grande maioria o reverso de um panorama apresentado, quase sempre, como uma espécie de parusia terrena na qual as conquistas da técnica e do engenho humano transformariam a barbárie das guerras no reinado da emulação entre os países mais aptos, destinados a anunciar, por todo o orbe, a boa-nova da redenção do atraso. (NEVES, 2006, p.19)

Essa “marcha” progressista é acompanhada com a coexistência entre o antigo e o novo. Os mais pobres, em número cada vez maior no Rio de Janeiro, bem como nas demais cidades do Brasil, aglomeram-se de forma miserável em habitações precárias, nas áreas centrais da cidade, em contraste aos casarões luxuosos do Flamengo ou Botafogo.

Durante o percurso republicano, em especial na Primeira República, período estaremos debruçados, novos projetos relativos a saúde pública para a população mais carente serão vistos em prática, mas é necessário observar que nos primeiros anos do novo governo, a República enfrentou “anos caóticos tanto no plano do governo federal quando no da administração da capital da República” (COELHO, 1999, p.139).

Características já conhecidas da cidade como seu escasso saneamento, salubridade e higiene precárias e o abastecimento de água insuficiente não se alteram, repetindo nos anos iniciais da República importantes ondas de epidemias já conhecidas de cólera, febre amarela e varíola e intensificam casos de tuberculose e malária, aumentando a letalidade entre os habitantes da cidade. As altas taxas de mortalidade infantil e materna se intensificam e passam a ser

constantemente denunciadas na imprensa e debates no meio político e médico. Assim, essas ameaças que se revelavam na cidade do Rio de Janeiro, vistos como um verdadeiro problema social, precisavam ser enfrentadas “[...] a partir de decisões políticas claras dos governantes da cidade, conforme destaca muito bem Chalhoub (1996, p.32).

Uma marca da República foi elevar a importância de pareceres médicos e de engenheiros, tornando-os porta-vozes da modernidade. A atuação da Faculdade de Medicina e importantes membros de uma comunidade científica, com destaque para aqueles com alguma ligação com a política, tornam-se fundamental nesse momento, através da consolidação de uma nova prática: a realização de congressos e reuniões de cunho científico, que seriam palco de importantes discussões das ações necessárias em prol não apenas da modernização da medicina no país, bem como da tentativa da solução de antigas mazelas que impediriam o Brasil de alcançar a tal almejada modernidade, equiparando-se aos mais altos padrões de civilidade e novos costumes (AZEVEDO, 2016).

Como resultado direto dessas discussões e novas idéias, podemos perceber o surgimento das primeiras bases do higienismo, movimento que irá se estabelecer de forma mais aperfeiçoada por volta de 1920. O que vemos aqui ainda são algumas idéias ou princípios que serviram como suporte ideológico, dando assim validade para as ações saneadoras de caráter científico que se estabeleceram nos anos seguintes.

Nas palavras de Chalhoub, a união da crença existente de uma trajetória civilizatória somada a uma grandeza da nação através da solução dos problemas da higiene da população acaba por resultar no

[...] o processo de configuração dos pressupostos da Higiene como uma ideologia: ou seja, como um conjunto de princípios que, estando destinados a conduzir o país ao “verdadeiro”, à “civilização”, implicam a despolitização da realidade histórica, a legitimação apriorística das decisões quanto às políticas públicas a serem aplicadas no meio urbano (1996, p.35).

Essas ações segundo André Nunes de Azevedo, em muito respondiam à demandas da população do Rio de Janeiro, “[...] vitimada pela sucessão de epidemias que a vinha afligindo nos últimos cinquenta anos, pela pressão e médicos higienistas e, sobretudo após a fundação do Clube de Engenharia, pela pressão dos engenheiros” (2016, p.143), bem como as intenções das autoridades responsáveis que buscavam adequar a cidade caótica às novas demandas econômicas, políticas e civilizatórias, baseadas nos principais exemplos das cidades modernas europeias.

Nesse sentido, Chalhoub nos mostra que havia uma maneira que não seria política mas, científica, que extrapolaria questões particulares. Essa forma de pensar

[...] iria saturar o ambiente intelectual do país nas décadas seguintes, e emprestar suporte ideológico para a ação “saneadora” dos engenheiros e médicos que passariam a se encastelar e acumular poder na administração pública, especialmente após o golpe militar republicano de 1889 (CHALHOUB, 1996, p.35).

Assim, em novembro de 1889 a República chegou pondo fim ao Império, e impactando diretamente as recém iniciadas obras da maternidade. A construção do prédio sofrerá interrupções constantes, em diferentes momentos, ficando a cargo do Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos a responsabilidade sobre os materiais e sobre a realização da obra. Durante os anos seguintes, o ministério promoveu chamadas públicas para a apresentação de propostas vantajosas de fornecimento de materiais e prestação de serviços específicos, o que hoje entenderíamos como um tipo de licitação.

Em sessão proferida na Academia de Medicina no ano de 1892, o importante médico da Capital Federal, Dr. José Lourenço versando sobre as condições em que se encontravam a situação sanitária da cidade do Rio de Janeiro alega que,

[...]

Sanear o Rio de Janeiro tem sido sempre, em todos os annos o grito de alarma desta Academia, o assumpto predilecto dos discursos presidenciais nas sessões magnas, e entretanto, meus Senhores, os annos passam-se, os governos mudam-se e a nossa capital continua no mesmo estado (LOURENÇO, 1892, p. 23).

No ano de 1893 encontramos uma crítica contundente a falta de segurança e abandono do bairro da Lapa, que acabam indiretamente acusando o abandono da obra da maternidade nas páginas do periódico “Gazeta de Notícias”. Assim,

Chamamos a attenção da policia para estado de abandono em que actualmente se encontra o bairro da Lapa.

[...]As obras do edificio da Maternidade servem de couro aos taes malandrins, que atacam e roubam os que têm a infelicidade de por alli passar depois da meia noite (Gazeta de Notícias, 19/03/1893, p.1).

No ano de 1895, a crise em que se encontravam as finanças do Governo Federal, paralisam as obras por mais de uma vez. Encontramos nas páginas dos jornais que circulavam na Capital Federal diferentes notícias acerca das obras da Maternidade. Temos como exemplo a carta do engenheiro do Ministério do Interior, Sr. Dr. Henrique Fonseca justificando:

[...] que as obras do edificio da Maternidade ao caes da Lapa, têm fraco andamento pela exiguidade da verba (50:000\$) votada no orçamento vigente para essas obras. Os poucos operários que alli trabalham occupão-se, pois, em conservar as obras já feitas e outras pequenas obras, evitando que se deteriore o material adquirido e tudo quanto já feito naquelle edificio (Jornal do Comércio, 13/03/1895, p.2).

É nesse contexto de escassez de recursos financeiros, em especial provenientes do Governo Federal, que podemos entender a participação de importantes parcelas da sociedade da cidade do Rio de Janeiro, de forma ativa, na obtenção das mais diversas formas de recursos sejam eles financeiros ou materiais, para o auxílio da morosa obra da maternidade. Concertos, peças teatrais, bilhetes de loteria e leilões são organizados no seio das associações dos alunos da Faculdade de Medicina, das sociedades líricas, e entre as mais proeminentes famílias da cidade do Rio de Janeiro.

No início do ano de 1896 ainda podemos encontrar indícios que nos mostram, que apesar do empenho despendido, ainda eram necessários recursos para a criação da Maternidade, onde

Em viagem de recreio, seguiram hontem para os estados do sul os srs. Osório de Araújo e Dias de Freitas, muito dignos membros da directoria de alumnos de medicina que tomaram para si a tarefa de angariar donativos para a fundação de uma maternidade n'esta capital (Gazeta de Notícias, 03/01/1896, p.1)

Ainda em 1896, as senhoras das família mais proeminentes da capital, em mais uma tentativa de tirar a Maternidade do campo das ideias e trazê-la para a realidade, resolveram se unir em uma agremiação, que teria como missão, segundo o estatuto definido em reunião solene e inaugural de 18 de maio “[...] promover os meios de abrigar as mulheres grávidas pobres na maternidade, ampará-las durante o parto e proteger ao recém-nascido nos primeiros momentos de vida (Gazeta de Notícias, 10/05/1896, p.3)”.

A agremiação seria nomeada de “Associação Damas da Caridade”, e entraria em ação logo após sua criação, apelando para o “bondoso e generoso coração dos habitantes” da capital em busca de quaisquer contribuições. Os mais diversos eventos foram organizados para que fosse possível arrecadar a maior quantia possível. A Associação organizou arrecadação de doações, touradas nas arenas da rua das Laranjeiras, bailes, leilões e apresentações teatrais (Gazeta de Notícias, 10/05/1896, p.3).

Essa agremiação, bem estruturada contaria com funções bem definidas, que se iniciavam com a uma provedora, cargo de maior importância, e contava ainda com secretárias, zeladoras, uma tesoureira, uma procuradora, sócias honorárias e benfeitoras, que além da arrecadação de recursos, também seriam responsáveis pelos serviços administrativos da Maternidade. Homens também seriam aceitos na Associação, entrando entre os membros honorários e benfeitores. Veremos a atuação desse tipo de associação na fundação de outras instituições de saúde durante as décadas seguintes no Brasil.

Ainda no ano de 1896, encontramos mais um empecilho para o estabelecimento da Maternidade Pública da Capital Federal. O Governo Federal, alegando estar em crise financeira e não ter recursos suficientes para manter a instituição, resolve repassar a administração da Maternidade ainda em construção, para a Municipalidade, exigindo que a mesma conclua a obra (Gazeta de Notícias, 27/01/1897, p.1).

Após mais de um ano da decisão do Governo Federal e da lei que passaria a administração para a municipalidade, o então Prefeito Ubaldino do Amaral, em fevereiro de 1898, se negou a aceitar a transferência. Ele declara em carta aberta que:

Tendo o Ministério da Justiça e Negócios Interiores solicitado o accordo da Prefeitura Municipal do Districto Federal para que se faça effectiva á Municipalidade a transferência do serviço de maternidade, conforme os intuitos da lei n.429, de 10 de Dezembro de 1896, declarou o Sr. Dr. Prefeito Municipal, que, tendo submettido o assumpto a detalhados estudos e sobre elle attentamente considerado, é impossivel a aceitação de tal encargo, não só por não estar a Prefeitura habilitada a aceita-lo por deliberação do Conselho da Intendência, mais ainda por não dispor a Municipalidade de recursos para accudir á conclusão das obras e custeio de tão oneroso estabelecimento. O edificio destinado á maternidade é o que está em principio de construção no caes da Gloria e que só de cantaria e de mãos de obra representa centenas de contos. (Jornal do Commercio, 14/02/1898, p.2)

E novamente volta a esclarecer que:

Consultado se a Prefeitura tomaria a sí concluir as obras da Maternidade, e manter a instituição, respondi ao Sr. Ministro do Interior que faltava-me competência para on fazer, e que a situação financeira do Districto não lhe permitia assumir compromisso tão grave. A despeza com as obras orçará por 700 contos; a installação e custeio do estabelecimento devem ser avultados. Diversos institutos pesão já desproporcionalmente sobre o nosso orçamento; sendo para notar que em alguns delles não tem os poderes municipaes a mínima intervenção (Jornal do Commercio, 03/03/1898, p.3)

Sendo então ainda responsável pela construção da Maternidade, o ano de 1899 traria mais uma tentativa do Governo Federal em dar continuidade às obras da Maternidade. Através de um contrato anteriormente existente entre o governo e a Companhia de Loterias Nacionais, a mesma companhia deveria contribuir com um valor anual para alguns estabelecimentos. Em uma proposta para a prorrogação desse contrato entre os dois lados, a Companhia de Loterias Nacionais deveria participar com o valor de 500:000\$, aproximadamente R\$ 61.500.000,00 em valores atualizados (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019), para algumas instituições dentre elas o Instituto Benjamin Constant de cegos com cerca de R\$ 25.300.000,00, R\$ 13.400.000,00 para o Instituto dos Surdos - Mudos, R\$ 1.230.000,00 para o Asilo S. Luiz da Velhice Desamparada, o mesmo valor para o Instituto da Infância sob direção do Dr. Moncorvo e R\$ 12.300.000,00 para a continuação das obras do edificio destinado à Maternidade, que se

deteriorava ao tempo, conforme os jornais divulgavam quase que diariamente (Jornal do Comercio, 21/09/1899, p.4) .

No mesmo ano, a situação da construção da Maternidade Pública se torna alvo da plataforma de campanha de um pré-candidato, ao cargo de prefeito da municipalidade do Rio de Janeiro. João Cordeiro da Graça, sustenta como promessa de seu programa, construir a Maternidade, e criar nela uma escola de enfermeiras, conforme publicado nos principais jornais da capital da República em janeiro de 1899. Em março do mesmo ano, na sessão “Várias notícias” do Jornal do Comercio, a situação precária da obra é exposta em pedido da municipalidade, onde lê-se:

Em vista do que expoz o Ministério da Justiça em aviso de Janeiro último, o da Fazenda pediu ao da Industria que a Inspectoria das Obras Publicas fosse autorizada a executar os reparos urgentes de que necessita o tapamento de madeira do edificio á praia da Lapa, destinado á Maternidade, conforme reclamou a Prefeitura do Districto Federal, afim de evitar algum desastre provável (Jornal do Commercio, 10/03/1899, p.2).

O impasse entre os interesses e necessidades do poder executivo da cidade do Rio de Janeiro e o Governo Federal, somado a intensa crise econômica e política dos anos iniciais da República, que só serão superados no governo Campos Sales (1898-1902), podem ser identificados como responsáveis pelo arquivamento do projeto de construção da primeira maternidade pública no Rio de Janeiro. Alguns autores como Gisele Sanglard (2015), também endossam que devemos considerar outro importante fator para o insucesso da Maternidade Santa Isabel: o embate entre a Monarquia e a República, onde o principal personagem idealizador da maternidade José Rodrigues dos Santos, era um monarquista, apoiado diretamente pelo Imperador e pela Igreja Católica, em total oposição aos postulados na República implementada em 1889.

Os ventos não pareciam estar favoráveis à Maternidade do Rio de Janeiro. Sua criação só voltaria a ser novamente discutida, de forma mais categórica e dirigida, e com destaque dentro da própria classe médica, no 4º Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia em 1900.

A organização e realização desse congresso, ficaria a cargo da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, agremiação fundada ainda no período imperial (1886), composta por membros insatisfeitos saídos da Academia Imperial de Medicina, e que então passariam a se organizar em uma sociedade de forma muito semelhante à anterior. Assim, através dela, são pensados e realizados uma série de congressos em âmbito nacional, para a discussão de temas pertinentes à saúde da Corte e das demais cidades do país. Importantes nomes da medicina passariam a se reunir anualmente, inicialmente na cidade do Rio de Janeiro, para contribuírem

com novas abordagens acerca da educação, prática médica, saneamento e saúde. Previsto para realizar-se na cidade de São Paulo no ano de 1892, o 4º Congresso Brasileiro sofre severos revezes, não claramente elucidados nas fontes encontradas. O que percebe-se, é que apesar de uma organização atuante que promoveu os demais congressos, este em especial não obteve o mesmo empenho ou adesão necessária, vindo a realizar-se apenas em 1900, 8 anos após a data inicial proposta. O jornal *Brazil-Médico* é a melhor fonte para a compreensão, ainda que superficial, acerca da organização desses congressos.

Assim, no ano de 1900, a cidade do Rio de Janeiro sediará então o Congresso, e não São Paulo conforme previsto anteriormente. O congresso também entra na agenda dos eventos comemorativos do 4º centenário do descobrimento do Brasil. Segundo o jornal *Brazil-Médico*, os assuntos mais importantes abordados seriam febre amarela, paludismo e a tuberculose, entre outras doenças que afligiam o país (*Brazil Médico*, 22/03/1900).

Ainda de acordo com o *Brazil-Médico*, estavam presentes na sessão de inauguração o Presidente da República Campos Salles, acompanhado do Prefeito do Distrito Federal e o então presidente da comissão executiva do congresso Dr. Henrique Guedes de Mello, cujo discurso nos dá uma pequena pista do porquê da demora na execução do dito congresso. Em sua apresentação, ele diz:

A Comissão executiva, agradecendo a todos os colegas que concorreram com os seus trabalhos para o presente congresso, commeteria falta indesculpável, de que sempre se penitenciaria, se não agradecesse aqui em público, e com o maior reconhecimento o immenso auxílio que encontrou para a realização deste congresso no actual Governo, representado pelo Exm. Sr. Ministro do Interior, Dr. Epitácio Pessoa, o qual, como homem de sciencia, que é, e como Professor de uma de nossas escolas superiores, reconhece o valor destas reuniões scientificas e presta-lhe todo o apoio moral e material que o Governo pode dispensar (*Brazil Médico* 00021-00024, 1900, p. 216).

Após dias de discussões, os membros do congresso decidiram formar seis comissões diferentes que seriam encarregadas de fomentar as bases de criação de um sanatório para a cidade, organizar um congresso sobre a terapêutica de profilaxia da sífilis, discutir em conjunto com os poderes públicos a profilaxia de doenças oftalmológicas, organizar e promover o próximo congresso brasileiro, que seria realizado no ano de 1903 e a por último, porém não menos importante das funções, propiciar a criação de uma maternidade que se destinasse ao atendimento às gestantes carentes e servisse como um local para a assistência de "doenças de mulheres" (*Brazil Médico*, 1900).

Essa comissão foi presidida pelo Dr. Antônio Rodrigues Lima, e contava com nomes expressivos da medicina da Capital Federal. Dentre eles destacamos Dr. Vieira Souto (cirurgião

da Santa Casa de Misericórdia, membro da Academia Nacional de Medicina e da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro), Dr. Feijó Filho (de nome Feijó Júnior, filho do renomado professor da cadeira de partos e parteiro da Casa Imperial Luiz da Cunha Feijó, Visconde de Santa Isabel), Dr. Joaquim Cândido de Andrade (membro da Academia Nacional de Medicina e um dos fundadores da Policlínica de Botafogo) e Dr. Francisco Furquim Werneck de Almeida (médico da clínica ginecológica e obstétrica, fomentador do uso de anestesia em obstetrícia).

Esses homens agiram não apenas através de suas vocações laborais, mas tinham em si, os meios para minimizar “[...] os efeitos da miséria e do pecado, mas deveria buscar garantir a integridade física e moral das futuras gerações, incorporando em seus princípios e práticas os conhecimentos e o arsenal técnico-científico mais moderno disponível (FREIRE, 2015, p.114).

A escolha do nome de Antônio Rodrigues Lima para a presidência da comissão, requer uma explicação de quem era ele e como ele chegou até esse lugar.

Nascido no interior baiano, em uma família de posses e forte influência política, formou-se pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1875. Após uma viagem à Europa para atualização de seu estudo, retorna a Bahia onde elege-se Deputado entre 1881-1884.

O ano de 1885 traria uma disputa que marcaria sua carreira. Esses eventos são descritos em uma obra escrita e publicada no mesmo ano do evento por uma comissão onde os membros pertenciam a Mocidade Acadêmica da Faculdade de Medicina da Bahia do Terreiro de Jesus, em homenagem ao Dr. Antônio Rodrigues Lima chamada “A Questão”.

Assim, em agosto de 1885 abriu-se uma vaga de professor para a cadeira de Clínica Obstétrica e Ginecologia. Para ela se inscrevem Antônio Rodrigues Lima, já um médico bem estabelecido em Salvador, Climério de Oliveira e Deocleciano Ramos. De acordo com o relato,

[...] Recommendando-se por um trabalhar incessante, impondo-se pela força invencível do talento e fazendo-se respeitar pelo nome laureado que trouxera dos bancos da Academia, exhibio o primeiro dos concorrentes uma soma avultada de conhecimentos que comprovaram o subido conceito dispensado ao clínico consciencioso e habil. Perante a congregação, perante um auditório preparado para avaliar o grau de ilustração dos combatentes no terreno da sciencia, demonstrou o Dr. Rodrigues Lima que o conceito a si tributado é a perfeita expressão da verdade. Em todas as provas elle distancio-se dos demais competidores e muito principalmente do segundo, que mal sabia manejar o fórceps (1885, p.5)

Apesar de ter alcançado o primeiro lugar, Rodrigues Lima foi preterido pelo Imperador, que optou pelo segundo colocado Climério de Oliveira, para a cadeira de clínica obstétrica e

ginecológica da Faculdade de Medicina da Bahia, causando um verdadeiro sentimento de indignação, que gerou confusões e manifestações nas ruas de Salvador. As vozes contrárias a escolha do Imperador, justificam a escolha de Climério de Oliveira, por questões políticas e pessoais, visto o apoio de Rodrigues Lima ao movimento republicano.

As críticas a escolha de Climério Cardoso de Oliveira permeiam as páginas dos principais jornais da capital baiana, como podemos ver através do Jornal Gazeta da Tarde que relata:

Toda a gente criteriosa acha-se fortemente indignada.
 Foi consummado um grande attentado.
 S. Magestade manifestou-se dictador.
 O Dr. Climério Cardoso de Oliveira acaba de ser nomeado lente cathedratico de clínica obstétrica e gynecologica.
 Mas o direito vem protestar.
 Ainda está no animo de todos a posição saliente do Dr. Rodrigues Lima.
 Ante um illustrado e numeroso auditório Elle deo provas eloquentes de seus conhecimentos scientificos.
 Sua palavra foi escutada por essa escola de medicina.
 Suas opiniões ouvidas com respeito.
 A congregação deo-lhe o voto unanime para o primeiro logar.
 Entretanto S. Magestade abre o seo manto imperial para cobrir um protegido (Gazeta da Tarde, 29/10/1885, p.2).

Percebe-se que a crítica se faz não apenas a escolha, mas também como a Monarquia em si. Assim, segue ainda dizendo que

Pela vez primeira tão grave insulto foi atirado em meio de uma corporação científica.
 O ultimo acto do governo conservador veio provar que neste paiz não existe mais justiça.
 O nosso monarcha esmagou a liberdade e agrredio a lei.
 De hoje em diante o talento não tem mais importância.
 Nada valem o estudo, o trabalho e o amor pela sciencia (Gazeta da Tarde, 19/10/1885, p.28).

Com a queda da Monarquia e a chegada da República, a família Rodrigues Lima, volta a aparecer no cenário político. O irmão de Antônio, Rodrigues Lima é o primeiro presidente da província da Bahia eleito, governando entre 1892-1896. Já Antônio, passaria a ocupar o tão almejado cargo de professor da Clínica Obstétrica e Gynecologica na Faculdade de Medicina da Bahia, no lugar de Luiz Adriano Alves de Lima Gordilho, o segundo Barão de Itapuã, por motivo de sua morte. Ainda segundo sua biografia, no ano de 1894 transfere-se para a cadeira de Pathologia Geral. Nesse mesmo ano, é eleito pela Bahia ao cargo de Deputado Federal (período de 1894-1897). Valendo-se dessa situação, ele consegue através de uma permuta entre a Faculdade de Medicina da Bahia e a do Rio de Janeiro sua transferência, vindo a ocupar a mesma cadeira de Patologia, e assumindo seu cargo na Assembleia do Distrito Federal. Para o

seu lugar na Faculdade de Medicina da Bahia, segue Carlos Rodrigues de Vasconcelos para ocupar a cadeira de Obstetrícia (MAGALHÃES, 1932).

Assim, chegamos novamente ao ano de 1900, onde encontramos Antônio Rodrigues Lima ocupando os cargos de Deputado Federal, professor da cadeira de Patologia Geral (posteriormente Fisiologia) da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e Presidente da Comissão para criação da Maternidade do Rio de Janeiro (BARRETO, 2015). Ocupando esses espaços de sociabilidade e política, conseguimos determinar bem o papel de protagonismo do Dr. Rodrigues Lima, ao conseguir articular forças e alianças fundamentais para o êxito do projeto de fundação da maternidade.

Em 1901, a congregação de professores da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, se reúne para estruturar um novo conjunto de reformas, ao serem apresentadas desagradam a todos, gerando um período de instabilidade e turbulências na Faculdade de Medicina, que é bem descrito por Magalhães quando diz:

A turbulência provocada pelo código de 1901 levou a Faculdade à acefalia. Demitira-se o Diretor antes de ser nomeado o vice-diretor e, nas condições de mais velho, Feijó automaticamente assumiu a direção da casa. Extranho fado que preparou simultaneamente um advento e um abandono (MAGALHÃES, 1932, p.147).

A situação do ensino médico passava por grandes dificuldades. Com baixas dotações orçamentárias, entraves burocráticos na administração e na direção, disputas ideológicas e de poder dentro do seu corpo acadêmico, a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro assistia à decadência de seus laboratórios e biblioteca, o que leva um observador dessa época, o professor Fernando Magalhães declarar, tratar-se de um "ambiente de ruína" e de "insignificância desse período" (1932, p.148).

A conjuntura da Faculdade de Medicina representaria uma microescala do que se passava nos aspectos políticos e econômicos da República, que vinha enfrentando um período conturbado desde sua implementação. Segundo Renato Lessa (2015, p. 131), "[...] a experiência republicana não havia gerado respostas às questões institucionais deixadas em aberto com a queda do Império. Permaneciam sob a sombra da incerteza [...]".

Assim, no mês de outubro de 1901 a Câmara começou as discussões acerca do orçamento para o ano seguinte, que podemos acompanhar através da imprensa diária da cidade, que reproduz as sessões da Câmara em detalhes, que nos servirão de importante fonte nos munindo dos dados sobre as discussões e medidas adotadas para garantir as aprovações necessárias para o estabelecimento do orçamento para o ano de 1902.

Apesar de estamos em um período onde já se deu início a consolidação da República, em decorrência da atuação de Campos Salles:

[...] grande arquiteto e executor da obra de engenharia política que faria funcionar azeitadas as engrenagens da chamada República Velha, serenaria a turbulência da primeira hora republicana no Brasil. Só então o terreno movediço e ainda indefinido da República brasileira se assentaria para que as bases de um equilíbrio político complexo, frágil, mas eficiente até a década de 1930, fossem lançadas (NEVES, 2006, p.33).

E é nesse ambiente de incerteza e críticas da maioria dos deputados, que destacamos as tratativas do Dr. Rodrigues Lima para a aplicação de duas emendas no orçamento capaz de angariar os recursos para um instituto de Maternidade (Gazeta de Notícias, 02/10/1901, p.1). Porém, nas sessões que se seguem, as palavras proferidas nos discursos traduzem, em sua grande parte, sobre as dificuldades financeiras enfrentadas nos últimos quatro anos, justificando sucessivos embargos a essas emendas. Assim, o pronunciamento de Cincinato Braga (1868-1953), tradicional político paulista, representa, além de uma crítica aos vultuosos gastos públicos, um profundo relato da situação que a economia brasileira se encontrava. Em suas palavras,

[...] É o primeiro orçamento de despesa que vem neste anno ao exame da Camara, depois que sahimos da moratória dos juros, e quando ainda estamos atolados na moratória de amortisação do capital de nossa divida externa. Batemos às portas de um anno de miséria na produção agrícola. A moeda nacional permanece desvalorizada, valendo menos que a metade do que devia valer.

Alfândegas hypothecadas, divida pública interna aumentada pela emissão das apólices-inscrições, e externa augmentada pela emissão dos títulos do funding-loan; a lavoura desaparecendo, o comercio trabalhado pelas fallencias, a industria arruinada - eia a nossa situação! Pois é nossas sinistras emergencias que os poderes públicos enveredam pelo caminho da prodigalidade, votando diminuição de rendas, ao mesmo tempo que augmentam despesas publicas?! O debate, que está se travando em torno deste orçamento, não é sério! (Annaes da Camara dos Deputados, 03/10/1901, p.43)

2.3 Criação da Maternidade

A discussão sobre o orçamento acontecia no Senado Federal e concomitantemente na Câmara dos Deputados. Depois de calorosas conversações, os senadores aprovam uma dotação de 150:000\$, aproximadamente R\$ 18.450.000,00, em valores atuais, que deveriam ser destinados para a fundação ou adaptação de um edifício para a Maternidade e uma escola profissional de Enfermeiras. Apesar do estabelecimento de uma cotação orçamentária restrita e delimitada, o destino da Maternidade do Rio de Janeiro parecia ter mudado, e estava cada vez mais próxima a sua criação (Gazeta de Notícias, 11/12/1901).

A comissão responsável pela criação da maternidade anteriormente escolhida, tem agora no ano de 1902 um importante papel. Com a verba aprovada, coube-lhe o poder de escolher o melhor local para abrigar, enfim, a Maternidade, já que o prédio da Praia da Lapa não estaria mais em questão. Em um periódico que circulou na Capital Federal entre os anos de 1904 e 1908, encontramos nas palavras de Abreu Fialho, a justificativa para o desinteresse pelo prédio da Praia da Lapa. Segundo ele sobre o edifício destinado a Maternidade:

construído na praia da Lapa já não satisfazia, decorridos por tantos anos do plano de então, às exigências da atualidade. Era central, próximo de um ponto de movimentado e tinha sido idealizado ainda num tempo em que dominava um falso preceito científico. Reinava o horror à infecção puerperal, e o hospital era dividido em pequenos cômodos, consoante a regra da época (Renascença, 1904, p. 25).

Os membros, que formaram a diretoria provisória da futura maternidade, e cuja direção coube ao Dr. Rodrigues Lima, não tiveram suas funções facilitadas. Apesar das dificuldades enfrentadas até então, havia sido encontrada uma edificação que muito agradara a todos e que, de acordo com as exigências de salubridade e modernidade imprimida pela medicina moderna, serviria adequadamente ao fim almejado.

O editorial chamado “Maternidade” dizia que:

[...] As dificuldades, porém, se apresentaram sempre diante de obtenção de um prédio que se coadunasse perfeitamente com o mencionado fim.
A comissão, de todos os prédios que têm sido offerecidos ao governo e que têm examinado, inclusive o da praia da Lapa, que era destinado áquelle fim, nenhum achou que se avantajasse ao actual oferecido.
É elle edificado dentro de vasto terreno, de construcção moderna, com muitos aposentos e salões que se adaptam convenientemente ao caso.
Agora, porém foi apresentada ao Sr. Dr. Sabino Barroso uma proposta de venda do prédio da rua das Laranjeiras n.66 por 180:000\$000.
[...] No primeiro pavimento poderão funcionar todos os serviços de administração e ambulatório de doentes.
O andar superior tem excellentes accomodações para enfermarias obstétricas.
Todo o edificio está provido de gabinetes hygiênicos.
Além do corpo principal do edificio, existe um grande chalet, com aposentos confortáveis e que se adaptará perfeitamente a um serviço de clínica gynecológica.
No fundo do terreno existe outrossim em chalet de sólida construcção com bons commodos e que com ligeiras modificações poderá servir para o isolamento dos doentes de moléstias transmissíveis.
[...] Fazendo-se preciso a construcção de novos pavilhões, no caso de se tornar, de futuro, muito considerável a affluência dos que reclamarem os serviços do estabelecimento, acha a comissão que se pode aproveitar o terreno que é vasto para uma installação completa.
Considera mais a comissão que, a propriedade em questão está situada em ponto central d’esta capital, acessível a todos os meios de transporte (A notícia, 22/07/1902, p.1).

Nas edições seguintes dos jornais da capital, destaca-se o desenrolar da situação da compra da propriedade, situada à Rua das Laranjeiras. Todo o processo, leva cerca de 3 meses para

sua solução completa. Após a compra do palacete, antes pertencente ao Comendador Domingos José Gomes Brandão em 1902, vendido pela quantia de 180:000\$000, valor mais alto do que aquele que havia sido destinado em orçamento do ano anterior, a escritura só irá ser lavrada nos primeiros dias de outubro, após o pagamento do laudêmio pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores (Correio da Manhã, 22/07/1902, p.1).

Apesar de sua importância, não foram localizadas nenhuma planta ou documentação referente a configuração física do prédio, ou mesmo foto ou desenho da propriedade. Mas, através dos Relatórios do Ministério da Fazenda, do ano de 1903, conseguimos um importante relato que continha desde as dimensões do terreno, e uma descrição de suas benfeitorias. Dessa forma, temos que o terreno localizado na freguesia da Glória, à rua das Laranjeiras, nº66, contava com 34,2 metros de frente por 175,35 metros de profundidade. O edifício principal, localizado no centro do terreno, era do tipo sobrado. Além dele, ainda havia um chalé, uma casa e algumas outras “benfeitorias” não especificadas do relatório. Munidos dessas referências, cabendo-nos imaginar como seria essa propriedade (Relatórios do Ministério da Fazenda, 1903, p. 482).

Após a aquisição em meados de 1902, até os dias finais de janeiro de 1903 ainda não havia sido escolhido o projeto ideal para as obras de adequação do prédio adquirido, obrigando a comissão responsável pela Maternidades, prorrogar o prazo para a apresentação das propostas (Gazeta de Notícias, 31/01/1903, p.3). No mês de fevereiro de 1903, o ministro do Interior J.J Seabra na tentativa de acelerar as obras do prédio, pede a liberação de uma verba em adiantamento para a celeridade das obras (A Notícia, 16 - 17 de fevereiro de 1903).

Enquanto o prédio da Rua das Laranjeiras era tratado com maior desvelo, jornais como a Gazeta de Notícias, publicaram duras críticas ao findado Império, ao abandono do prédio do Cais da Lapa e sutilmente, a morosidade da República. Assim dizia:

Isto foi nos remotos e ominosos tempos em que o famoso despota D. Pedro II opprimia este país com sua innominavel tyrannia, comendo canja, estudando hebraico e observando a passagem de Venus pelo disco solar.

Um ministro desse despota teve a idea de mandar construir um bello, um esplendido, um sumptuoso edificio destinado á Maternidade. Escolheu-se o local, assentaram-se os alicerces, levantaram-se as lindas climnatas, o lindo pórtico, a linda base do sumptuoso, esplendido e bello edificio. Tudo isso foi feito no século passado, notem bem: e não nos últimos annos do século, mas alguns doze ou treze annos antes da sua agonia. E dahi por diante não se fez mais nada: e naquella triste e deserta curva do caes da Lapa, ficou até hoje, ennegrecido, coberto de hervagens más, cercado de tapumes podres, o projeto do bello, esplendido e sumptuoso edificio.

Há cerca de quinze annos, passava eu por alli, em companhia de um inglez que me perguntou: —“Que é aquillo?” — E eu, inchando as bochechas respondi: —“Ah! aquillo é um bello edificio que estamos fazendo para a Maternidade!”

Cinco annos depois, um francez, que andava commigo, admirando a cidade, indagou: — “Que é aquillo?” — E eu, impando de orgulho: — “Ah! Aquillo é um esplendido edificio que estamos fazendo para a Maternidade!”

Passaram-se mais cinco annos; e um chileno, meu amigo, vendo o projecto, inquiriu: — “Que é aquillo?” — E eu, todo babado de vaidade: — “Pois não sabe? Aquillo é um sumptuoso edificio em que vamos instalar a Maternidade!”

E eis senão quando, hoje, abrindo os jornaes, acho esta noticia: “Foi contractada com o Sr. Fulano de tal, por dusetos contos de réis a conclusão do edificio da praia da Lapa destinado á Maternidade!”

Quasi cahi fulminado! Ainda haverá por ahi quem se atreva a dizer que nós costumamos fazer as cousas devagar?

O que eu peço ao Sr. Fulano de Tal, contractador das obras, é que não se apresse demais: ainda posso perfeitamente viver outros quinze annos, á espera da conclusão daquelle bello, espendido e sumptuoso edificio (Gazeta de Notícias, 12/09/1903, p.2).

Neste mesmo mês de setembro, segundo os jornais, teriam fim as obras e seria inaugurado o prédio da tão aguardada e necessária Maternidade do Rio de Janeiro. Essa inauguração seria festejada e a cobertura pela imprensa da Capital Federal é impressionante. E apenas através deles, podemos reconstruir, ainda que de forma parcial, esse momento.

Assim, o jornal O Paiz começa a sua coluna chama “A MATERNIDADE” com as seguintes palavras:

INAUGURAÇÃO DO SEU EDIFÍCIO

Uma das festas que mais devem disputar o interesse na população culta, não só desta capital, como dos principaes Estados do Brazil, é a que se realizou hontem — um bello edificio solememente inaugurado á rua das Laranjeiras.

E a parte da população que o interesse deve principalmente mover em favor da idea, hontem, felizmente, realizada, além dos homens de sciencia profissionaes, é a que se compõe das mãis de família, as que mais directamente sabem o que de cuidados requer o estado das senhoras, a cujo tratamento se destina o estabelecimento inaugurado (O Paiz, 21/09/1903, p. 2).

Já através do Correio da Manhã, na coluna denominada “A MATERNIDADE”, soube-mos que “[...] Todas as dependências do novo estabelecimento estão montadas com todo o rigor da hygiene e da simplicidade. As enfermarias são espaçosas e arejadas (Correio da Manhã, 22/09/1903, p.4).

Temos ainda o relato do jornal Gazeta de Notícias, que na coluna “A MATERNIDADE”, nos dá além das informações sobre a importância da inauguração, nos apresenta uma longa e minuciosa descrição da inauguração e dos aspectos de como ficou organizada cada enfermaria e pavilhão. O prédio, antes de sua inauguração oficial, foi benzido pelo Reverendo da Freguesia da Gloria, para a posterior chegada do Presidente da República, Rodrigues Alves acompanhado de dois de seus filhos, Rodrigues Alves Filho, que ocupava o cargo de secretário da presidência, e de Oscar Rodrigues Alves, estudante de medicina da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Estava presentes também o Ministro do Interior J.J. Seabra e o chefe interino da Polícia, Hermes da Fonseca. Além da cúpula do governo, compareceram ainda os editores do Jornal do Brasil, Jornal do Commercio, O Paiz e a Tribuna. Estivera lá ainda o Dr. Cardoso

Fontes representando a Sociedade de Medicina e Cirurgia, o Cônsul de Portugal, dentre outras personalidades, todas sendo recebidas pelos membros da comissão organizadora.

Então temos o seguinte retrato:

Afinal após longos e longos annos, possui o Rio de Janeiro uma Maternidade! Custa a crer que, em uma cidade como a nossa, ainda não existisse um estabelecimento onde fossem recolhidas as mulheres necessitadas, prestes a dar á luz; onde mãis e recém-nascidos encontrassem o conforto e cuidados. [...] Felizmente, a força de vontade e a persistência de alguns homens venceram a inercia: o Rio de Janeiro tem uma Maternidade — não no edificio que a esse fim se destinava, porque parece ser systema nosso fazer prédio para um determinado fim e dar-lhe depois outro destino; mas em vasto prédio da rua das Laranjeiras.

[...] Fez a encomenda na Allemanha de todo o material hospitalar nos primeiros dias demarco e encetou as obras.

[...] á entrada do jardim, casa do porteiro; á direita do edificio principal o pavilhão Visconde de Santa Isabel, destinado a mulheres que ainda tenham que esperar alguns dias peloparto, podendo passeiar no parque e ir ao refeitório.

A entrada do edificio principal é pela fachada lateral; ahi ha sala de espera: á direita, consultório completamente organizado para diagnosticos de gravidez, exame e curativos gynecologicos de doentes externos; á esquerda da entrada secretaria, communicando com o salão da frente, destinado a reuniões do conselho administrativo, Associação de Senhoras que se pretende fundar, etc. Sobre o saguão central abrem o gabinete do director e o vestiario dos médicos. Em seguida, a bibliotheca e o refeitório, todos mobiliados com gosto e sobriedade pela casa Auler & C.

Seguem-se quartos para empregadas, banheiros, gabinetes de toilettes, rouparia, copa, cozinha.

No 1º pavimento: enfermarias Schroeder, Pajot, Braun, Barnes, quarto para enfermeira-chefe, quarto para isolamento de doentes graves, 3 quartos de banho bem installados com apparatus diversos, aquecedores, etc., arsenal cirurgico, incubadora.

Na parte dos fundos do puxado, que é completamente novo, sala de partos naturaes, saleta para anesthesia e desinfecção e sala de operações. Nestas peças ha uma forte e bem distribuída iluminação para intervenções á noite, agua fria e quente, apparatus para soluções esterilizadas em temperatura constante, mesas para chloroformisação e operações, estufa para desinfecção de compressas e material de curativos, apparatus para esterilização de instrumentos, etc.

Na varanda construida ao correr do puxado ha elevadores para doentes, roupa, comida, etc.

As principais dependencias são:

Dispensa, lavanderia, desinfectorio com uma grande estufa Gineste, capella mortuaria, pavilhão Tarnier nos fundos, destinado a doentes suspeitos de moléstia contagiosa, almoxarifado, quarto de internos e para empregados (Gazeta de Notícias, 20/09/1903, p.1)

Ainda na coluna, após um breve relato sobre a origem dos móveis que adornavam as salas do prédio, da importância deste empreendimento para a população da cidade, nos surge uma significativa questão acerca da manutenção desta tão valiosa instituição.

Apesar da inauguração oficial, a Maternidade não receberia nenhuma parturiente até o ano seguinte. Era necessário ainda alguns ajustes para a total entrega desta instituição sociedade carioca. É importante lembrar que além de um espaço destinado ao parto e ensino obstétrico e

ginecológico, a Maternidade serviria ainda como uma escola para a formação e habilitação de enfermeiros. Assim:

[...]Ao mesmo tempo será installada a escola para enfermeiras, a qual virá a prestar relevantes serviços, quer na Maternidade, quer em qualquer hospital, recebendo as moças que desejarem abraçar essa digna e humanitária profissão, e que na Maternidade terão as lições dos professores de ginecologia e obstetrícia que vão dirigir o estabelecimento, onde alcançarão o título de enfermeiras, com que poderão ser admitidas em qualquer hospital em que se apresentem.

[...]Na especialidade a que é consagrada a Maternidade, muito necessário são as enfermeiras habilitadas, encarregadas de acompanharem as operações e a marcha da moléstia até o restabelecimento das enfermas, prestando assim grande auxílio aos profissionais (A Notícia, 1-2 de outubro de 1903, p. 3)

Em portaria assinada pelo ministro da Justiça em outubro de 1903, a comissão organizadora que assumira os cargos da direção da Maternidade provisoriamente, é empossada oficialmente, ocupando então o Dr. Antonio Rodrigues Lima o cargo de diretor, o Dr. Francisco Furquim Werneck de Almeida, o vice-diretor e o Dr. Francisco Gonçalves Penna o cargo de tesoureiro. A mesma portaria informa que os membros da direção não receberiam nenhum tipo de remuneração por ocupar estes cargos (Gazeta de Notícias, 11/10/1903, p.1).

Enquanto a Maternidade do Rio de Janeiro já tinha prédio, e aguardava os acertos finais para sua inauguração efetiva, a Bahia ainda engatinhava nos acertos que vingariam na inauguração de sua maternidade. Através dos jornais que nos dão as notícias sobre a Maternidade do Rio de Janeiro, temos alguns fatos acerca da futura maternidade da Bahia (Correio da Manhã, 21/10/1903, p.1).

Seguindo muito de perto os acontecimentos que se passavam na Bahia, podemos certamente compará-los aos do Rio de Janeiro. Dificuldades orçamentarias, esforços individuais e mobilizações de setores específicos da sociedade, moldam as estratégias em prol da organização uma maternidade na Bahia, que só será inaugurada em 1910.

Em novembro de 1903, as damas que compunham a Associação das Damas da Sociedade da Maternidade, organizam em sua primeira reunião, os meios pelos quais irão gerir os recursos obtidos para ajudarem na organização e manutenção da Maternidade. Essas mulheres, traziam consigo em seus sobrenomes, a carga de serem esposas e mães de importantes médicos, juristas e engenheiros da sociedade carioca. Assim, com sua importância e status que tinham, elas atuavam diretamente afim de alcançar os "corações" da sociedade carioca, para angariar fundos e doações através de leilões, eventos e bailes em prol da conservação da Maternidade. Assim, a maioria dos jornais da Capital Federal destaca essa importante reunião, com destaque

para o Gazeta de Notícias, que enumera as famílias envolvidas nessa missão (Gazeta de Notícias, 27/11/1903, p.2).

A ação filantrópica dessas mulheres não deve ser encarada como uma surpresa, ou algo isolado. É importante perceber essa ação dentro de uma cultura bem delimitada em seu tempo, repleta de práticas presentes nessa sociedade. Segundo Maria Martha de Luna Freire, a elite carioca entende a filantropia como "uma prática inerente à cultura da elite do período", e esta estava ligada ainda a uma "atmosfera nacionalista dominante entre a intelectualidade urbana republicana", que propiciava um "cenário de convergência identitária entre saúde, educação e nação" (2015, p.114).

Ainda segundo ela, a filantropia, destacada nas parcelas específicas da sociedade, era compartilhada entre seus membros que acreditavam no "potencial transformador da higiene - em seu pressuposto de saúde como responsabilidade individual e objeto de processo educativo próprio". A atuação filantrópica deveria assim, significar mais do que apenas uma ação puramente piedosa, a fim de "minimizar os efeitos da miséria e do pecado, mas deveria buscar garantir a integridade física e moral das futuras gerações, incorporando em seus princípios e práticas os conhecimentos e o arsenal técnico-científico mais moderno disponível" (2015, p.114).

Em janeiro de 1904, através do Decreto Federal no dia 18, o ministro do Interior organiza a Maternidade do Rio de Janeiro. Temos aqui, o documento de fundação oficial da Maternidade, apesar de já ter havido uma inauguração anterior, ainda que profíram. Agora, através de ato de lei, torna-se oficial.

O decreto é responsável por nos esclarecer como exatamente cada serviço oferecido pela Maternidade. Assim o decreto dizia:

- Organiza a Maternidade do Rio de Janeiro
 O Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil, á vista do disposto no art. 3º, n. II, da lei n. 1145, de 31 de dezembro ultimo,
 Decreta:
 Art. 1º A Maternidade do Rio de Janeiro terá por fim:
- I. Manter um consultório não só para o exame de mulheres no período da gestação, mas também para o de amas de leite, e onde sejam attendidas as doentes externas que necessitem curativos e pequenas operações gynecologicas;
 - II. Recolher mulheres gravidas no periodo da gestação, bem assim parturientes e puerperas, afim de proporciona-lhes repouso e assistência, antes, durante e depois do parto;
 - III. Internar doentes que precisem de operações gynecológicas, logo que se inaugure o "Pavilhão de Gynecologia";
 - IV. Fundar um recolhimento para as crianças que, nascidas na Maternidade, perderem suas mãis e ficarem de todo desvalidas;
 - V. Distribuir, diariamente, leite esterilizado ás crianças nascidas na Maternidade, e cujas mãis, em razão de moléstia, miséria ou falta de leite, carecerem absolutamente deste recurso.
- § 1º A instituição, além do seu intuito humanitário, terá o caracter de estabelecimento de ensino pratico e livrete partos e gynecologia, podendo ser frequentado por médicos,

parteiras e alumnos das series superiores da Faculdade, na qualidade de praticantes, e com licença da respectiva administração.

§ 2º Anexa á Maternidade funcionará uma “Escola Profissional de Enfermeiras”, constando este curso de uma parte geral de assistência aos enfermos e outra especial de assistência ás senhoras e recém-nascidos.

Art. 2º constituirão o fundo patrimonial, além do prédio n.66 da rua das Laranjeiras, adquirido com as quantias especialmente consignadas na lei n.834, de 30 de dezembro de 1901, e n os decretos ns. 970 e 4730, de 2 de janeiro de 1903, as doações ou legados feitos á instituição.

Art. 3º Administrará a Maternidade e o respectivo patrimonio um conselho, não remunerado, e composto de um director, um vice-director e um tesoureiro, nomeados pelo Ministro da Justiça e Negócios Inteirores, a que o mesmo conselho prestará contas do emprego das consignações orçamentarias que de futuro se destinem a auxiliar o custeio da Maternidade.

Art. 4º Os estatutos da Maternidade e Eos regimentos internos desta e da Escola Profissional de Enfermeiras serão organizados pelo conselho e submettidos á aprovação do Governo (Diário Oficial da União - Seção 1 - 20/1/1904, Página 337 (Publicação Original).

As diferentes discussões e ações que convergiram para a criação da Maternidade do Rio de Janeiro, não devem ser entendidas separadamente, ou de forma extraordinária. O que se devemos compreender, é que todo esse movimento fez parte de um processo que vinha sendo gerido no desde meados do século XIX, envolvendo uma organização ainda que incipiente, dos primeiros aspectos de uma assistência pública através da criação de espaços higiênicos e salubres capazes de atuar na atenção à saúde da população, desvinculada da visão caritativa da Santa Casa da Misericórdia.

As recém-elaboradas teorias científicas e a afirmação de novos campos de atenção da Medicina e seus discursos, também teriam um papel fundamental, ao agir diretamente nesse processo, de modo a eleger a Maternidade do Rio de Janeiro como o primeiro exemplo a lograr sucesso. Através da união de diferentes setores políticos e sociais, presentes na cidade do Rio de Janeiro então Capital Federal, uma inovadora aliança entre os poderes públicos municipal e federal e de segmentos distintos da sociedade civil, composta por médicos, engenheiros e políticos durante a recém-criada República, agiria em prol da defesa da saúde e do amparo da mulher e seu filho. Essas ações, tornaram-se necessárias no que tange a mentalidade vigente e que estariam envolvidas no movimento de redefinição de cidadania durante esse período.

Assim, temos a fundação da Maternidade do Rio de Janeiro (Foto 3) ocorrida em 1904, cerca de 18 anos após a primeira iniciativa para a criação de um espaço hospitalar adequado e destinado ao parto. A Maternidade, representaria então um espaço atrelado ao avanço tão almejado que a cidade do Rio de Janeiro buscava, na atenção e proteção a suas gestantes mais carentes e em risco, representando um local de ensino prático alinhado as mais modernas técnicas e abordagens científicas que a Faculdade do Rio de Janeiro buscava desde meados do século XIX e um espaço de debates e afirmação do saber e das especialidades médica

Foto 3 - Prédio principal da Maternidade do Rio de Janeiro - 1904



Fonte: Foto Zaramela, Renascença, 1904

2.4 A Maternidade e sua primeira década: mudanças e disputas

1904. Após anos de espera, iniciam-se os atendimentos na Maternidade do Rio de Janeiro. Mas, outros importantes acontecimentos destacam-se, e marcarão este ano. A cidade do Rio de Janeiro estava vivenciando um intenso ritmo de transformações, que a inserem em processo bem mais amplo, e que irá determinar os rumos da história a partir de então. Estamos aqui nos referindo, a um dos episódios mais controversos, porém importantes das páginas republicanas: a grande reforma urbana do presidente Rodrigues Alves (1902-1906).

Essa reforma, que tem seu braço na municipalidade através da Reurbanização do Distrito Federal, ilustrada na pessoa do prefeito e engenheiro Pereira Passos, não deve ser dissociada ainda da Reforma sanitária que será confiada ao médico sanitarista Oswaldo Cruz, que posteriormente será nomeado para a Diretoria Geral de Saúde Pública. Nós ainda devemos destacar os impactos da não menos importante Revolta da Vacina, que tem sua deflagração no também ano de 1904.

A nova etapa da República que se configurava a partir de 1898, na gestão de Campos Salles, buscava reparar a péssima imagem deixada pelos governos anteriores, marcados por instabilidades política e financeira profunda. A incerteza política, importante entrave para o desenvolvimento de diferentes aspectos já havia sido superada. A cidade do Rio de Janeiro, ainda sustentava uma imagem colonial, suja e pouco civilizada. Com a chegada de Rodrigues

Alves ao poder, as pressões que já se viam na sociedade por reformas urbanas e higiênicas para a Capital Federal se intensificam (LESSA, 2015).

Buscando impor uma maior legitimidade a seu governo e a República, Rodrigues Alves vincula a sua Grande Reforma a uma imagem de progresso e desenvolvimento econômico, reformulando a imagem do Brasil através de nova constituição física de sua capital moderna, bela e asseada. O saneamento, dentro dessa grande reforma urbana, toma um carácter prioritário e quase pessoal, ao observarmos a determinação de Rodrigues Alves na condução da reforma sanitária, que se daria através da esfera federal e não pela municipal, conforme solicitação do Prefeito Pereira Passos. Acredita-se, que para tal decisão, ele tenha sido influenciado pela morte de sua filha de 03 anos, vitimada por mais uma das tantas epidemias de tifo que afligiam o país constantemente (AZEVEDO, 2016).

Assim, através da apresentação mais aprofundada desses eventos, podemos observar uma característica presente desde o século XIX, mas que se intensifica nesses anos republicanos, onde o Estado adota uma postura mais próxima da medicina e da engenharia, ligando-se entre si profundamente, onde o primeiro se utiliza das demais esferas como ferramentas eficientes e poderosas, capazes de justificar inclusive uma postura mais invasiva e autoritária do governo (AZEVEDO, 2016).

Nas palavras de José Murilo de Carvalho,

Desmentindo o apelido de Soneca, o presidente atacou logo as obras de saneamento e de reforma urbana da cidade, como prometera no discurso de posse. Para isso, conseguiu poderes quase ditatoriais para o engenheiro Pereira Passos, nomeado prefeito, e para o médico Oswaldo Cruz, nomeado diretor do Serviço de Saúde Pública (CARVALHO, 1987, p. 93).

No caso das epidemias e a Revolta da Vacina, Mary del Priore referindo-se as ações de Rodrigues Alves,

[...]Novamente, o político demonstrou reação rápida. Era preciso sanear a capital e fazer o milagre de salvar vidas. Para cuidar do problema, um célebre professor do Instituto Pasteur de Paris indicou seu discípulo: Oswaldo Cruz. Com liberdade de ação, Cruz começou a trabalhar com métodos ditatoriais: criou um esquadrão que caçava ratos pela cidade, pagando por cada bicho morto trezentos réis. Criou a Polícia de Focos: convencido de que o mosquito era o vetor de doenças, mandava pulverizar casas e quintais. E apresentou a lei que obrigava à vacina contra a varíola, já testada com sucesso na Europa (PRIORE, 2017, p.35).

A cidade parecia estar virada de cabeça para baixo, sendo alterada diariamente através das obras que movimentavam a Capital Federal. Segundo Maria Efigênia Lage de Rezende, durante a modernização da cidade do Rio de Janeiro, "o prefeito Pereira Passos manda demolir 590 prédios, a maioria cortiços habitados por trabalhadores. O objetivo é a construção de dois

amplos bulevares, sob a influência dos *boulevares* de Paris, visando a dar à cidade uma imagem europeizada. (2006, p.103). O porto também seria alvo de importantes mudanças, que podem ser exemplificadas através de gigantesca coluna do jornal O Paiz, em março de 1904, intitulada “Obras do Porto” enumera de forma bem clara todo o movimento que o Rio de Janeiro estava envolvido (O Paiz, 26/03/1904, p.1).

E a Maternidade não se encontra fora desse processo de mudanças. Sua localização, apesar de próxima, ainda que fora do centro da cidade, pode ser compreendida como uma tentativa de desvincular o estabelecimento moderno e asseado, dessa parte da cidade, “antiga” e “atrasada”, que estava sendo “apagada”, recriada. Segundo Brasil Gerson, a Rua das Laranjeiras, lar de ninguém menos que o engenheiro Pereira Passos, também passaria por obras que a ampliariam e melhorariam, e abrigaria outras importantes instituições que atuaram nesse novo momento de assistência à saúde além da Maternidade do Rio de Janeiro, como o Instituto Pasteur e o Instituto Benjamin Constant (2015, p.305).

Outro motivo que podemos creditar à instalação da Maternidade no bairro das Laranjeiras, está ligada a facilidade a seu acesso. O Distrito Federal detinha uma eficiente rede dos transportes, que contava com numerosas linhas de bondes e um ramal de trens que, circulando pela cidade, interligavam diferentes áreas que se urbanizavam ou aquelas que ainda permaneciam quase que exclusivamente rurais (ABREU, 2006).

Assim, voltando ao funcionamento da Maternidade do Rio de Janeiro, em si, apesar de sua abertura ter sido formalizada no mês de janeiro, ela só começaria a receber as primeiras pacientes de fato, nos últimos dias do mês de março. Não se sabe ao certo se por desconfiança da população, ou por algum outro motivo que tenha impedido a instituição de atender as pacientes.

Através do relato do Jornal "O Paiz", temos os dados que nos mostrar um pouco mais a fundo, sobre a organização nesse início dos atendimentos da instituição. A coluna inicia-se com a ratificação dos nomes para a direção da instituição, onde Rodrigues Lima atuaria como diretor, Furquim Werneck, vice e Gonçalves Penna ocuparia o cargo de tesoureiro. Temos ainda os nomes daqueles que atuariam como médicos internos, sendo responsáveis pelos atendimentos e dentre eles, destacamos o Dr. Hugo Werneck, filho do então vice-diretor da Maternidade (O Paiz, 26/03/1904, p.1).

Ainda sobre o funcionamento da Maternidade encontramos em um documento oficial do ministro J. J. Seabra, a informação de que

[...] o consultório é destinado ao exame das gestantes, de amas de leite, curativos e pequenas intervenções gynecologicas, ficando sob a direcção do director ou do vice-director, secundado por um assistente de clínica e auxiliado por um alumno externo e uma servente.

Ainda em conformidade com os referidos estatutos, o serviço de consultas é feito diariamente, das 8 às 10 da manhã, recebendo as consultastes chapas numeradas pela ordem de chegada; depois de 10 horas cessa a distribuição de números, podendo o serviço prolongar-se até 11 horas. Para serem attendidas as consultantes é necessário que sejam pobres, podendo-se exigir-lhes attestado de auctoridade competente, se houver duvida a tal respeito (Relatório do Ministério da Justiça e Interior, 1905, p.30).

Segundo ele, foram criados na instituição três livros de registros. O primeiro registraria a matrícula das pacientes que passaram pelo consultório, um segundo informaria a conduta daquelas que deveriam seguir algum tipo de tratamento e contaria com um relato diário dos tratamentos administrados a cada doente individualmente, e o último teria a função de registrar as receitas prescritas. Uma verdadeira lástima a perda desse importante relato, que serviria para nos trazer uma imagem mais viva do funcionamento diário da Maternidade do Rio de Janeiro, por seus próprios médicos.

Mas perde-se de um lado e ganha-se de outro.

O Relatório do ministro J.J. Seabra de 1905 nos apresenta minuciosas informações sobre as instalações da Maternidade, capazes de nos transportar diretamente para dentro dos prédios da instituição.

Sabemos através dele, que funcionavam no prédio principal 5 enfermarias e que as mesmas destinariam-se às gestantes, às mulheres que acabaram de parir (dando-se a este momento o nome de puerpério e às mulheres que o vivem, puérperas), e seus recém-nascidos. Temos inclusive, os nomes dessas enfermarias, que eram assim divididas: sala “Schroeder”, a Sala “Pajot”, “Braun”, sala “Carlos Teixeira” e a última “Barnes”, além de dois pavilhões afastados do prédio principal, onde o chamado “Visconde de Santa Isabel” acomodaria as gestantes e o de nome “Tarnier” acomodaria aquelas mulheres que necessitassem de observação e isolamento. Os nomes das salas e pavilhões homenageiam, em sua maioria, importantes médicos que contribuíram para substanciais avanços na Ginecologia e Obstetrícia, além de um levar o nome de um comerciante e senador do Partido Republicano Paulista (Carlos Teixeira).

O início do funcionamento da Maternidade era ainda recente, o que não impediu que ela se destacasse em meio a sociedade, como mostram os constantes elogios destinados à ela nos jornais que circulavam na cidade. A distinção dos membros de sua primeira direção, composta por homens provindos de segmentos de grande destaque da elite política nacional, denotou a importância e apreço que a instituição havia conquistado junto ao poder federal. Se lembrarmos a posição ocupada pelo diretor, Antônio Rodrigues Lima, professor da Faculdade de

Medicina, Deputado Federal pelo estado da Bahia, e irmão de Joaquim Manuel Rodrigues Lima, também médico baiano e primeiro Presidente eleito do estado da Bahia, (1892-1896), o Francisco Furquim Werneck de Almeida, Deputado Federal da primeira constituinte, ex-prefeito da cidade do Rio de Janeiro (1895-1897), sem esquecer Francisco Gonçalves Penna, médico vereador mineiro, fica ainda mais evidente essa notoriedade.

Apesar da toda a notoriedade de seus membros e suas ligações mais íntimas com as diferentes esferas políticas e sociais, isso não facilitaria muito as negociações acerca da liberação de verbas para a manutenção e funcionamento da instituição, nos anos que se seguem. Encontramos nos "Relatórios do Ministério da Justiça" algumas importantes informações sobre as receitas, créditos e despesas da Maternidade durante o ano de 1904.

A primeira delas, diz respeito a organização das senhoras da Maternidade do Rio de Janeiro. Ao findo de 1904 o número de senhoras inscritas chegava a 332, que teriam como principais funções a organização de eventos em prol da obtenção de donativos e redirecioná-los para uso da instituição (Relatório do Ministério da Justiça e Interior, 1905, p. 217).

Através das informações do relatório mostra-se a importância que as doações e caridades teriam na renda da Maternidade, já que,

[...] o conselho director teve maior escrúpulo na autorização das despesas, que são avultadas; e não poderia conseguir a regularidade de todos dos serviços, si donativos particulares não viessem ao encontro da instituição, nessa abençoada obra de caridade (1905, p.217).

Destacam-se em seguida, os valores destinados aos gastos totais que se iniciam em janeiro, mês de fundação da Maternidade, e seguem descritos até dezembro. No total, os gastos perfizeram o valor de 49:892\$, que em valores atualizados e aproximados, alcançaria a cifra de R\$ 6.136.716,00, consumindo quase a totalidade da subvenção obtida do governo federal que se aproximava de R\$ 6.150.000,00 (50:000\$).

Em seguida, J.J. Seabra revela que a subvenção estabelecida pelo Congresso Nacional em 1904 não seria capaz de suprir as despesas da Maternidade, já que suas palavras, “[...] tendo sido de 50:000\$ o auxilio do Congresso Nacional, em 1904, si o estabelecimento houvesse funcionado regularmente desde 1º de janeiro, dar-se-hia uma vez que a despeza deve importar em cerca de 60:000\$, um deficit de 10:000\$ [...]” (Relatórios do Ministério da Justiça, 1905, p.217).

Ainda referindo-se às verbas e subvenções, o ministro identifica que além do valor recebido do Governo Federal, a Maternidade recebera donativos em dinheiro e rendimentos da

Caixa Econômica, que juntos somariam cerca de 32:000\$ (cerca de R\$ 4.000.000,00), mas que os valores das despesas aumentariam com o funcionamento total da Maternidade, e que seria prudente que a dotação orçamentaria para a Maternidade do Rio de Janeiro fosse aumentada. Porém, contradizendo a sugestão do ministro, ela foi reduzida para o orçamento do ano seguinte.

Segundo J.J. Seabra,

Esta incerteza dos auxílios oficiais, logo nos primeiros anos de existência da instituição, torna indecisa a ação do conselho director, principalmente no que diz respeito ao ponto capital - a constituição do patrimônio, cuja renda aliviaria progressivamente os cofres públicos e garantiria a existência da Maternidade (Relatórios do Ministério da Justiça, 1905, p.219).

Um segundo destaque da importância desse relatório, é o panorama que ele nos fornece desse primeiro ano de funcionamento, onde percebemos que cumpre-se na instituição a determinação estabelecida em seu estatuto de tornar-se uma escola prática para os alunos.

Assim,

Graças às boas instalações, aparelhos aperfeiçoados e boa vontade do corpo médico e dos seus auxiliares, tem-se feito na Maternidade as mais graves operações cirúrgicas, com o melhor resultado. Os alunos da Faculdade de Medicina procuram as clínicas da Maternidade como um campo de prática, o que vem patentear a importância da instituição como elemento de valor didático (Relatórios do Ministério da Justiça, 1905, p.218).

Podemos ainda colher importantes dados acerca dos atendimentos dessa instituição, iniciados em abril de 1904 até dezembro de 1914, que pode nos dar um interessante quadro da abrangência e receptividade dessa maternidade desde o seu primeiro atendimento, acompanhando os 10 anos seguintes.

Com esses dados, acreditamos poder assim, mapear a população que frequentou a Maternidade, apesar dos números não se aprofundarem muito nos dados sociodemográficos. Assim, faremos uma análise dos dados obtidos, comparando-os as informações colhidas pelos censos populacionais de 1890 e 1920, que nos mostram importantes características capazes de delimitar bem a população carioca em questão. Essa análise, é muito importante, visto que os números de atendimentos da Maternidade do Rio de Janeiro sozinhos, não nos traria nenhuma relevância sobre seu perfil.

Tabela 1 :. atendimentos do ambulatório da Maternidade do Rio de Janeiro (1904-1914)

	1904	1905	1906	1907	1908	1909	1910	1911	1912	1913	1914
Consultas	933	2938	NI	NI	NI	747	NI	NI	NI	NI	NI
Pequenas Cirurgias	13	23	NI	10	NI						
Total de mulheres atendidas	248	599	992	1014	1182	1481	1677	2106	2644	3447	2220

Obs: NI: Não informado

Fonte: Relatório do Ministério do Ministério da Justiça

Tabela 2. Atendimentos da Obstetrícia da Maternidade do Rio de Janeiro, segundo a cor (1904-1914)

	1904		1905		1906		1907		1908		1909		1910		1911		1912		1913		1914	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Branças	41	26,8%	78	29,2%	NI	-	NI	-														
Pretas	51	33,3%	88	33,0%	NI	-	NI	-														
Mestiças	61	39,9%	101	37,8%	NI	-	NI	-														
Total	153	100,0%	267	100,0%	380		483		605		735		844		927		905		951		1228	

Obs: NI: Não informado

Fonte: Relatório do Ministério do Ministério da Justiça

Tabela 3. Atendimentos da Ginecologia da Maternidade do Rio de Janeiro, segundo a cor (1904-1914)

	1904		1905		1906		1907		1908		1909		1910		1911		1912		1913		1914	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Branças	17	51,5%	26	35,1%	NI	-	NI	-	NI	-	NI	-	NI	-	NI	-	NI	-	NI	-	NI	-
Pretas	6	18,2%	21	28,4%	NI	-	NI	-	NI	-	NI	-	NI	-	NI	-	NI	-	NI	-	NI	-
Mestiças	10	30,3%	27	36,5%	NI	-	NI	-	NI	-	NI	-	NI	-	NI	-	NI	-	NI	-	NI	-
Total	33	100,0%	74	100,0%	106		113		92		86		106		75		95		75		76	

Obs: NI: Não informado

Fonte: Relatório do Ministério do Ministério da Justiça

Se analisarmos o censo de 1890, encontraremos a informação de que haviam 522.631 habitantes na Capital da República, sendo 226.904 mulheres, o que representaria 43,8% da população. Dentre elas, 127.740 eram brancas (55,8%), 35.008 (15,2%) eram pretas, 8.615 (3,8%) eram caboclas ou índias (de acordo com o próprio censo) e 57.631(25,2%) eram mestiças (considerando as categorizações de cor do próprio censo).

Se fizermos um paralelo com os dados que temos da Maternidade do Rio de Janeiro em seus primeiros 10 anos, temos que apesar da maioria da população feminina da cidade ser branca, não são elas o público atendido pela obstetrícia da Maternidade. Vemos que em sua

maioria, são as mulheres pretas e pardas serão aquelas que recorrerão aos serviços da instituição (Tabela 2). O mesmo não é observado através dos números da Ginecologia (Tabela 3), onde temos um número mais equilibrados entre brancas, pretas e pardas.

Já no recenseamento de 1920, a população do Distrito Federal mais que duplicou, chegando a 1.157.873 habitantes, sendo 559.566 mulheres, que representam 48,3% da população total. Porém o censo de 1920 deixa de nos mostrar o perfil da população do Distrito Federal segundo a sua cor.

Tabela 4. atendimentos da Obstetrícia da Maternidade do Rio de Janeiro, segundo estado civil (1904-1914)

	1904		1905		1906		1907		1908		1909		1910		1911		1912		1913		1914	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Solteiras	116	76%	175	65,5%	NI	-																
Casadas	34	22%	64	24%	NI	-																
Viúvas	3	2%	28	10,5%	NI	-																
Total de mulheres atendidas	153	100%	267	100%	380	-	483	-	605	-	735	-	844	-	927	-	905	-	951	-	1228	-

Obs: NI: Não informado

Fonte: Relatório do Ministério da Justiça

Tabela 5. atendimentos da Ginecologia da Maternidade do Rio de Janeiro, segundo estado civil (1904-1914)

	1904		1905		1906		1907		1908		1909		1910		1911		1912		1913		1914	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Solteiras	14	42,4%	31	42%	41	38,7%	NI	-	27	29,3%	28	32,6%	35	33%	26	34,6%	27	28,4%	22	29,33%	NI	-
Casadas	12	36,4%	29	39,1%	48	45,3%	NI	-	40	43,5%	48	55,8%	57	54,8%	34	45,3%	53	55,8%	34	45,3%	NI	-
Viúvas	7	21,2%	14	18,9%	17	16%	NI	-	25	27,2%	10	11,6%	14	13,2%	15	20,1%	15	15,8%	19	25,33%	NI	-
Total de mulheres atendidas	33	100,0%	74	100,0%	106	100,0%	113	-	92	100,0%	86	100,0%	106	100,0%	75	100,0%	86	100,0%	75	100,0%	76	-

Obs: NI: Não informado

Fonte: Relatório do Ministério da Justiça

De acordo com as informações obtidas ainda através do recenseamento de 1890, do número de 228.994 mulheres, 158.409 eram solteiras perfazendo 69,2%, 50.076 casadas (21,9%) e 20.224 viúvas (8,8%). O restante, é qualificado como “divorciadas”, classificação que não aparece nos registros de atendimento da Maternidade, significando 0,1% da população. Se analisarmos os dados da Maternidade (Tabela 4 e 5) com seus correlatos no censo, veremos que apesar da maioria da população feminina ser solteira, a maioria dos atendimentos na Maternidade correspondem a mulheres casadas. E isso se aplica tanto para a Ginecologia como para a Obstetrícia. Esses dados permanecem, se compararmos os dados da Maternidade com o censo de 1920. Segundo este, dentre as 559.566 mulheres do Distrito Federal, 340.287 eram

solteiras representando 60,8% da população. As mulheres casadas, 153.351 significariam 27,4% da população, enquanto as viúvas, 64.539, seriam 11,5%.

Não temos dados mais aprofundados capazes de nos dar mais respostas no que diz respeito a intensão e confiabilidade da população em adotar a o uso dos serviços da Maternidade. Mas, sabemos através da historiografia, que ainda estava muito presente na sociedade a crença que os partos deveriam ser realizados na residência da gestante, rodeada de sua família e pessoas de sua confiança, e que apenas aquelas gestantes que encontravam-se em situação de risco social (indigentes ou pertencentes a parcelas marginalizadas da sociedade, como prostitutas) recorriam às instituições hospitalares para darem à luz (MOTT, 2002).

Após essa relevante discussão sobre o perfil da maternidade, podemos retomar aos acontecimentos ligados a Maternidade do Rio de Janeiro. Assim, em 1904 encontramos o então diretor Antônio Rodrigues Lima, dividido entre suas obrigações com a Maternidade e envolvido em uma interessante discussão na Camara dos Deputados, a respeito da criação de uma universidade única e autônoma na cidade do Rio de Janeiro. A mesma, deveria contar unir as faculdades de Medicina, Direito, Filosofia e Letras e Ciências Matemáticas, Físicas e Naturais em um projeto unísono. Podemos considerar este como o primeiro debate sobre as bases que mais tarde serão fundamentais para a criação de uma universidade, e que acabariam por dar frutos em 1920, com a criação da Universidade do Rio de Janeiro (O Paiz, 14/07/1904, p.1).

Durante todo o primeiro ano de funcionamento, vemos nos jornais anúncios de doações, anônimas ou não, de diferentes quantias que seriam encaminhadas a Maternidade do Rio de Janeiro. Temos também, a ação das Senhoras da Maternidade, que organizando festivais e eventos arrecadariam importantes valores úteis ao funcionamento da Maternidade.

Temos um interessante relato no Jornal do Brasil, que nos mostra um exemplar desses eventos, que envolveria inclusive o jornal “Gazeta de Notícias” como um dos colaboradores. Na coluna “A Maternidade” temos que:

A generosa população Rio continua a concorrer com seus melhores auxílios para que tenha o brilhantismo esperado a festa que se realizara no Passeio Público, a 8 de setembro, em beneficio da Maternidade.

Em toda parte vae sendo recebida com applausos a idea do nosso festival de caridade. São todos unanimes em nos felicitar, promettendo sua graciosa coadjuvação, em um movimento espontaneo y sympathico.

[...] As senhoras da Associação Auxiliadora da Maternidade farão doces e rebuçados para serem vendidos.

Na reunião hontem effectuada entre a comissão de senhoras da Maternidade e os representantes da Gazeta de Notícias, ficou resolvido que o festival de 8 de setembro próximo durará de 1^{1/2} da tarde as 7 horas da noite (19/08/1904, p.1)

Veremos esses eventos se repetirem durante alguns os anos, e eles caberá fornecer à Maternidade o restante da verba necessária para que o seu funcionamento não seja prejudicado.

Apesar do apoio que a Maternidade encontrava na sociedade e em setores no governo federal, encontramos nos “Annaes da Camara dos Deputados” em sessão de 9 de novembro de 1904, um discurso proferido pelo deputado eleito pelo estado do Rio de Janeiro, médico e professor de Obstetrícia e Ginecologia da Faculdade de Medicina Dr. Erico Marinho da Gama Coelho, que fazia uma crítica feroz ao que ele chamou de “despotismo” do Governo Federal, que ele entendia ser o fator responsável pela criação da Maternidade e das verbas solicitadas ao Congresso para sua manutenção.

Durante um discurso extenso, onde ele faz um histórico, passando pelos diferentes momentos que permearam a história da assistência às gestantes na cidade do Rio de Janeiro, o Dr. Erico Coelho declara aos seus colegas deputados que a Maternidade não passava de um órgão oficial do Governo uma “repartição pública”, em suas palavras, que não teve autorização do poder legislativo para ser criada. Segundo transcrição,

O Estado, a União, o Município, como pessoa jurídica de direito publico, não pode delegar, não pode transferir a ninguém as suas prerogativas; o Executivo não pode, sem autorização do Congresso, crear repartições officiaes; sob esse ponto de vista, é inexistente essa organização.

[...] Mostra que a associação de senhoras distinctissimas que tomou tal iniciativa não tem capacidade jurídica a respeito dos bens patrimoniaes da Maternidade.

[...] Isso nao é regular, ou bem temos Constituição ou bem um governo individual, o despotismo. No tempo do Império o Imperador e a Princeza regente queriam, mas não bastava que elles quizessem a Maternidade; o Poder Legislativo dava apenas pequenas verbas; hoje o Governo não pede; vê-se de surpresa um decreto na folha official creando a Maternidade sem autorização do Congresso

[...] É romantico, é bonito, mas não é direito (1904, p.101-2).

Destaque-se que o diretor da Maternidade estava presente na discussão, lembrando seu cargo de deputado federal e apesar de pedir a palavra, tem sua tentativa de defesa da casa que dirige adiada, pelo adiantar da hora. Porém na sessão do dia seguinte, após rápidos pronunciamentos o Dr. Rodrigues Lima pede a palavra e após ter recebido a palavra e a usa para a defesa da Maternidade.

Em sua exposição, Rodrigues Lima busca reafirmar a importância da Maternidade, mas não se furta a destacar as demais instituições fundadas em meio a mesma atmosfera propiciada durante o 4º Congresso Médico de 1900. Busca ainda, defender a compra da propriedade onde viria a se instalar a Maternidade, atacada pelo seu colega Erico Coelho. Após breve interrupção, Rodrigues Lima volta a a sua defesa, refazendo o mesmo histórico feito por Erico Coelho,

dando então a ele a sua interpretação dos fatos. Não deixa também de atingir o colega médico e deputado, que condena a comissão organizadora da Maternidade e sua fundação, dizendo,

O illustre Deputado pelo Rio de Janeiro, condemnando o papel da Comissão, levando o Governo a um dispendio tão grande, me parece que foi pouco generoso, porque S. Ex., medico e medico de bem merecida reputação, professor da Faculdade, devia perfeitamente comprehender que um serviço desta ordem, no Rio de Janeiro, não devia ser combatido.

[...] Sr. Presidente, acho que a despeza é proficua; e a Camara, si quizer, principalmente os médicos que della fazem parte, examinar o que se passa na Maternidade do Rio de Janeiro; ver as condições de miséria da população que para alli entra, comprehenderá quão patriótico é o nosso papel (1904, p.102).

E Rodrigues Lima segue com a explicação,

Não houve milagre nenhum; houve, sim um trabalho de perseverança, de esforço, de boa vontade e nada mais. O Governo por sua vez não exorbitou attendendo ao voto da Camara, isto, dando effectividade ao pensamento que votou a verba para a organização da instituição.

[...] Si a Camara tinha votado verba para a instituição desse serviço, que cumpria ao Governo fazer?

Comprar o terreno, levantar predio e installar ahí o serviço, tudo feito sob a sua fiscalização (1904, p.102).

O discurso prossegue, com o diretor defendendo a idéia que a verba destinada a Maternidade pelo Governo em breve não será mais necessária, pois ele acreditava que ela seria totalmente substituída pelo auxílio de particulares, desonerando assim os cofres públicos. Após refutar as acusações de Erico Coelho, Rodrigues Lima encerra seu discurso com uma crítica direta ao dizer

[...] Não sei se outro ponto do discurso de S. Ex. Merecerá reparo. Senti, porém, e muito, que o illustre Deputado fizesse opposição tão vehemente a todo nosso esforço, sem nos dar ao menos o prazer de uma visita.

S. Ex. Nunca entrou na Maternidade das Laranjeiras, apesar de reiterados convites; portanto, julgou um pouco aereamente, e estou certo quando S. Ex. verificar o modo por que está organizada esta instituição, será um dos votos, para que a minha iniciativa seja levada á realidade (1904, p.134).

Essa discussão, longe de representar uma vitória de um projeto tão necessário a cidade do Rio de Janeiro, bem como para o Brasil, aparenta mais um exemplo claro de disputa ideológica e política, pela instituição.

Ainda no ano de 1905, vemos a tentativa da Maternidade em tirar do papel a Escola de Enfermeiros, que já estava presente no seu documento fundador e organizador. Assim, encontramos em uma pequena coluna do Jornal do Brasil no mês de julho, intitulada “Maternidade

do Rio de Janeiro - Escola Profissional de Enfermeiras”, o pontapé inicial da Escola. Na coluna vemos, a convocação daquelas que estivessem interessadas na admissão na dita escola, para comparecerem a Maternidade para maiores informações acerca da matrícula (Jornal do Brasil, 11/07/1905, p.5).

Mas quem pensa que a questão da concessão de verba estava resolvida, engana-se. Através dos jornais descobrimos que a verba de 40:000\$, o equivalente a R\$ 4.900.000,00, tão debatida e combatida por alguns membros da Camara foi aprovada e destinada a Maternidade do Rio de Janeiro, sendo concedida como uma ajuda anual fornecida pelo Ministério de Justiça. Mas, conforme advertido, com a diminuição do valor dos recursos, as contribuições particulares começam a representar uma necessária fonte de recursos. Tamanha é a importância quando encontramos uma chamada para mais uma grande festa organizada em prol de captação de recursos para a Maternidade, que se realizaria no dia 15 de agosto do corrente ano, com o apoio do prefeito do Distrito Federal, que cede o espaço do Passeio Público para a realização. Segundo anúncio do "Jornal do Brasil" intitulado "A Maternidade - Grande festa",

Dentro de poucos dias vae a população deste capital assistir á uma festa deslumbrante; deslumbrante e utilíssima porque ella se realisara em beneficio de uma das mais vantajosas instituições de caridade ora existente, no nosso meio social.

[...] A Maternidade do Rio de Janeiro não é somente uma instituição que representa um modelo de perfeição em todo o seu aparelho scientifico, mas é, ao mesmo tempo, um dos exemplares mais característicos e perfeitos da assistência bem compreendida e muito melhor executada.

Por todos esses motivos é que uma boa vontade geral se manifesta no sentido de amparar essa Casa afim de que ella consiga todos os humanitários fins a que se destina. O governo e o Congresso não tiveram outro remedio sinão vir em seu auxílio, tantos foram os beneficos resultados da sua acção e do seu successo. Mas os recursos ainda não são bastantes e, como é natural, só a formação de um patrimônio estável poderá garantir a vida e a existência dessa associação que, para lustre do nosso nome ninguém admittirá a hypothese que venha algum dia a desaparecer (Jornal do Brasil, 12/08/1905, p.1)

Nota-se que a propaganda da festa é também uma propaganda da própria instituição, que busca reafirmar sua importância e necessidade dos serviços que presta à população da cidade do Rio de Janeiro. Creio ser essa uma sutil, porém clara tentativa de resposta, aqueles que desaprovavam a Maternidade ou mesmo aos setores do Governo Federal que atacavam a instituição.

Não encontramos mais nenhuma notícia acerca do cotidiano da Maternidade, exceto uma menção a ela em uma crítica aberta do médico Augusto Brandão, no Jornal do Commercio. O médico se mostra bastante insatisfeito com a concessão da verba de 40:000\$ a Maternidade, a mesma verba também combatida pelo Dr. Erico Coelho em sessão da Camara de 1904, que

discutia o orçamento federal do ano de 1905. Em sua crítica, ele segue a linha de raciocínio de Erico Coelho no ano anterior, aludindo a verba uma provável ilegitimidade. Então em suas palavras:

A Camara fez ouvidos de mouco ao protesto atirado por mim conta a verba de 40:000\$ consignada no orçamento do Interior para a Maternidade do Rio de Janeiro. Consignar-se a rubrica “Socorros públicos, que se refere a casos extraordinários de salvação pública, só por si bastaria para ser impugnada por qualquer membro daquela casa, mormente tendo-se para ella chamado attenção dos competentes; o silencio da Camara, porém, e daquelles que tem obrigação de defender a legitimidade daquela despeza me obrigam a voltar ao assumpto e desde já desafio a quem quer que seja que se apresente a defender essa monstruosidade, porque reduzil-o-hei a pó impalpável. Convido a illustre Commissão de Finanças a visitar a clínica obstétrica e gynecologica da Faculdade, para por seus olhos verificar se melhor fôra despender de uma vez somma mesmo maior para melhorar a sua installação, do que consignar-se annualmente essa, como se tem feito illegalmente, em despesas, como se aquelle estabelecimento inutil constituísse repartição do Ministério do Interior creado por lei. Sou daquelles que não temem a luta, sobretudo contra os fortes; e essa Maternidade, apesar de ser amparada por forte, é um escândalo que não pôde continuar a viver dos cofres públicos. Verificando que o orçamento ainda tem que soffrer 3ª discussão, lembro á Commissão de Finanças ou a qualquer deputado a seguinte emenda: “Supprima-se verba de 40:000\$ á Maternidade do Rio de Janeiro, consignando-se essa mesma despeza á rubrica “Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro”, afim de ser exclusivamente applicada para melhorar a installação da clínica obstétrica e gynecologica (19/11/1905, p.5).

As palavras do Dr. Augusto Brandão podem nos auxiliar reconstruir algumas lacunas, que anteriormente sem fontes, a história nos forçou a aceitar.

A primeira coisa a se retirar dessa sua crítica, é a interessante informação de que enquanto a Maternidade do Rio de Janeiro estava sendo criada e já prestava a assistência as gestantes, a clínica Obstétrica e Ginecologica da Faculdade de Medicina ainda estava em funcionamento, possivelmente, até aquele momento, nas dependências da Santa Casa de Misericórdia. Já foi debatido aqui anteriormente as condições precárias em que se encontrava a clínica obstétrica e ginecológica da Faculdade de Medicina. Assim, torna-se plausível a crítica. Porém, nota-se também que em momento algum nas críticas, valorizam-se os serviços prestados pela Maternidade, como um local que também se prestaria a assistência das mulheres que recorrem a seu serviço. Pelo contrário. Augusto Brandão enxerga a instituição como algo inútil.

Outra percepção obtida através da crítica feita pelo Dr. Brandão é semelhança dos assuntos abordados em sua fala com os abordados no discurso do Dr. Erico Coelho, que nos leva a perceber uma orientação dos dois em uma mesma linha de oposição. Outro aspecto que os assemelha, é que ambos professores eram chefes de clínicas no Hospital da Santa Casa de Misericórdia, sendo o primeiro de Cirurgia e o Dr. Erico de Ginecologia e Obstetrícia.

Assim termina o ano de 1905 da Maternidade, assemelhando-se ao ano anterior, onde vê sua verba ameaçada novamente e atacada por aqueles que não viam utilidade nos serviços por ela prestados.

O relatório nos traz os valores relacionados as receitas e as despesas do ano de 1905, mostrando que o aumento nos atendimentos acabam por elevar também as despesas. Segundo relatório, somando-se a subvenção fornecida pelo governo federal, as contribuições particulares e as diversas movimentações obtidas através da Associação Auxiliadora da Maternidade, obteve-se o valor de 126:078\$959 (cerca de R\$ 15.500.000,00) de receita, porém as despesas chegaram a 125:710\$508 (aproximadamente R\$ 15.466.000,00), restando para o ano de 1906, o valor de 368\$451 (cerca de R\$ 45.000,00).

O ano de 1906 pareceu ser para a Maternidade um ano bem tranquilo, ou assim ele passou pela imprensa. Nenhuma crítica ou passagem foi encontrada nos jornais, nem mesmo nos Anaes da Camara de Deputados.

A melhor fonte para a Maternidade do Rio de Janeiro para o ano de 1906, está nas informações colhidas novamente através do Relatório do Ministério da Justiça, publicado em 1907. Na sessão “Maternidade do Rio de Janeiro”, temos uma análise do ministério sobre os serviços prestados pela maternidade no anterior. Assim:

Este utilissimo estabelecimento de assistência continua a prestar relevantes serviços sob a desvelada e proficiente direcção do Dr. Antonio Rodrigues Lima. Os poderes publicos, indo ao encontro dos esforços dos organizadores da Maternidade, tem-na auxiliado e o orçamento para o exercicio de 1906 consignou para esse fim a quantia de 40:000\$ [...] (1907, p.178)

As notícias sobre a Maternidade voltam a rarear nos meios de comunicação no ano de 1907, até o mês de setembro, quando a verba destinada a Maternidade volta a ser discutida. Encontramos que a verba destinada ao auxílio da Maternidade foi suprimida pela Comissão responsável pelo orçamento, apesar do apelo do relator responsável Francisco Cornelio da Fonseca Lima. Segundo a coluna,

[...] Este anno, o Governo, na proposta, suprimiu a verba. O relator do orçamento, Sr. Cornelio da Fonseca propoz o restabelecimento, porém a Comissão de Finanças manteve a suppressão. É incrível que, neste momento em que tanto se está gastando e se vão gastar ainda com o provimento do solo, seja suprimida aquella verba, destinada a um estabelecimento onde parturientes pobres encontram acolhida e tratamento. Conclusão: o Ministério da Viação que o povoamento e o do Interior o ... despovoamento (Jornal do Brasil, 13/09/1907, p.3).

Apesar da supressão da verba, não encontramos em nenhum outro jornal, além do Jornal do Brasil, a mesma notícia ou alguma outra que se pronunciasse a favor ou contrário a dita supressão. Temos uma menção a supressão da verba apenas nos Annes da Camara dos Deputados, em setembro, através das palavras do deputado Alcindo Guanabara.

Em sua fala, ele diz:

[...] Outro estabelecimento da Capital, que não concebo que se deixe em abandono, é o da Maternidade do Rio de Janeiro. Este abandono é absolutamente incrível.

[...] Ella foi fundada, graças a uma dotação orçamentária, e assim mantida até o anno passado, e agora, sem nenhuma explicação, sem uma razão, sem uma palavra, si quer, a Commissão supprimiu esta verba; deixa assim em abandono, deixa naturalmente perder-se o que á existe! (Annaes da Camara dos Deputados, 19/09/1907, p. 599/600).

Nenhum outro deputado levantou-se para se opor ou concordar com as palavras de Alcindo Guanabara, diferente do embate travado no passado entre o Dr. Rodrigues Lima e o Dr. Erico Coelho. Talvez devêssemos considerar uma certa queda da popularidade da Maternidade, a partir de 1906. A mudança no comando do ministério da Justiça também pode ter sido um fator importante para essa mudança no tratamento com a Maternidade. Mas é perceptível, a forma como as notícias sobre a Maternidade do Rio de Janeiro praticamente desaparecem a partir de 1906.

Encontramos em uma pequena coluna de janeiro de 1908, a informação quase escondida de que o Dr. Rodrigues Lima havia reassumido seu lugar na direção da Maternidade. Essa mesma notícia volta a surgir, bem descrita, porém superficialmente exposta no Relatório do Ministério da Justiça de 1908, nos dando uma pista para que talvez, compreendamos melhor o que aconteceu com a Maternidade em 1907.

Segundo informado na sessão “Maternidade do Rio de Janeiro”, Antonio Rodrigues Lima retornara a direção em janeiro de 1908 após um período de licença. Durante seu afastamento, que parece ter durado todo o ano de 1907, Furquim Werneck, até então vice-diretor, substituiu-o, sem maiores informações. Em momento algum, o relatório refere-se a supressão da verba que estava sendo discutida anteriormente.

Em outro momento, temos a informação que

Cumpre tornar saliente o esforço do grupo médico que conseguiu dotar a capital da Republica com o estabelecimento da Maternidade, cujos resultados não são inferiores aos de estabelecimentos congêneres das grandes capitais e que se destaca entre os que apresentam menor mortalidade (Correio da Manhã, 23/01/1908, p.135).

Em fevereiro a “Gazeta de Notícias” nos traz a notícia sobre a substituição de dois membros da direção da Maternidade. Francisco Vicente Gonçalves Penna deixa o cargo de tesoureiro e assume como vice-diretor, substituindo Furquim Werneck, falecido neste mesmo mês, e Maurillo Tito de Abreu assume o cargo de tesoureiro (Gazeta de Notícias, 29/02/1908, p.2).

A Maternidade ainda figuraria as manchetes neste ano. Segundo coluna que transcreve uma carta de uma parturiente alegando não ter sido atendida pela Maternidade, Alcindo Guanabara, redator do jornal, através de um relato bem minucioso, faz um panorama da Maternidade desde sua criação.

A mesma segue dizendo que:

[...] Há tempos, foi apresentada na Maternidade desta cidade, á rua das Laranjeiras, a criada Helena dos Santos, em adiantado estado de gravidez, por signal que levando um bilhete de recommendação da escriptora Carmem Dolores, em cuja casa servira. Matriculada ahi sob o nº 3.140, seguindo o cartão que junto a estas linha lhe foi entregue neste dia, teve ordem essa rapariga para voltar dentro de 15 dias, visto não haver chegado ao termo da sua gravidez. Quando, porém, tornou ao cabo dessa quinzena, mostrando o mesmo cartão de admissão, recebeu de novo a ordem de voltar mais tarde, que ainda não chegara o momento; e quatro vezes mais o mesmo aconteceu, ficando sempre essa criatura impedida de entrar para aa Maternidade, não obstante o seu avançado estado de gravidez e o bilhete da admissão no primeiro dia recebido.

Nestas condições, impossibilitada de empregar-se assim pesada e sem meios de subsistência, dormindo ora aqui, ora ali, por caridade, sentia Helena dos Santos as decisivas dores de parto na noite de quarta-feira e conseguiu arrastar-se até a maternidade, onde chegou ás 11 horas, mal podendo já se ter em pé.

Pois bem, sr. redactor, a parteira e o interno desse estabelecimento caridoso, não só recusaram acolher a mísera rapariga em trabalho de parto, como até a enxotaram brutalmente aquella hora tardia, obrigando a voltar pelas ruas solterias, gemendo de dores e exposta a dar a luz em uma calçada, como um animal errante.

Está vendo v. ex. sr. redator, a barbaridade do processo desta Maternidade tão precognizada.

Resultado: Helena dos Santos, primipara, contando com a Maternidade, cujo cartão lhe servia de garantia, não tinha mais casa; e repellida em trabalho de parto, mal pode ganhar o commodo caridoso de umas pretas, onde deu á luz, no chão, sem assistência médica, e privada de todos os cuidados.

[...] Mas que diremos de um estabelecimento como esse da Maternidade, dirigido pelo Dr. Rodrigues Lima, e que permite no seu seio crueldades dessa ordem, e mantem no seu pessoal uma parteira que repelle á noite uma doente matriculada, em pleno trabalho de parto? (A Imprensa, 13/06/1908, p. 1)

Alcindo Guanabara continua em sua coluna, dizendo que:

A crueldade com que foi tratada esta pobre mulher que ainda agora se acha na mais triste das situações, tendo dado a luz num quarto superpovoado, no chão, se acha exposta a contrair uma infecção e a morrer, depõe eloquentemente contra este estabelecimento (A Imprensa, 13/06/1908, p.1).

As críticas contra o caso da recusa a gestante, ocorrida na Maternidade, prosseguem nas páginas desse mesmo jornal entre os dias 13 a 20 de junho. Dando continuidade as reportagens,

Alcindo Guanabara escreve a coluna intitulada “A Maternidade das Laranjeiras - Não serve aos seus fins. Outra mulher em trabalho de parto repelida!”. O jornalista inicia sua coluna, repassando o caso da gestante Helena que não foi aceita na Maternidade, acabando por dar a luz em um quarto de hospedaria, sem os devidos cuidados. E não para por aí. Ele segue o relato, informando que outra gestante, esta sem nome informado, teve o mesmo acesso a maternidade negado, dando a luz em um tilbury (tipo de veículo que contava com duas rodas, puxado por tração animal), sofrendo de grave hemorragia. A coluna se encerra, com a exigência de Alcindo para que Rodrigues Lima “empenhe para com o público a sua palavra em como providenciará, de modo a que as mulheres do povo que se dirijam á Maternidade encontrem nella o abrigo, que o governo lhes quiz dar” (A Imprensa, 13/06/1908, p. 1).

No dia seguinte, na coluna “A Maternidade das Laranjeiras - É uma casa de saúde, montada com o dinheiro do Estado, para gozo de seus directores! Um escândalo, uma patifaria, a que cumpre pôr termo”, Alcindo Guanabara apresenta mais uma história que se apresenta contra a boa reputação da Maternidade.

Segundo ele, uma criada que havia se apresentado recentemente à casa do médico, professor de partos da Faculdade de Medicina e senador Erico Coelho para trabalhar, estava em adiantado estágio de gravidez, sendo aconselhada pelo mesmo a se dirigir imediatamente a Maternidade das Laranjeiras, estabelecimento que ficava muito próximo de sua casa. A dita criada seguiu para a Maternidade, munida de indicação do médico, através de um cartão pessoal do professor. Ao chegar lá, foi advertida a retornar à residência e apenas se encaminhasse a Maternidade em caso de dores. Ao encontrar o Dr. Erico Coelho, o mesmo vendo a situação que a mesma se encontrava solicitou o seu retorno imediato a Maternidade, munida novamente de um cartão de recomendação pessoal seu. Segundo o relato, ao chegar a maternidade, negaram novamente recebê-la. Ao saber disso, o Dr. Erico Coelho recolhe-a em sua clínica na Santa Casa da Misericórdia.

Munido dessas informações, Alcindo Guanabara não deixa de dar o seu parecer acerca da situação daquelas mulheres mais necessitadas dos serviços da Maternidade, quando diz que

Si a uma pessoa, que se apresentava reccommendada por um homem na situação e na posição do sr. Senador Erico Coelho, a Maternidade das Laranjeiras recusa a admisão, já não é para estranhar que o faça ás pobres mulheres do povo, que ahi se apresentam sem outra recommendação, sinão a sua necessidade e a sua angustia! (A Imprensa, 14/06/1908, p. 1)

No dia seguinte a essas acusações, Rodrigues Lima envia uma carta resposta publicada nos jornais “A Imprensa” e “O Paiz”. Cada jornal aborda a carta de uma forma diferente, tomando uma posição contra ou a favor do ilustre médico e da Maternidade.

Podemos perceber que a carta de Rodrigues Lima é uma tentativa de explicar os fatos como eventos separados, sem ligação um com o outro, obra da casualidade, mas também justificando que o tamanho tímido da Maternidade contribui para que esses acontecimentos possam se repetir.

De acordo com Rodrigues Lima,

Na Maternidade das Laranjeiras existem apenas 50 leitos e, para atendermos ao grande numero de mulheres, que reclamam os socorros clínicos do estabelecimento, resolvemos internal-as somente na ultima quinzena da gestação. Foi necessário tomar essa medida, porque, de dia a dia, avulta o numero daquellas, vindas não só da cidade como dos subúrbios e de Nitheroy.

[...]Um facto referido no artigo de 13 é verdadeiro em parte. No 3º dia de carnaval, veio uma parturiente em um carro, e não pôde ser admittida no estabelecimento, porque estavam todos os leitos occupados. Para uma doente em estado grave, accomen-tida de eclampsia, que tinha chegado antes, teve uma das enfermeiras de ceder o seu leito, e por isso recomendou-se á parturiente que procurasse a maternidade da Misericórdia.

Muito vos agradeceria se pessoalmente viesses visitar a Maternidade das Laranjeiras; poderieis assim conhecer melhor a organização de nosso serviço clinico, e estou convencido de que melhor que vossos informantes, fareis mais justiça aos esforços do corpo medico da Maternidade (O Paiz, 15/06/1908, p.2).

No jornal “A Imprensa”, a carta é publicada seguida das palavras de Alcindo Guanabara, que diz conhecer a competência do ilustre diretor, mas não deixa passar sua pesada crítica a instituição dizendo que,

A carta que se acabe de lêr, confirma plenamente as nossas proposições. O dr. Rodrigues Lima declara que a Maternidade é uma instituição de caridade. Nós pensamos que dizemos melhor affirmando que o é de assistência. As mulheres do povo que para lá se dirigem, não impetram caridade dos directores desse estabelecimento: têm direito a ser por elles assistidas, porque foi para isso que o Estado fundou, com o dinheiro público, esse estabelecimento.

[...]

Entretanto, as gestantes que podem pagar a diária ahi cobrada, são sempre admittidas (A Imprensa, 15/06/1908, p.1).

Já no periódico “O Paiz” claramente posicionado a favor da instituição e sua direção, as palavras são outras. Segundo sua coluna intitulada “A Maternidade”,

De que é que a “Imprensa” accusa a Maternidade? De falta de higiene, de asseio, de conforto, de cuidados dispensados ás doentes que acolhe, de abandono, de desidia e incapacidade dos médicos e enfermeiras?

Nada disso. O crime praticado pela directoria desse estabelecimento consiste em assistirem com tanto desvelo as mulheres que ali vão dar á luz, que todos os leitos estão occupados, todas as parturientes preferem recolher-se ao edificio das Laranjeiras, a ir para a Santa Casa de Misericórdia, onde aliás são tratadas com caridade, único recurso que até ha pouco tinham (O Paiz, 15/06/1908, p. 2)

A celeuma continua nos jornais pelos dias seguintes. Alcindo Guanabara, nas edições seguintes da "Imprensa" continua suas críticas ao atendimento dispensado as mulheres na Maternidade do Rio de Janeiro. Assim, dando pouca importância a resposta de Rodrigues Lima, o redator da "Imprensa" publica no dia 16 mais uma coluna, chamada "A Maternidade das Laranjeiras - Custou ao Estado 370 contos e o "Paiz" declara que lhe não pertence!", acalorando mais a discussão.

Na dita coluna, o redator inicia justificando ao porquê da não publicação da resposta de Rodrigues Lima. Em suas palavras, a dita carta chegou um dia depois da publicação da mesma no jornal O Paiz, onde Rodrigues Lima pede pela defesa da Maternidade e questiona a "chance negada" pela "Imprensa". No decorrer da coluna, a crítica se torna mais direcionada a uma postura da Maternidade, quando ele pede que

Tranquillize-se o nosso collega d'O Paiz; não é a Maternidade das Laranjeiras que estamos fazendo guerra. Cooperamos para a sua fundação apoiando a iniciativa na imprensa e concorrendo com o nosso voto no Congresso.
[...] O que combatemos é o caracter que se deu á essa das Laranjeiras, onde a admisão das gestantes pobres é difficilima, porque os leitos estão occupadas pelas doentes da clinica gynecologiacas dos seus directores e pelas gestantes que pagam a diária de 15\$000! O que queremos é que essa Maternidade seja effectivamente um estabelecimento, não de caridade, que é coisa que se pode ter ou deixar de ter, fazer a este e recusar áquellle, mas de assistência a todos devida e por todos reclamada, sem humilhação (A Imprensa, 16/06/1908, p.1).

E segue na crítica finalizando a coluna ao dizer que,

Nós comprehendemos muito bem que é incomparavelmente mais agradável calar essas coisas, cuja denuncia e analyse não aproveitam, a ninguém determinadamente, porque as desvalidas, que ali vão ter, não tem nome, não tem relações, nem sequer têm o que os jornaes escrevem a seu favor; mas entendemos assim o nosso dever jornalístico e havemos de cumpril-o, naturalmente como o entendemos (1908, p.1).

A situação ainda ganha um novo episódio, quando, da publicação de um pequeno bilhete do Dr. Erico Coelho envolvido na primeira queixa contra a Maternidade, endereçado a Alcindo Guanabara. Nele, Erico informa que, em momento ninguém da instituição o havia procurado [...] "para colher informações a respeito do facto verberado por ti. Peço-te o favor de publicar estas letras na intenção de que os médicos, os invejosos do director da Maternidade das Laranjeiras, não suponham que renego o meu depoimento (A Imprensa, 17/06/1908, p.1). Com essas palavras podemos perceber que o relacionamento dos dois ilustres médicos e colegas na Faculdade de Medicina não estava em seus melhores momentos.

Voltamos a encontrar no jornal “A Imprensa” mais uma coluna assinada por Alcindo Guanabara falando sobre a Maternidade. Na coluna intitulada “Maternidade das Laranjeiras é um estabelecimento official”, o título está em maior destaque que as demais, por conta das letras em tamanho quase descomunal, se comparadas aos demais títulos.

Logo nas primeiras linhas, o redator tenta desfazer uma "má impressão" ao defender que as linhas das colunas já publicadas em nada denigrem a imagem do diretor Rodrigues Lima. Nas palavras de Alcindo Guanabara: “[...] Até aqui, não fizemos nenhuma referência directa ou indirecta á capacidade profissional e technica do sr. dr. Rodrigues Lima. Distinguimos perfeitamente entre Rodrigues Lima, médico parteiro, e Rodrigues Lima, director dessa Maternidade das Laranjeiras” (A Imprensa, 18/06/1908, p.1).

Mas não para por aí. Alcindo continua a coluna,

A Maternidade das Laranjeiras (assim chamada pelo povo, porque o seu nome official é *Maternidade do Rio de Janeiro*) é um estabelecimento official, creado - tomem bem nota do termo - creado e mantido pelo Estado, como um ramo de assistência publica, para serem nelle acolhidas e socorridas as gestantes e as parturientes desvalidas; e que, no emtanto, da porta desse estabelecimento publico de Assistência são repellidas as mulheres miseráveis que o procuram, ás quaes se alimenta a esperança da admissão no momento da urgência e ás quaes, entretanto, essa admissão é negada, mesmo nesse momento, mesmo quando a urgência é de tal ordem, que o parto se dá no proprio vehiculo em que a parturiente é recambiada; e que, ao passo que isso se dá, são admittidas na Maternidade as mulheres que podem pagar as diárias de 12\$000 e 15\$000, ás vezes por cotas adiantadas, ou as somas ajustadas para as operações, o que desnatura e perverte a índole do estabelecimento, collocando o governo na contingência fatal de intervir, como é seu direito e seu dever, para restabelecer o character de estabelecimento de assistência publica que a Maternidade perdeu por direcção viciosa. [...] Que a Maternidade do Rio de Janeiro repelle parturientes miseráveis que a ella recorrem, é facto que não pode mais soffrer contestação. O sr. dr. Rodrigues Lima confessa-o; e rejubila-se porque até agora só chegaram ao nosso conhecimento cinco desses casos. Observe, porém, o leitor que os casos que conhecemos são, apenas, de pessoas protegidas pela nossa classe média; e quando se reflecte que não logrou ser admittida uma mulher que ahi se apresentou com um cartão do sr. dr. Erico Coelho, professor de partos da faculdade de Medicina, pode-se bem calcular o numero de infelizes, sem protecção alguma, que têm visto serem fechados na cara os portões daquelle palácio, construído como dinheiro dos contribuintes para abrigo de todos! (A Imprensa, 18/06/1908, p.1).

As reportagens continuam no jornal a “Imprensa”, mas não encontramos mais mesmo empenho no “Paiz”, de onde o assunto referente ao caso da Maternidade desaparece de suas páginas. Assim, como o nome de “A Maternidade do Rio de Janeiro só pode receber mulheres pobres!”, mas uma vez na página principal Alcindo Guanabara continua o seu ataque, nesse artigo direcionado ao atendimento remunerado de mulheres na Maternidade.

Segundo seu relato,

[...] O sr. dr. Rodrigues Lima confessou que se praticaram nesse estabelecimento “oito ou dez operações remuneradas”.

-S. ex. Não sabe ao certo o numero; o que realmente é praxe - e foram recebidas e hospitalizadas, num período que não é precisado, 64 mulheres, que pagaram pensão. Pois bem: na Maternidade das Laranjeiras SÓ PODEM SER RECEBIDAS LEGALMENTE MULHERES POBRES! (A imprensa, 19/06/1908, p.1)

A série de reportagens se encerra na edição do dia 20 de junho com a manchete “SI A MATERNIDADE DAS LARANJEIRAS NÃO PERTENCE AO ESTADO ENTÃO A QUEM PERTENCE?”, onde o redator alega estar "esgotando" o assunto. Nesse artigo, Alcindo Guanabara aprofunda suas críticas a uma visão, defendida segundo ele pelo jornal "Paiz" de que a Maternidade não seria do Estado.

Nesse sentido, após analisar as linhas do Estatuto de fundação da Maternidade do Rio de Janeiro, segundo ele,

A circumstancia de se permittir que a Maternidade constitua o seu patrimônio com legados, doações ou contribuições de particulares, sejam espontaneos, sejam angariadas pela senhoras da nossa melhor sociedade, evidentemente levadas a isso por acreditarem que de facto só estava tratando de socorrer as desvalidas e miseraveis, em nada altera a essência da instituição, em nada modifica o seu character de estabelecimento do Estado, ramo da administração publica, cuja direcção o estado confia a pessoas que lhe parecem aptas.

[...]Seja como for, não é possível que, tendo surgido a insinuação de que a Maternidade não pertence ao estado, se remetta a sua directoria a um silencio commodo, em face das provas irrecusaveis que aqui exhibimos e que, em qualquer tribunal, nos dariam ganho de causa. Esse silencio vale pela confissão, pela impotência para contestar, pela affirmação de que a verdade está comnosco (A imprensa, 20/06/1908, p.1).

E por último, para encerrar esse ácido artigo, o redator deixa uma sugestão ao Governo Federal, que mostra bem sua posição, em especial, referente ao diretor da Maternidade, quando aconselha

Si, para tamto, for mister, que o governo colloque na sua direcção pessoa de sua confiança, a oportunidade se lhe depara agora, porque, por morte do saudoso sr. dr. Furquin Werneck, vagou o cargo de vice-director e não nos consta que o sr. ministro do interior haja nomeado seu substituto [...] (A Imprensa, 20/06/1908, p.1).

O primeiro destaque que é necessário ser feito, é uma crítica, ainda que velada, a administração do Dr. Rodrigues Lima, já que Alcindo Guanabara sugere que seja nomeado para a direção da Maternidade "uma pessoa de confiança do Governo". Rodrigues Lima não seria da confiança do Governo? Então o que ele ainda faria na direção na Maternidade, após todos esses anos? Uma segunda coisa percebida, é o "curioso" desconhecimento da substituição do falecido

vice-diretor da Maternidade. Conforme anteriormente citado aqui, esta notícia apesar de não ter sido amplamente divulgada nos jornais, foi publicada em alguns dos principais veículos de comunicação da Capital Federal, como a “Gazeta de Notícias”, em 23 de fevereiro e no Jornal do Brasil em 29 de fevereiro, além de constar no Relatório do Ministério da Justiça sobre o ano de 1908 (esse publicado a posteriori, informando inclusive a data da posse dos novos membros da diretoria). Seria possível o bem relacionado e informado redator do “A Imprensa” ter deixado escapar essa notícia? De qualquer forma, o recado está dado. Não haveria outra forma da Maternidade se reerguer e fazer aquilo a que ela fora destinada, com a direção atual da Maternidade.

A Maternidade do Rio de Janeiro só volta a aparecer novamente nos jornais, no mês de agosto, pela divulgação de mais um festival, que se realizaria no Parque Fluminense, na segunda semana de outubro, cuja renda seria revertida em benefício da Maternidade e foi totalmente organizado pelas destacadas senhoras da sociedade carioca. Dias depois, os jornais declarando o sucesso da festa, informam que além dos concertos, a festa contou ainda, com espetáculos de óperas, que contribuíram para que fosse “[...] em resumo, uma festa encantadora”(O Paiz, 17/10/1908, p.12).

Depois de um ano tumultuado, permeado por críticas e acusações, a Maternidade mostra sua importância para a cidade nos atendimentos das mulheres carentes e o apoio que obtinha do Governo Federal, através das palavras do ministro da Justiça Dr. Augusto Tavares de Lyra que versando a respeito da Maternidade, destaca que:

O movimento clínico tem tido progressivo desenvolvimento e o auxílio prestado com maior dedicação e desinteresse, pelo grupo médico, muito concorre para a regularidade dos serviços da Instituição, tão sympathica aos proletários desta cidade e digna sempre do apoio dos poderes publicos (Relatório do Ministério da Justiça, 1909, p. 138)

No ano de 1909 a Maternidade e a Santa Casa de Misericórdia não conseguem chegar a um consenso sobre a responsabilidade dos enterramentos das mulheres indigentes, falecidas na Maternidade. A questão, havia chegado a um ponto tão complexo, que foi necessário a mediação do Ministério do Interior e seu prestígio para solução.

Assim,

O ministro do Interior officiou ao provedor da Santa Casa de Misericórdia, attendendo a uma reclamação feita pelo director da Maternidade do Rio de Janeiro, pedindo providências para que sejam enterrados os indigentes mortos nesse estabelecimento, visto tratar-se de uma instituição de caridade dependente de seu ministério (Correio da Manhã, 04/07/1909, p.5).

Ainda segundo os jornais da Capital, o assunto retornaria às discussões em agosto, mostrando que a solução não seria tão simples ou rápida. Assim, vemos novamente a intermediação do ministro do Interior, que desta vez solicita a rápida intervenção do Prefeito do Distrito Federal na questão do enterro dos indigentes. Segundo nota, "O ministro do Interior solicitou providencias ao prefeito do Distrito Federal, no sentido dos enterros de indigentes fallecidos na Maternidade do Rio de Janeiro serem feitos, gratuitamente, pela Santa Casa de Misericordia" (Correio da Manhã, 01/08/1909, p.3).

No mês de setembro de 1909, temos mais um afastamento do diretor Antonio Rodrigues Lima. Não temos informações acerca do tempo de afastamento ou motivo. Conta apenas, que Francisco Vicente Gonçalves Penna, então o vice-diretor, é nomeado como diretor em substituição a Antônio Rodrigues Lima. A falta de documentação acaba nos trazendo mais perguntas do que respostas (Correio da Manhã, 11/09/1909).

Após alguns meses, somos surpreendidos em dezembro, por uma sequencia de apelos no jornal Correio da Manhã, sobre a falta de recursos para a Maternidade e o possível encerramento de suas atividades.

Assim, com o título "A Maternidade do Rio de Janeiro - FALTA DE RECURSOS - UM APPELLO AO PUBLICO, temos logo no primeiro parágrafo que "a Maternidade do Rio de Janeiro está para fechar as suas portas, por falta de recursos!" (Correio da Manhã, 08/12/1909, p.2)

De acordo com a notícia:

Em todo o universo intellectual, bem pode definir-se o momento que atravessamos pelo interesse, tomado vivamente por todos os governos, em relação aos assumptos referentes á assistência publica, sendo que a questão da natalidade se impõe sobre todas as outras, movendo em conjunto, unidos num bello impulso não só de caridade, sinão também de patriotismo, todos os homens que pensam e sentem - estadistas, e médicos, políticos e cientistas; [...] no momento actual e nesta cidade, é duro de noticiar, [...] o facto de terem de cerrar-se para sempre as portas do estabelecimento modelo que é a Maternidade das Laranjeiras.

Basta citar o seguinte:

Em menos de cinco annos de existencia, essa casa de caridade prestou serviços ginecológicos a mais de 4300 mulheres e nella, com todo o carinho que o coração inspira, nada menos de 2600 creaturas já deram a luz. A estatística das grandes operações realizadas com êxito registra a elevada cifra de 500 (Correio da Manhã, 08/12/1909, p.2).

E continua o relato, que segue defendendo a instituição e nos dando um quadro geral dos números da Maternidade nos seus 05 anos de funcionamento, quando informa que

De todos os pontos da cidade a maternidade das Laranjeiras recebe parturientes e doentes da especialidade - e isto a qualquer hora do dia e da noite, e isto sem remuneração de especie alguma. Verdadeiro serviço de assistência publica.

[...] O material cirúrgico é magnífico e encontra-se sempre aparelhado, de sorte a poder-se em caso de urgência, logo realizar a mais importante operação. É mantido ainda um serviço completo de exame de amas de leite.

[...] De ha muito, lutam os que a dirigem contra a vantagem enorme que a despesa leva sobre a receita. E não há mais como sustentar o equilibrio orçamentário: cada dia cresce mais o movimento de doentes internadas e por internar...

Imaginem que o governo, para uma instituição de primeira ordem, com essa, casa de sciencia e de caridade, dá annualmente uma pensão de senta contos de réis, quando as despesas della, reduzidas do melhor modo, orçam annualmente por noventa! É fácil calcular os apuros da administração para dar conta do seu recado ... E a lotação do estabelecimento está sempre completa, consultórios repletos, as internadas aumentando em número dia a dia, tornando-se assim mister a ampliação da casa - que, só ella, é a mesma de quatro annos atrás.

[...] Appellamos para o coração dos leitores, para a generosidade dos que podem dar um obolo a quem necessita. É necessário que a Maternidade não feche as portas (Correio da Manhã, 08/12/1909, p.2)

Os apelos continuam pelos próximos dias, repetindo as palavras de socorro a causa da Maternidade. A convocação parece ter convencido os membros do Governo Federal, quando encontramos a tentativa de se levar a discussão da Camara um projeto do deputado e advogado Manoel da Motta Monteiro Lopes, que dobraria o auxílio da verba destinada a Maternidade do Rio de Janeiro, chegando ao valor de 120:000\$ anuais.

Infelizmente, a medida parece não ter sido aprovada, levando em conta a informação contida no Relatório do Ministério da Justiça de 1910, publicado três meses depois, que não menciona nenhum aumento ou mesmo valor da destinação no orçamento para o ano. (Relatório do Ministério da Justiça, 1910, p.315).

Em janeiro de 1910, o industrial, presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro e então detentor do contrato de iluminação pública da cidade do Rio de Janeiro, Julio Benedito Ottoni, resolve entregar uma substancial doação para a Maternidade. Este, já vinha fazendo pequenas doações destinadas à Santa Casa de Misericórdia, e agora descontente com o destino das mesmas, resolve redistribuir esses valores para outras instituições.

Assim decidido, pede que seja publicada carta que dizia:

Envio a V. S. o meu requerimento á Provedoria, Junta e Mesa da Santa Casa propondo a modificação da doação que está até hoje sem applicação.

Proponho destinar ao Hospital de Crianças a doação e o que ella render de ora em diante, sendo entregue á Maternidade das Laranjeiras a renda arrecadada ate hoje e que não foi, como deveria ter sido, applicada á Maternidade.

Por esta fórmula, ficamos os três contentes: a Santa Casa, que fica com a Maternidade, onde está, os pobres socorridos nos dias Instituições de Caridade, e eu, que vejo o meu ex-cobre empregado a meu contento.

Esperando para este accôrdo a valiosa protecção, sou com estima e consideração. De V. S. attento, amigo, criado e obrigado. - Julio B. Ottoni (Jornal do Commercio, 30/01/1910, p.8).

O donativo, no valor de 20:000\$ (cerca de R\$ 2.460.000,00), foi encaminhado à Maternidade, por Julio Ottoni, que entrega a Antonio Rodrigues Lima, sem data divulgada. Só conseguimos essa informação, através de uma observação curta, no fim da página do Relatório do Ministério do Interior, publicado em março de 1910 (Relatório do Ministério da Justiça, 1911, p.224).

Em dezembro ainda encontramos uma pequena nota nos jornais, onde relata que o industrial já tinha encaminhado anteriormente uma oferta de menor valor, 1:265\$ (cerca de R\$ 155.595,00) para a Maternidade (Jornal do Commercio, 29/12/1910, p.4).

Visando ajudar nas despesas da instituição, que havia se tornado querida das autoridades, encontramos a tentativa do então prefeito Serzedelo Correa, em parceria com a Associação de Imprensa, ao organizar a Festa Joannina, que se realizaria no Parque da República, (atual Campo de Sant'Anna, no centro da cidade). De todo o valor arrecadado com a festa, 5% seriam destinados a Maternidade. E assim foi feito.

A festa realizou-se entre os dias 13 e 29 de junho, destacando-se pelas atrações que disponibilizou aos participantes. Além dos bailes habituais, a festa contava com “artísticos bailes monstros, maravilhoso fogo de artifício das 10 às 11 horas da noite; corridas constantes de automóveis para crianças, carros puchados a ponneys e cabritos” (A Imprensa, 13/06/1910, p.6).

Cerca de um mês após a festa, a Comissão promotora das festas Joanninas entrega o valor de 1:500\$ para o diretor Antonio Rodrigues Lima. Este se utiliza do mesmo veículo de comunicação que deu a informação, para agradecer a iniciativa de todos aqueles que serviram ao bem da instituição (Jornal do Commercio, 29/07/1910).

Sabendo da importância da Maternidade para a cidade e para a assistência médica, em junho de 1911, o presidente Hermes da Fonseca resolve fazer-lhe uma visita oficial.

Segundo relatos, o Presidente foi acompanhado pelo Ministro da Justiça Rivadavia Correa, e foram recebidos por toda a equipe médica da instituição, encabeçada pelo diretor Antonio Rodrigues Lima. Após visita “minuciosa” por todas as dependências da Maternidade, e análise dos demonstrativos de atendimentos realizado pela casa desde sua fundação:

[...] O Sr. Marechal Hermes verificou a necessidade que ha de que o governo e a sociedade dêem o seu apoio áquelle benemérito estabelecimento, que tão assignalados

serviços tem prestado ás classes desfavorecidas da fortuna. Estes benefícios são tão procurados, que a hontem, todos os leitos da Maternidade estavam ocupados. Antes de se retirarem, o Sr. presidente e o ministro da Justiça, deixaram no livro das visitas a magnifica impressão que lhes causara o aceio, a boa ordem e a rigorosa higiene que observaram no estabelecimento (Gazeta de Notícias, 22/06/1911, p.3).

Além da verba anual destinada a Maternidade, paga pelo Governo Federal, e dos auxílios caridosos de particulares, a instituição podia contar com uma outra fonte de recursos. Desde sua fundação, ela recebe uma quantia relacionada as arrecadações da Loteria Nacional. Assim, temos que em outubro, a Maternidade recebeu referente a loteria da Candelária cerca de 5:260\$, aproximadamente R\$ 646.980,00 (em valores atuais), sendo 3:680\$ (R\$ 454.650,00) referentes ao ano de 1910 e o restante correspondente ao primeiro semestre de 1911 (O Paiz, 28/10/1911).

Em fevereiro de 1912, encontramos a visão do redator do jornal "A Gazeta", que havia visitado a Maternidade e relata minuciosamente como ela aconteceu. Ao chegar a instituição, ele é imediatamente recebido e acompanhado pelo Dr. Raul Penna, da equipe médica, que o leva a cada sala e enfermaria.

Segundo suas palavras então, podemos ter uma idéia real do funcionamento e organização da equipe médica responsável pelo atendimento das mulheres que chegam na Maternidade, estando ela assim dividida

[...] em duas secções diferentes: - a de gynecologia, a mais importante talvez, apesar de ser a menor, e a de obstetrícia.

A primeira está a cargo dos Drs. Murillo de Abreu, agora substituído pelo Dr. Arnaldo Quintela, e Barros Barreto. A segunda está sob a direcção clínica dos Drs. Bento de Castro e Costa Rodrigues. São auxiliares das duas secções os médicos internos, Dr. Raul Penna e Queiroz Barros. Há, ao todo 4 alumnos internos e 4 externos. As enfermeiras de obstetrícia são em número de cinco, tendo, dentre ellas, uma chefe (Gazeta de Notícias, 01/02/1912, p.1).

Outra informação que o redator nos revela, é uma comparação feita entre os números dos atendimentos e cirurgias realizadas pelo serviço de ginecologia com alguns dos principais serviços de outros locais, em especial na Europa e mostra que A Maternidade do Rio de Janeiro em nada fica a dever perante esses hospitais.

Ele ainda destaca a necessidade de apoio a instituição quando diz que a existência da Maternidade "[...]tem sido mantida com grande sacrificio de pessoas esmolares, pois, o auxilio pecuniario que lhe dá o governo, de 5 contos mensaes, ou 60 por anno, é insufficiente para a sua manutenção. Todos os mezes a despeza sobe avantajadamente essa quantia" (Gazeta de Notícias, 01/02/1912, p.1).

Outro aspecto que tem espaço na sua narrativa é a situação do interior do prédio da Maternidade. Essa informação é de extrema necessidade para que possamos ver um pouco da situação do prédio anos após a sua fundação.

Segundo ele:

A Maternidade no seu interior, um primor de asseio, de hygiene e de conforto. Suas enfermarias são espaçosas, altas, limpas, amplamente arejadas e bem illuminadas. As camas das internas e os berços das crianças são bem tratados, limpos, cuidadosamente vistoriados não só pelos internos como pelas enfermeiras. A sala de operações, toda oleada, de cor clara, está installada conforme as mais modernas exigências da cirurgia. O material para operações, todo o arsenal cirúrgico; está disposto em armários de vidro, brilhando os metaes na sua pureza de objectos bem tratados. Fóra do edificio, no grande pomar da casa, ficam a estufa e o pavilhão de isolamento. Aquella é rigorosamente higienica e presta os melhores serviços a Maternidade. Este, que tem a denominação de “Pavilhão Tarnier”, está no fundo da chácara, completamente isolado, tendo todos os aparelhos higienicos e sanitários precisos para attender um caso grave, em que á doente, para evitar contagio, tem que se separar das outras enfermas (Gazeta de Notícias, 01/02/1912, p.1).

Assim terminando seu artigo, o editor usa palavras que buscam mostrar a grandeza, a utilidade, a imensa capacidade científica e sua nobreza de ação para dizer que a Maternidade “[...] merece não só o auxílio do governo, como do próprio povo, cujos benefícios recebe [...] (1912, p.1).

O mês de março do ano de 1912 traz a autorização do pagamento de mais uma cota referente a loteria, concedida pelo Ministério da Fazenda, referente ao 2º semestre de 1911. Não temos a informação de quando foram pagas ou do valor arrecadado (Gazeta de Notícias, 13/03/1912, p.3).

Através do jornal “A Imprensa” podemos ter uma idéia da previsão de despesa geral prevista para o ano de 1913, da Prefeitura do Distrito Federal. Foram destacados, de forma bem detalhada, 67 departamentos e instituições que seriam beneficiados com a dotação de verbas. Dentre elas encontramos, a verba que seria destinada a Maternidade, destacada como “Auxílio á Maternidade do Rio de Janeiro, á rua das Laranjeiras” com o valor de 12:000\$. Não foram encontradas anteriormente seja nas documentações do Distrito Federal, tão pouco na Coleção das Leis Municipais, nenhuma referencia a destinação desse valor ou a seu pagamento. Essa é a primeira referência a esse auxílio. Não sabemos se realmente foi pago nesse ano. Uma lástima não termos essa informação, considerando o alto valor da dotação (A Imprensa, 04/09/1912, p.11).

Encerrando o ano de 1912, destacamos uma pequena e quase desapercibida nota no jornal “A Imprensa” informando a aprovação das contas apresentadas pelo tesoureiro da Maternidade do Rio de Janeiro pelo Ministério da Justiça, mostrando a idoneidade e responsabilidade financeira da instituição (A Imprensa, 19/12/1912, p.5).

Logo no início de 1913, temos a primeira referencia ao pagamento das quotas de loterias. O Ministro da Fazenda autoriza o pagamento da quantia relativa a arrecadação de Loterias a que a Maternidade teria direito, referente ao 2º semestre de 1912. Novamente não foi informado o valor. (A Notícia, 18/01/1913, p.2). Esse mesmo pagamento se repete no mês de julho, agora referente ao 1º semestre do ano vigente, sendo novamente noticiada nos principais jornais (A Notícia, 7-8 de novembro de 1913, p.2).

Mais uma vez a Maternidade é alvo de uma denuncia, como já havia acontecido em 1908. Em abril, encontramos em um periódico de forte aspecto conservador e alinhado a Igreja Católica, a manchete “A Profanação da Maternidade”. O artigo começa como uma crítica a super lotação e falta de privacidade nas enfermarias e salas de cirurgia da instituição, prosseguindo nas críticas ao alegar que a existência da Maternidade significaria uma afronta as mulheres ali atendidas. Segundo o jornal,

A procura daquella casa de assistência publica é enorme. As condições actuaes da vida do nosso povo justificam cabalmente essa contingencia vergonhosa a que se sujeitam as pobres mulheres das classes desprotegidas. Há miséria no Rio. E essa miséria projecta allí na Maternidade o seu reflexo mais flagrante.
[...] No momento do parto, todas ellas são operadas no mesmo leito em que se achavam, á vista das 79 desgraçadas companheiras e debaixo de remoques pilhéricos de dez ou doze internos que lhe circundam o leito, a pretexto de praticarem gynecologia.
[...] E mais: Não vae nisso uma censura em these, á capacidade dos médicos que allí operam. Mas o facto é que rara é a parturiente que sae da Maternidade sem ruptura do perineo. E as suturas são feitas em geral com a maior negligência! (Correio da Noite, 17/04/1913, p.1)

O relato sobre a "situação revoltante" das condições da Maternidade continua, porém, agora dando um maior destaque ao que ela chama de “pouco” cuidado tomado com os recém-nascidos.

E assim continua o relato:

O banho dessas criancinhas é o acto mais criminoso que allí se practica, sem o cuidado mais comedido pelos preceitos de hygiene e do escrúpulo preservativo daquelles delicados organismos! Tal como os traz, quatro ou cinco em cada braço, a enfermeira allemã os imerge na mesma banheira e os retira por força, ainda com adherencias da placenta (Correio da Noite, 17/04/1913, p.1)

E vai mais alem, ao falar sobre a alimentação destinada as parturientes. Segundo ele:

A Maternidade recebe do governo mensalmente uma subvenção razoável par acusteio do seu sagrado mister. Entretanto, ha se ser um verdadeiro theorem a demonstração convincente da applicação que tem essa verba.

A alimentação da parturiente é systematicamente carne com chuchu ou carne com maxixe ! É a dieta que a Maternidade acha compatível com aquelle estado melindroso da saude feminina. Se alguma parturiente que tomar leite, tem de compral-o com dinheiro de seu bolso.

Ora ahi fica a serie de abusos e de escândalos que se dão naquelle estabelecimento, para que providencie quem de direito, se tiver sensível o instinto de humanidade o sentimento de pudor (Correio da Noite, 17/04/1913, p.1).

Apesar das duras acusações feitas pelo Correio da Noite, nenhum outro jornal publicou algo parecido, tão pouco a Maternidade na pessoa de seu diretor pediu espaço para sua defesa. Considerando a gravidade da queixa, a ausência do assunto em qualquer outro jornal ou mesmo uma réplica da Maternidade, deveria ser considerado como algo a se esperar, o que não aconteceu.

No mês de agosto, assume a direção da Maternidade o Dr. Maurillo Nabuco Abreu, professor da Faculdade de Medicina. Segundo relato na imprensa do Distrito Federal,

Assumi ante-hontem a direcção da Maternidade do Rio de Janeiro, o dr. Maurillo Nabuco Abreu, professor da Faculdade de Medicina e ex-director do Hospital S. Sebastião.

O ilustre médico vae, certo, prestar relevantes serviços áquella casa dada a sua grande competência, reconhecido saber e dedicação (A Imprensa, 18/08/1913, p.2).

Apesar da importância dessa informação, é de se estranhar ela não ter sido divulgada nos demais veículos da cidade do Rio de Janeiro. Voltamos a encontrar uma referência a essa notícia, em uma pequena nota no jornal "A Noite", que parabeniza o dr. Maurillo Nabuco Abreu, diretor da Maternidade do Rio de Janeiro (A Noite, 20/08/1913). Não temos a informação do motivo dessa substituição de Antônio Rodrigues Lima por Maurillo Nabuco. Como também não foi localizado a publicação do afastamento/desligamento do antigo diretor, nos levando a acreditar ter sido essa substituição algo provisório e temporário.

Em setembro através da publicação da "Mensagem do Prefeito do Distrito Federal" no Jornal do Commercio, temos uma importante informação que pode nos dar importantes pistas sobre o auxílio da Prefeitura do Distrito Federal a Maternidade.

Através da atuação do Conselho Municipal do Distrito Federal, órgão da Prefeitura responsável pela elaboração de projetos de lei e organização do funcionamento do legislativo (SILVA, 2013), seus membros determinariam o orçamento para a Prefeitura do Distrito Federal referente ao exercício de 1914. Capazes de destrinchar as receitas, arrecadações e despesas do Distrito Federal, o Conselho discute a determinação de uma verba, não só para departamentos

da Prefeitura, mas também destinadas ao auxílio de diferentes instituições de ensino e de assistência, onde encontramos entre elas, a Maternidade do Rio de Janeiro. A quantia prestada, que antes era de 5:000\$, agora será ampliada para 18:000\$ (Jornal do Commercio, 01/09/1913).

A primeira coisa a se destacar, é que no ano de 1912 não havia nenhum valor destinado a Maternidade, que então passa a receber no ano de 1913, o valor de 5:000\$. Porém, esta verba destinada a Maternidade, paga pela Prefeitura, não é mencionada em nenhum outro relatório ou por nenhum outro meio de comunicação, sequer aparecendo na Coleção de Leis Municipais e Vetos. Outra coisa que faz-se necessário destacar, é o aumento significativo da verba, que triplica de valor, representando um importante auxílio ao orçamento geral da Maternidade.

A Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, não detinha dentre os seus departamentos, nenhum serviço de assistência público que atendesse às suas grávidas. Contando com inúmeras casas de saúde, porém de caráter privado, é do interesse do governo municipal a manutenção de um espaço de assistência, que tem sido considerado como um projeto de sucesso no cuidado das mulheres e crianças mais carentes da cidade.

O ano de 1913 é muito importante para a Maternidade se olharmos para as suas receitas. Depois do auxílio oferecido pela Prefeitura do Distrito Federal, em novembro, é apresentada pelas mãos do deputado Antonio Rodrigues Lima, uma emenda na lei para o orçamento vigente, garantindo a verba no valor de 100:000\$ para a Maternidade. A emenda é aprovada, e encontramos uma nota no jornal Gazeta de Notícias, informando que foi aberto o crédito do valor destinado para a Maternidade (12/03/1914, p.4). O que não sabemos aqui, é se o autor do projeto ainda ocupava o cargo de diretor da Maternidade, ou era apenas deputado, nesse momento (Anaes da Camara dos Deputados, 26/11/1913, p.348).

O relatório do Ministério da Justiça de 1914, é um bom panorama do que aconteceu com a Maternidade durante o ano. Assim, temos que:

Este utilissimo estabelecimento de assistência continua a prestar relevantes serviços, sob a desvelada e proficiente direcção do Dr. Antonio Rodrigues Lima.

Os poderes públicos, indo ao encontro dos esforços dos organizadores da Maternidade, a têm auxiliado; no orçamento do corrente exercício está consignada a quantia de 100:000\$, como subvenção a essa benemérita instituição.

[...] Como complemento indispensavel do ensino clinico, fundou-se, agora, na Maternidade, um gabinete anátomo-pathológico.

Sem embargo dos poucos recursos de que dispões a instituição, poude ser feita, em fins do anno de 1913, a pintura geral do edificio, bem assim a installação da illuminação electrica (Relatório do Ministério da Justiça, 1914, p.192).

Podemos perceber, através das informações obtidas, que a Maternidade fez um bom uso dos recursos obtidos durante o ano de 1913. Com as verbas obtidas, foram realizadas melhorias

substanciais a estrutura e de fachada da Maternidade. Constatam pequenas melhorias no prédio através de pintura, a construção de um necessário laboratório anátomo-patológico, que auxiliaria o diagnóstico das mulheres através de exames macro e microscópicos de células e tecidos, além da obtenção da tão aguardada instalação elétrica em todo o prédio (Relatório do Ministério da Justiça de 1914, p. 30).

Finalizando a primeira década de funcionamento da Maternidade do Rio de Janeiro, o ano de 1914 seria um ano bem movimentado para essa instituição.

O ano da Maternidade se inicia-se com mais uma substituição nos membros do corpo da Direção da Maternidade. Ainda no mês de janeiro, temos a nomeação do dr. Joaquim Candido de Andrade para o cargo de vice-diretor, substituindo o Dr. Francisco Vicente Gonçalves Penna, que vinha ocupando o cargo desde 1908 com a morte do Dr. Furquim Werneck (A Imprensa, 15/01/1914, p.4).

No mês de fevereiro, a Maternidade volta a receber do Ministério da Fazenda as quotas de loteria referentes ao 2º semestre de 1913, de valor novamente não informado (Jornal do Commercio, 08/02/1914, p.2). Sabemos que apesar de não termos os valores pagos, a quantia dedicada a Maternidade tem sido de grande importância para os gastos sempre crescentes da Maternidade.

A sabida situação inconstante das finanças da Maternidade, provoca uma ação interessante do governo. Talvez na tentativa de aliviar a quantidade de gastos com a obtenção do material cirúrgico, tão necessário para a Maternidade, encontramos uma notícia da Alfândega informando que "o inspetor concedeu despacho com 900\$ de abatimento sobre as taxas da tarifa, sobre quatro caixas contendo aparelhos cirúrgicos, vindos de Hamburgo, no vapor alemão *Salamanca*, importados pela Maternidade do Rio de Janeiro" (O Paiz, 15/03/1914, p.11). Considerando o valor do abatimento, que chegaria a R\$ 110.000,00 em valores atuais, é uma importante economia para os cofres da Maternidade, sempre tão necessitada de novas formas de financiamento para atender aos seus serviços.

Em abril do mesmo ano, voltamos a ver a Maternidade nas manchetes dos jornais, mas dessa vez ligada a uma desconfortável querela. No jornal "Gazeta de Notícias" é publicada uma carta do médico interno da Maternidade do Rio de Janeiro Arnaldo Quintela, oferecendo sua demissão da Maternidade e acusando Antonio Rodrigues Lima das mais duras injustiças (Gazeta de Notícias, 11/04/1914, p.1).

Arnaldo Tertuliano de Oliveira Quintella, nascido no Recife e doutorado médico pela Faculdade de Medicina no ano de 1902. Segundo histórico da Academia Nacional de Medicina,

tornou-se famoso ao auxiliar o ilustre cirurgião Eduardo Chapot Prévost na cirurgia de separação das irmãs xilófagas Maria e Rosalina no ano de 1900. Foi ainda professor de histologia e posterior livre-docente da Clínica Obstétrica da Faculdade de Medicina, médico da Santa Casa de Misericórdia, atuou na Policlínica de Botafogo, Inspetor de Saúde nomeado por Oswaldo Cruz, médico interno da Maternidade do Rio de Janeiro e cirurgião do Hospital da Gamboa (Academia Nacional de Medicina, disponível em http://anm.org.br/conteudo_view.asp?id=206. acesso em 10/12/2019)

Depois desse breve esclarecimento, voltamos a carta. O Dr. Arnaldo inicia assim sua missiva destinada ao diretor Rodrigues Lima,

Ao Ilmo. Sr. Dr. Rodrigues Lima, professor da Faculdade de Medicina e director da Maternidade do Rio de Janeiro (Laranjeiras)

Sabendo, como sei, que S. S. é político e como tal tem muitos pedidos para emprego de afilhados, venho ser-lhe agradável, abrindo uma vaga na Maternidade de Laranjeiras, que S. S. tão geitosamente dirige, depositando em suas mãos o lugar de medico obstetra, cujas funções desde 1911 ali exerço (Gazeta de Notícias, 11/04/1914, p.1)

Depois de sutilmente se demitir e oferecer o seu cargo na Maternidade, Arnaldo Quintella passa a discorrer minuciosamente o que o levou a tal ato. Nas linhas seguintes, ele faz acusações de injustiças e preterimentos na ocupação das vagas para o cargo de médico interno da Maternidade, de interesse do Dr. Quintella.

Segundo suas próprias palavras,

Tudo caminhava serenamente quando, de súbito soube eu da partida para a Europa do actual medico interno Dr. Bento Ribeiro do Castro, em viagem de urgência. Abria-se, portanto, uma vaga interina de médico interno; e considerando nos precedentes aludidos, deixei-me ficar quieto, até certo ponto convencido que S. S. o director da Maternidade tinha agora o momento para positivar em facto concreto, as suas provas de confiança a meu respeito, externadas verbalmente em meu consultório, senão mesmo teria a justiça de premiar os meus esforços.

Era uma vã suposição! S.S. o Dr. Rodrigues Lima, professor da Faculdade, director da Maternidade de Laranjeiras, homem de “fama justiceira”, [...] nomeava de primeira mão, para substituir o medico interno licenciado Dr. Limonge Papaterra, estranho ao estabelecimento [...].

Isto quer dizer que o director da Maternidade das Laranjeiras, esquecera em pouco tempo, o que houvera entre nós [...] e agora, diante de uma vaga nova (embora interina), olvidara o compromisso moral que tacitamente contrahira para commigo, indo buscar fora do circuito de seu estabelecimento a “competência” dê que o mesmo carecia. Por outras palavras: o director da Maternidade tendo a occasião de promover um companheiro, o põe á margem, o exclue, o pretere (Gazeta de Notícias, 11/04/1914, p.1).

Ao terminar a carta, Arnaldo Quintella oferecendo seu cargo na Maternidade, deixa bem clara sua insatisfação a Rodrigues Lima, ao afirmar que pedir a sua demissão nesse momento

"é o máximo que lhe posso fazer: dar-lhe ensejo a servir a mais um amigo, com a nomeação do meu substituto. Terei com isso agradado a S.S. e bem servido á minha consciencia (Gazeta de Notícias, 11/04/1914, p.1).

Em agosto, temos então a exoneração do diretor da Maternidade, Antonio Rodrigues Lima. Depois de 10 anos ocupando o cargo, Rodrigues Lima é exonerado, por sua vontade, sendo então nomeado José Thomas Nabuco de Gouveia para ocupar o cargo (Jornal do Brasil, 06/08/1914, p. 11).

A chegada do novo diretor não deveria apagar tudo o que já havia sido construído pelo anterior, mas nada além do agradecimento do ministro foi encontrado, relativo a exoneração de Antônio Rodrigues Lima. Nenhum outro jornal divulgou a notícia. No mínimo curioso, se pensarmos que em 10 anos de direção, Rodrigues Lima teve muitos mais elogios do que críticas dos diversos jornais circulantes na cidade. Usou de todo o seu capital político e social, para manter a reputação e o funcionamento da Maternidade dentro de padrões de higiene e modernidade de sua época. Acreditamos, que disputas não só políticas, mas dentro da própria comunidade médica da Faculdade de Medicina, acabam por culminar primeiro no desentendimento com o médico e deputado Erico Coelho ainda em 1908, somado ao desgaste referente às críticas do Dr. Arnaldo Quintella, um respeitado membro da comunidade médica, acabam tornando a permanência de Antônio Rodrigues Lima na direção, insustentável, forçando uma exoneração "a pedido" do diretor.

Cabe aqui, uma pequena apresentação do novo diretor da Maternidade - Jose Thomas Nabuco de Gouveia.

Filho de Hilario de Gouveia, médico oftalmologista e um dos membros criadores da Liga contra a Tuberculose em 1900, neto por parte de mãe de Jose Thomas Nabuco de Araújo, ministro da Justiça e Conselheiro de Estado de D. Pedro II, foi eleito Deputado Federal pelo estado do Rio Grande do Sul em três legislaturas (1906, 1909 e 1912). Seria reeleito em 1915. Durante a Primeira Guerra, chefiaria a Missão Médica Brasileira em 1918 (Verbete FGV CPDOC, 2019 disponível em <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-tomas-nabuco-de-gouveia>. acesso em 14/02/2020).

Com a chegada do novo diretor, novos ventos chegam a Maternidade. Uma nova subvenção é concedida pela Prefeitura do Distrito Federal, propiciando o planejamento de obras de ampliação bem significativas na Maternidade do Rio de Janeiro. O valor da subvenção seria de 40:000\$ (Gazeta de Notícias, 24/10/1914, p.4). Porém, menos de um mês depois, temos que a verba seria aumentada 50:000\$, e que auxiliaria nas obras de ampliação do edifício, além do incremento nos serviços de assistência (Jornal do Brasil, 04/11/1914, p.10).

Ainda sobre as receitas, segundo o Relatório do Ministério da Justiça de 1915:

Os poderes públicos, indo ao encontro dos esforços dos beneméritos organizadores da Maternidade, sempre a têm auxiliado: o orçamento do corrente exercício consignou, para tal fim, a quantia de 100:000\$000.

A Prefeitura do Distrito Federal contribuiu também com 50\$000, o que é grande auxílio para a instituição (Relatório do Ministério da Justiça 1915, p. 62).

Durante o mês de novembro ocorre mais uma substituição na cúpula principal da direção, quando o tesoureiro Maurillo Tito Nabuco de Abreu é exonerado e substituído, a pedido, bem como havia acontecido ao diretor Antonio Rodrigues Lima. Como novo tesoureiro, assume Joaquim Candido de Andrade (Correio da Manhã, 04/11/1914, p.1).

Os valores entregues a Maternidade durante o ano de 1914 pelo Governo Federal e pela Prefeitura do Distrito Federal foram empregados em uma importante obra de modernização e ampliação da instituição. As palavras do ministro da Justiça destacam que:

[...] O relatório apresentado ao ministério a meu cargo pela respectiva directoria contém longa relação dos melhoramentos por que passou o edificio, não só no sentido de modificá-lo de accordo com os mais recentes preceitos que devem presidir a uma construcção hospitalaria, mas também para amplial-o, á vista das necessidades, sempre crescentes, da população (Relatório do Ministério da Justiça 1915, p.249).

Infelizmente não encontramos nenhuma descrição aprofundada sobre as novas instalações da Maternidade (Foto 4), após mais essa reforma. Uma perda inestimável, sem dúvida. Ao se extinguir-se essa descrição, perdemos uma valiosa imagem da instituição e de sua nova fase.

Foto 4 - Equipe de médicos e enfermeiras na inauguração das obras realizadas na Maternidade em 1915.

Ao centro, destaca-se o diretor Dr. Nabuco de Gouveia



Fonte: O Malho, 1915

Em posse de todos os números e dados desde 1904, se faz necessário produzir uma retrospectiva desde a fundação. Nesses 10 anos, foram 7458 mulheres matriculadas na Obstetrícia, com 6947 partos realizados. Na Ginecologia 931 matrículas e 904 cirurgias. Números impressionantes, que expressam um crescente de atendimentos ano a ano, revelando primeiramente a necessidade latente da população da cidade do Rio de Janeiro na busca de um espaço organizado e asseado que permitisse, no mínimo, condições modernas e higiênicas de atendimento obstétrico ou ginecológico. E em uma segunda análise, a alteração da mentalidade, onde passa-se a aceitar a medicalização do parto, com menos estranhamento e preconceito. Para uma cidade em constante expansão populacional, depender apenas da Maternidade da Faculdade de Medicina na Santa Casa não atendia mais às necessidades das mulheres do Distrito Federal. Eram necessários assim novos espaços hospitalares dedicados ao cuidado com a saúde da mulher, e a Maternidade do Rio de Janeiro cumpriu essa função desde sua fundação.

Os seus primeiros anos não foram cobertos de glória, o que não inviabilizou o seu funcionamento, apesar dos constantes episódios de falta de recursos, críticas ao atendimento e desentendimentos internos. Mas, sem dúvida alguma, diariamente as mulheres que procuravam a instituição em busca de socorro em suas horas de necessidade, encontraram na Maternidade do Rio de Janeiro um espaço de acolhimento e assistência de qualidade. Porém, ela ainda se prestou a mais um outro papel. Tornou-se um espaço de ensino e prática das especialidades Obstetrícia e Ginecologia, recebendo inúmeros estudantes que tinham seus estudos prejudicados pelas modestas e diminutas da Santa Casa, convertendo-se em um local fundamental na formação dos profissionais ligadas a estas áreas.

2.5 A Maternidade do Rio de Janeiro (1915-1930)

Os últimos dias de 1914 traz a primeira tentativa de transferência da Maternidade do Rio de Janeiro para o patrimônio da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, que só viria a se concretizar em 1918. Ciente do possível sucesso dessa transferência, em nome da Faculdade de Medicina, Fernando Magalhães dirige-se ao então Presidente da República Wenceslau Braz, na intenção de pedir seu apoio para a construção de um novo prédio para abrigar a Faculdade, cuja solicitação encontrou resposta positiva (Magalhães, 1932).

O ano de 1915 começa com um convite da direção da Maternidade às principais autoridades, com especial destaque ao convite direcionado ao Conselho Municipal, responsável pela aprovação das subvenções concedidas pela Prefeitura a Maternidade, aos demais membros da

sociedade e aos representantes da imprensa, para que conheçam as modificações ocorridas no final de 1914 no prédio da Maternidade. Segundo o jornal “A Noite”,

Foi nomeado ha poucos meses director da Maternidade do Rio de Janeiro, o Dr. Nabuco de Gouveia, docente de de Gynecologia da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

Com a energia que lhe é concedida, iniciou elle logo grandes obras de remodelação do velho edificio, tendo-o transformado inteira e totalmente, modernizando todas as suas enfermarias, augmentando o numero de leitos e ampliando todos os serviços. As obras terminaram ha alguns dias e hoje foi exposto o edificio á visita das pessoas gradas. As enfermarias adquiriram um aspecto risonho, alegre, tudo ladrilhado, pintado a ripolin, arejado e amplo. Uma sala admirável de operações foi installada magnificamente, para o serviço de gynecologia.

Estiveram em visita ao edificio o prefeito do Distrito Federal, o ministro do Interior, muitos deputados, senadores, professores da Faculdade da Medicina e mais pessoas. O Dr. Nabuco de Gouveia foi vivamente felicitado por todos os visitantes pela remodelação brilhante que deu a velha Maternidade das Laranjeiras (A Noite, 02/01/1915, p.4).

Apesar da alegria com a recém inauguração das novas instalações da Maternidade, em fevereiro deste mesmo ano, falecia subitamente o vice-diretor da instituição, o Dr. Joaquim Cândido de Andrade, provocando a primeira alteração na configuração da nova diretoria da Maternidade. Assumiria em seu lugar, Francisco V. Gonçalves Penna, que ocupara anteriormente o cargo de tesoureiro, sendo este agora ocupado por Christovão de Queiroz Barros.

Menos de um mês passado, na segunda quinzena de março, o então diretor Dr. Nabuco de Gouveia, solicita ao ministro da Justiça sua exoneração do cargo, sendo este substituído pelo então livre-docente de obstetrícia da Faculdade de Medicina, Dr. Fernando Magalhães. A nomeação do novo diretor, acarreta nos pedidos imediatos de exoneração dos membros da diretoria anterior, onde o cargo de vice-diretor passa a ser ocupado pelo Dr. Fernando Ferreira Vaz e o de tesoureiro pelo Dr. José Alves Paes Leme Filho (A Época, 23/03/1915, p.1).

Um registro valioso nos é dado através do relato próprio então novo diretor, Fernando Magalhães sobre a sua nomeação, em sua obra "O Centenário da Faculdade de Medicina", onde através de uma narrativa que não segue exatamente uma linha cronológica precisa, com idas e vindas entre diferentes momentos da história da Faculdade de Medicina, o autor se posiciona e traz luz a muitos desses acontecimentos. E é assim que somos informados sobre o que acontece em março de 1915.

A transferência da Maternidade não se concretizava, e Magalhães acaba sendo surpreendido com a sua nomeação para o cargo de professor substituto da Clínica de Ginecologica e da Clínica Obstétrica, a pedido pessoal do presidente Wenceslau Braz. Segundo suas palavras,

“o Sr. Wenceslau Braz deu-me a honra de solicitar a desistência da substituição da clinica gynecologica, que eu não tinha pedido e nem a ella me julgava com direito, pelo que nem hesitei em acceder” (1932, p.105).

Porém, a recusa ao cargo lhe abre uma nova oportunidade. E ainda segundo suas memórias, “no dia seguinte é publicado o decreto da nomeação do novo substituto e o do novo director da Maternidade das Laranjeiras, este como retribuição ao que o Governo classificara como condescendencia da minha parte” (1932, p.105).

Ainda em março, voltamos a encontrar notícias sobre as verbas e subvenções concedidas a Maternidade. O Governo Federal, através de decreto, mantém o pagamento da subvenção de 100:000\$ para o ano de vigente (Relatório do Ministério da Justiça, 1915, p.32). O pagamento foi solicitado, pelo ministro da Justiça ao seu colega da Fazenda, em março (Correio da Manhã, 06/03/1915, p.1). E nos últimos dias do mesmo mês, foi solicitado o pagamento das cotas de loterias que a Maternidade teriam direito a receber. Não foram encontrados valores, tão pouco quando foram pagos. Essa notícia figura em apenas um jornal, mas nos mostra que os recursos para Maternidade continuam vindo de diferentes frentes (O Paiz, 25/03/1915, p.2).

Em abril, a Maternidade do Rio de Janeiro volta a aparecer nas manchetes dos jornais, através de mais uma denuncia de negligência e imperícia. Segundo publicação,

Há dias, dois médicos illustres, o Dr. Fernando Magalhães e Octavio de Souza, assistindo nos trabalhos de parto de Lucinda Leal de Oliveira, residente na rua Senador Vergueiro n. 205, e que se achava recolhida á Maternidade do Rio de Janeiro, verificaram que não se dava o termo esperado, apesar de já estar passado o tempo. A criança estava morta, e a sua permanência no ventre materno ia infeccionar a parturiente; era o caso de applicação immediata do “forceps”, o que foi feito. O caso era tão grave que duas vezes foi dado o arranco, e o feto não saiu, apesar de já estar com o craneo esmagado, como é da technica dessa operação.

Indicava-se pois o recurso classico da operação cesariana. Para salvar a doente de uma morte certa pela decomposição do feto nas entranhas maternas, era mister tentar aquella operação, o que foi feito, não havendo na applicação nenhuma imperícia. Resultou que a parturiente, me virtude da sua debilidade, morreu. Morreria de toda maneira, se não houvesse a operação, sendo esta apenas uma desesperada tentativa que falhou.

Pois, bem, o caso foi contado truncado, em certas partes, em uma carta anonyma e posta no correio; 24 horas depois, os prédios gemiam e o escandalo momentos depois estalava.

Nas cartas não havia referencia directa aos médicos. Mas, só quem vive absolutamente alheio ao meio clínico, não viu logo quaes eram os médicos por ella visados.

Assim, que o caso tomou esse character, o Dr. Fernando de Magalhães resolveu agir de forma a não deixar nenhuma duvida a seu respeito (O Paiz, 16/04/1915, p. 2).

O relato continua, através de um officio enviado por Fernando Magalhães ao ministro da Justiça que dizia:

Esclarecendo o caso clinico da Maternidade do Rio de Janeiro, divulgado pelos jornaes desta capital, remetto a V. Ex. A papeleta, em original, da doente, documento que é o registro immediato da occurencia, redigido pelo interno, a anterior a data da denuncia anonyma.

Todo o caso clinico se passou debaixo da minha direcção e acção. A applicação de "forceps" e a perfuração da cabeça, praticou-se á minha vista, e por ordem minha, com todo o rigor, o meu assistente, pessoa idonea, depositaria de minha confiança, meu auxiliar ha quatro annos e livre docente da faculdade. A operação cesariana fil-a eu.

Assumo toda a responsabilidade do occorrido: as intervenções exactamente indicadas, obedeceram ás regras da techica operatoria. Caso V. Ex. Julgue necessário, poderei informar mais minuciosamente (O Paiz, 16/04/1915, p.2)

O caso segue sendo acompanhado de perto pelos jornais da Capital. Tamanha é a gravidade, que Fernando Magalhães solicita a policia da Capital que faça a exumação do cadáver de Lucinda e do feto, para que assim não se tenham dúvidas do real occorrido. Aqui, é importante destacar que a esta época não era comum nem frequente, desenterrar e examinar o cadáver dessa forma, explicando-se assim o destaque que a imprensa dá a esse caso. Durante todo o mês de abril, o caso de Lucinda e da Maternidade, foi sendo acompanhado quase que diariamente pela imprensa da Capital, até o mês de agosto, quando são divulgados os resultados dos laudos da autópsia e do inquérito policial.

Assim, segundo o laudo final da pericia, "[...] não se pode imputar a quem quer que seja falta grave, negligencia, ou crasso erro medico" (A Noite, 15/08/1915, p.2) inocentando assim os dois envolvidos, no que foi conhecido pelos jornais como o "Caso da Maternidade".

Após passado o occorrido, temos a chance de conhecer um pouco mais sobre a Maternidade e seus serviços, através de uma entrevista do Dr. Fernando Magalhães. Conhecido por seus discursos elegantes e bem proferidos, Magalhães inicia a conversa abordando aspectos que vão desde a criação até o momento atual da instituição. Apesar de extensa, ela é muito importante por todos os detalhes que ela nos traz sobre diferentes aspectos presentes no dia-a-dia da instituição.

Assim, em suas palavras,

[...] a Maternidade do Rio de Janeiro, sendo no gênero a melhor, para não dizer a única installação que possuímos é ainda assim o resultado de uma adaptação: de uma boa casa de família fizeram um hospital. Todavia são muito boas as installações e o campo de observação é excellente. O serviço corre normalmente e o número crescente de pacientes só serve para apurar ainda mais o esforço e a competência de todo o pessoal lá trabalha. Eu tenho a meu cargo a direcção tanto administrativa, penosa na phase critica que atravessamos, como scientifica.

[...] Em média porém se conta de 5 a 6 nascimentos por sua. Infelizmente a casa não dispõe do refugio de forma que as gestantes são recolhidas nos últimos dias da gravidez, a menos que uma indicação precisa apreste a necessidade de uma internação mais precoce. Ainda assim, pela acção ambulatoria, onde são continuamente examinadas as gestantes ainda não internadas, não é de inferioridade a nossa situação quanto aos

resultados de puericultura. O numero de nato-mortos é insignificante e pelo tratamento cuidadoso a que ficam sujeitos os pacientes, os recém-nascidos são geralmente de boa compleição. No que se refere ao puerperio, é excepcional a infecção adquirida no serviço o que não seria de admirar, pois são frequentes as admissões de mulheres em franco trabalho de parto, em condições por conseguinte de suspeição; [...] A parte cirúrgica pode perfeitamente rivalisar com a de qualquer serviço europeu: com excepção de operações ampliadoras, a que por convicção sempre dei menor acolhida, todas as operações obstétricas tem sido executadas com segurança e sucesso. Depois do caso que tanto deu que falar, pratiquei 3 operações cesareanas com êxito completo para mães e filhos: de resto, a minha estatística pessoal de operações cesareanas já alcança quasi duas dezenas com um único insucesso, justamente o que tanto barulho despertou. Na sessão gynecologica, além de várias operações phiticas, o registro da casa comporta 24 operações abdominaes, com 1 obito, no sexto dia após as operações, tendo todo o meu poder o archivo photographico de toda a parte cirurgica. A Maternidade, além disso, é o primeiro estabelecimento de assistência publica onde se trata o cancro pelo mesotherio; o preço excessivo da substancia radio-activa ainda não permite estas liberalidade que lá correm por minha conta exclusiva (A Notícia, 24-25/07/1915, p.1).

Perguntado a respeito de quem do corpo médico e da assistência permaneceu a serviço da Maternidade após a sua chegada, ele responde que

Os que accederam ao meu pedido, feito indirectamente e com grande insistência a todos. Só deixou a Maternidade quem não me quiz dar o favor do seu auxílio. Os internos são os mesmos e felizmente, pois tenho nelles a melhor das garantias; alguns assistentes permanecerão, o pessoal administrativo é o mesmo; o corpo de enfermeiros não mudou. Há lá dentro a mais absoluta ordem, uma disciplina consciente e principalmente camararia; ainda não tive a menor contrariedade e nada do que determino deixa de ser rigorosamente executado. Só me faltam os recursos: a casa comporta 70 doentes, em media e em épocas normaes, com economia, a despeza pode ser orçada em um conto de réis anualmente por doente. A ocasião, porém, é penosa: todo o material cirúrgico triplicou e quadruplicou de preço, os medicamentos são caríssimos. Só agora começa a haver um pouco de renda dos leitos particulares. Em principio de agosto estava definitivamente installado o serviço o serviço de amas de leite: cada nutriz terá todas as reacções humoraes feitas, o exame local e geral cuidadoso, analyse do leite e será sujeita á revisão semanal; desta forma a indicação feita pela Maternidade é de toda a segurança. Enfim, aquella casa será o núcleo de um grande serviço que estou delineando - o serviço de de assistência á mulher gravida é obra inadiável e de grande alcance, pois é o Rio é uma das cidades de mortanatalidade maior. E eu penso que tanto quanto a procreação defeituosa, a parturição abandonada explica este facto assustador (A Notícia, 24-25/07/1915, p.1).

Da entrevista, conseguimos destacar algumas informações que podem nos dar uma boa direção no sentido de compreender o cotidiano da Maternidade de forma mais aprofundada, visto o relato partir de um personagem que viveu e participou dos eventos diretamente. Assim, tiramos a primeira informação, que não nos aparece como novidade, em todos esses anos de funcionamento. A Maternidade vem de sérios problemas financeiros, justificado em parte, pelo

aumento exponencial em seus atendimentos. Uma segunda coisa é a lembrança, ainda que indireta, ao citado “Caso da Maternidade”, que aparece como uma estatística de insucesso entre os inúmeros êxitos da Maternidade, durante o curto período após Magalhães assumir a direção, configurando-se em uma mágoa perceptível no discurso do diretor Magalhães. Certamente, esse infeliz caso figurou como uma nódoa de dúvida e incerteza acerca da capacidade e perícia do médico em questão, tanto que ao abordar os números cirúrgicos que incluíam 1 óbito, ele imediatamente remete a registros fotográficos acerca do caso, registros de sua capacidade e habilidade cirúrgica.

Outro fato interessante em suas palavras, é o caso dos médicos assistentes que seguiram a antiga direção e deixaram a Maternidade. Sem citar nomes, ou dar qualquer pista de quem seriam, essa situação demonstra claramente uma disputa interna de poder, onde aqueles antes ligados a direção que sai, não encontram espaço de atuação em uma nova situação vigente. Por último, deve-se destacar uma alternativa de renda extra para a Maternidade, através da instituição dos leitos particulares. Sem nenhuma explicação sobre seu funcionamento, não temos dados concretos para abordá-los, mas é a primeira vez que fala-se abertamente sobre eles.

Temos ainda no ano de 1915, a discussão na Camara dos Deputados de uma nova reforma do ensino, e que deveria entrar em vigor ainda no mesmo ano. A dita reforma, abrangeria profundas modificações no ensino. Uma das alterações propostas pela reforma, seria a incorporação da Maternidade ao patrimônio da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. O assunto da incorporação da Maternidade voltava a pauta de discussão no meio acadêmicos da Faculdade desde idos de 1914, mostrando que esse assunto era algo bastante delicado no seio da Faculdade, que constantemente reascendia o debate.

Assim temos que,

Esteve hontem na Camara dos Deputados, em palestra com o Sr. Augusto de Freitas, relator do projeto de reforma do ensino na comissão de instrucção publica, e com o Sr. Antonio Carlos, leader da maioria daquela casa do Congresso Nacional, o Dr. Carlos Maximiliano, ministro da justiça, trocando ideas e assentando-as sobre as emendas apresentadas ao referido projecto.

Entre as medidas já aceitas, das suggeridas em emendas ao projecto, pela comissão de instrucção publica, estão a incorporação da Maternidade do Rio de Janeiro á Faculdade de Medicina e a que dispõe que serão aceitas durante o anno de 1916 [...] (O Paiz, 04/08/1915, p.1).

O mesmo assunto também é abordado no Jornal do Commercio, que nos informa que a Maternidade teria seu espaço adaptado para o exercício das cadeiras de obstetrícia e ginecologia, e que a incorporação aconteceria sem gerar mais custos a União (Jornal do Commercio, 28/09/1915, p.3).

A discussão é interrompida, apesar do constante compromisso dos deputados e do empenho do ministro da Justiça, que estendem os estudos e discussões pelos próximos anos, sem esgotar as dúvidas e impedimentos. Devido a esse intenso debate, os termos da incorporação da Maternidade só serão acertados anos mais tarde.

O Conselho Municipal, em setembro, inicia as discussões sobre o orçamento, receita e despesas para o ano de 1916. Assim, os membros do dito Conselho, fixam na rubrica “despesa”, o valor de 18:000\$000, que a Prefeitura contribuirá com a Maternidade e que será, maior que dos anos anteriores, quando ficavam entre 10:000\$000 e 12:000\$000. É sem dúvida, um valor elevado, e que muito servirá para ajudar no equilíbrio das contas da Maternidade do Rio de Janeiro (Jornal do Commercio, 02/09/1915, p.22).

Ainda sentindo-se obrigado a prestar esclarecimentos, em especial após o “Caso da Maternidade”, Fernando Magalhães envia um ofício ao Ministro da Justiça dando notícias do movimento dos seus 6 primeiros meses na direção da Maternidade. Observa-se nesse documento, a tentativa de Magalhães em reafirmar sua perícia e competência profissional, além do comprometimento com a instituição, através de um relato minucioso que deveria sanar quaisquer dúvidas acerca de sua idoneidade no cargo e da contribuição da Maternidade para a cidade do Rio de Janeiro.

Publicado em diferentes jornais, ficamos aqui com a transcrição feita pelo jornal “Correio da Manhã, do dia 24 de outubro.

Iniciando o ofício, Magalhães relembra o processo que ocasionou a morte de Lucinda Leal e seu desfecho insatisfatório. Encerrando este assunto, ele apresenta a estatística dos meses de março (data de sua posse) ao mês de setembro, onde foram atendidas na Maternidade 788 mulheres sendo 704 na sessão “Obstetrícia” e 84 na “Gynecologia”. Relatados os óbitos das gestantes durante esse período, e o número de intervenções realizadas, Magalhães descreve os números da Ginecologia, onde 84 pacientes foram internadas e delas 51 necessitaram de intervenção cirúrgica, registrando 3 óbitos (Correio da Manhã, 24/10/1915, p.2).

Fernando Magalhães destaca ainda as internações do pavilhão de isolamento, onde temos pela primeira, podemos ter acesso a seus números. Foram lá internadas 54 mulheres, e houve 1 óbito. Já no ambulatório da ginecologia foram registradas a 2618 consultas, enquanto no de Obstetrícia foram 1242 consultas. O laboratório da Maternidade realizou 510 exames, não sendo especificados que tipo de exames foram realizados (Correio da Manhã, 24/10/1915, p.2).

A através da edição do Relatório do Ministério da Justiça de 1916, observamos que o pagamento da subvenção referente ao último trimestre do ano anterior, foi paga com atraso,

destacando ainda uma nova e importante aquisição da instituição: a instalação de aparelhos de raio-x (Relatórios do Ministério da Justiça 1916, p. 257).

Na primeira discussão do orçamento para o ano de 1917 do Conselho Municipal, os membros mostram a intensão de diminuir o orçamento destinado a Maternidade de 18:000\$000 para 12:000\$000 (Jornal do Commercio, 27/10/1916, p. 15). Essa diminuição, certamente impactaria o pagamento das contas da Maternidade, que apesar de um bom momento financeiro, ainda buscava encontrar o equilíbrio entre suas despesas e as receitas. Essa intenção, leva o Dr. Fernando Magalhães a redigir um requerimento ao presidente responsável pelo orçamento do Conselho Municipal, solicitando a manutenção da verba destinada a Maternidade para o ano vindouro (Jornal do Commercio, 8/11/1916, p.7). Podemos ter acesso ao requerimento em sua integralidade.

Então nas palavras de Fernando Magalhães:

Na qualidade do Director da Maternidade do Rio de Janeiro tenho a honra de solicitar de Vossas Excellencias, em nome dos serviços que a mesma Maternidade presta á Assistência Publica, o favor de restabelecer no orçamento da despeza no artigo 239, parágrafo 65 a subvenção de 18:000\$000 (dezoito contos annuais) do orçamento de 1916, ao menos a de 12:000\$000 do orçamento de 1917.

Esperando deferimento deste pedido, tenho o prazer de apresentar a Vossa Excellencia os protestos de elevada consideração (Jornal do Commercio, 09/11/1916, p. 9).

Não foi localizada nenhuma resposta do Conselho Municipal, porém obtivemos que na rubrica referente ao auxílio a Maternidade do Rio de Janeiro para o ano de 1917, o valor concedido foi de 10:000\$000 (Jornal do Commercio, 14/09/1917, p.14). Ou seja, a suplica de Magalhães parece não ter tido ressonância.

Diferente dos períodos anteriores, onde a Maternidade não encontrara recursos para sua remodelação e obras de ampliação, esse parece ser um momento de algum conforto nas contas, o que possibilitará novas obras de remodelação e benfeitorias na Maternidade.

Segue a descrição:

Com a presença dos Srs. presidente da República, ministro do Interior e prefeito do Distrito Federal, inaugura hoje a Maternidade do Rio de Janeiro dous pavilhões destinados á installação de serviços novos e á ampliação de alguns antigos.

Eram melhoramentos esses de que, ha muito, se resentia e que, por constante falta de verba, não pudera ainda sua administração executar.

Como seus antecessores, o Sr. Dr. Fernando de Magalhães, desde que assumiu o cargo de director da Maternidade, procurou realisal-os, envidando para tanto os seus melhores esforços.

E sem que houvesse ainda consignação de verba no orçamento do Interior, aproveitando, porém, á custa de grandes economias, saldos de várias verbas destinadas á Maternidade do Rio de Janeiro conseguiu agora a construção dos pavilhões que innumeras vantagens trazem aos serviços da casa entregue á sua direcção.

Esses pavilhões que se acham dotados do mais moderno e aperfeiçoado material, denominam-se Rodrigues Lima e Dr. Feijó (Gazeta de Notícias, 05/03/1917, p.1).

A descrição detalhada segue, nos dando uma excelente amostra das inovações adotadas pela Maternidade.

Assim, sobre os pavilhões:

No primeiro, que se compõe de três ambulatórios (salas destinadas a exames minuciosos) terão installados os serviços de moléstias das crianças, de gynecologia e de obstetrícia.

A sala destinada aos exames e tratamento das moléstias de crianças está aos cuidados profissionais do Sr. Dr. Raul Carneiro e as de obstetrícia e gynecologia, respectivamente aos dos Srs. Drs. Oliveira Motta e Fernando Vaz.

No segundo pavilhão, de isolamento, ha varias enfermarias, vastas e arejadas, com leitos higienicos esmaltados a branco. Ahi tratar-se-ão as enfermas atacadas de infecção puerperal.

Ha, ainda nesse pavilhão, mais tres dependencias que mereceram do Dr. Fernando de Magalhães especiaes cuidados: uma, destinada á estadia das crianças filhas das atacadas de infecção puerperal; outra, ás operações ascepticas; e, finalmente, outra aos exames de bacteriologia.

Essa última dependencia se acha aparelhada de fôrma a que os exames bacteriologicos se façam em qualquer sentido e de modo completo (Gazeta de Notícias, 05/03/1917, p.1).

O “Correio da Manhã”, também traz a inauguração dos novos pavilhões da Maternidade do Rio de Janeiro. Além de uma descrição, também bem detalhadas, dos melhoramentos da instituição, traz uma importante informação sobre as condições financeiras da Maternidade.

Segundo o jornal:

A Maternidade do Rio de Janeiro, á rua das Laranjeiras n.180, e que se acha sob a intelligente direcção do dr. Fernando de Magalhães, esteve hontem em festa, para a inauguração de diversos melhoramentos, todos muito importantes e levados a efeito com recursos da própria instituição, que se acha com todos os seus compromissos completamente em dia, tendo até pago dividas anteriores, na importância de 70 contos (Correio da Manhã 06/03/1917, p.3).

Após tão festejada inauguração, encontramos no mês de agosto, uma carta do ex diretor Nabuco de Gouveia, defendendo sua administração. Interessante notar, que a carta não busca apenas justificar sua administração. Podemos encontrar nas palavras de Nabuco de Gouveia, ressentimento pelo não reconhecimento dos seus esforços na direção, em prol da Maternidade.

Segundo coluna:

O deputado Nabuco de Gouveia [...] fez uma série de considerações sobre a sua administração na Maternidade do Rio de Janeiro de julho de 1914 a março de 1915. O

orador justificou as despesas extraordinárias feitas durante aquelle período, despesas essas approvadas pelo governo no relatório de abril de 1915 e que eram indispensáveis ás modificações imprescindíveis a um estabelecimento destinado aos fins gás necessidades de uma maternidade de uma capital como a nossa.

O emprego da contribuição de 100 contos, conferida pelo Congresso, á Maternidade foi perfeitamente explicado e approved pela Contabilidade do Interior, conforme officio que lei de 1º de janeiro de 1915, acrescentando porém, que daquella verba só pode dispor de certa quantia, portanto já a encontrou diminuída como gastos feitos no período de janeiro a agosto de 1915. Quanto á verba de 1915 votada pelo Congresso, igualmente de 100 contos, o sr. Nabuco de Gouvêa declarou não haver recebido um centil, de janeiro a março, epocha em que deixou aquelle estabelecimento (O Imparcial, 10/08/1917, p.4).

Apesar dos números que, por si só demonstrariam a importância da instituição, justificando inclusive a recente reforma ocorrida na Maternidade, existiam ainda dúvidas a cerca da necessidade da atuação desse estabelecimento na capital da República. Encontramos uma publicação semanal ilustrada, chamada “A Rua”, que através de um apanhado de informações, nos dá sua impressão sobre a estrutura e funcionamento da Maternidade, entre "afagos" e críticas.

Dessa forma, segundo suas palavras,

[...] Se o sr. Presidente da Republica pudesse fallar á reportagem teria resumido a sua impressão da maneira seguinte:

Tudo muito limpo, muito decente, muito agradável. Apenas uma cousa impressiona mal: a Maternidade do Rio de Janeiro é muito pequena ainda. Podia servir perfeitamente á cidade de Itajubá, cuja população é pequena, mas não pôde attender, evidentemente, ás necessidades de uma população feminina como a da metrópole brasileira ...

[...]Diariamente chegam lá batalhões de gestantes, quasi a dar a luz, e imploram internação.

Não é possível, não é possível! - dizem desoladamente os drs. Fernando Magalhães e Fernando Vaz. Todos os leitos estão occupados...

Voltam então as pobres mulheres e recorrem a Santa Casa, muito tristes e muito pálidas, muito desiludidas e muito volumosas...

Outras voltam á carga e trazem “pistolões”, segundo soubemos de outro informante, mas “pistolões” poderosos, irrespondíveis e solennes (A Rua, 06/03/1917, p.1).

Em paralelo a essa discussão, novamente veremos a incorporação da Maternidade pela Faculdade de Medicina voltando a pauta de discussões no mês de agosto. Na já citada fala de Nabuco de Gouveia, encontramos a manifestação de Fernando Magalhães, endossando a honestidade administrativa do ex-diretor e pedindo que fosse novamente incluída na pauta de discussões uma emenda o parecer favorável a transferência da Maternidade para a Faculdade de Medicina (O Imparcial, 10/08/1917, p.4).

Porém, novamente através de um requerimento, José Tomaz Nabuco de Gouveia, que havia feito requerimento semelhante em setembro de 1915, (Jornal do Commercio, 28/09/1915,

p.3) temos um novo pedido pela incorporação da Maternidade pela Faculdade de Medicina, em uma das sessões de agosto na sessão da Camara dos Deputados.

Após discursar longamente acerca da Maternidade e sua importância, o deputado solicita que "[...] seja incluída na ordem do dia de amanhã a emenda que manda incorporar ao patrimônio da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro a Maternidade das Laranjeiras, cuja discussão única já foi encerrada e que tem parecer favorável unânime da Comissão de Finanças” (O Paiz, 10/08/1917, p.6). Novamente não encontramos o que se seguiu a esta nova tentativa.

Desde sua criação, a Maternidade do Rio de Janeiro deveria contar com uma escola de enfermeiras. Porém, depois de mais de dez anos depois de fundação de sua instituição essa proposição ainda não havia se cumprido. Através do empenho de Fernando Magalhães e sua equipe, em 1917, foi enfim criada a escola, com o primeiro curso ministrado pelo Dr. Manoel Lazary, médico assistente da Maternidade (Jornal do Commercio - Edição da Tarde - 08/01/1918, p.5).

A boa reputação e competência administrativa atribuídas a Fernando Magalhães ou uma certa dose de sorte, pareceu acompanhar a Maternidade, quando ainda em 1917, em primeira discussão e dezembro do mesmo ano, durante a segunda reunião da Comissão de Finanças do Senado para as discussões sobre o orçamento do ano de 1918, foi apresentada a emenda do jornalista e senador Alcindo Guanabara, que disporia de quantia extra no valor de 61:500\$ para a Maternidade do Rio de Janeiro (Correio da Manhã, 04/12/1917, p.2). Essa quantia, teria como destino o pagamento de dívidas importantes contraídas nos exercícios de 1914-1915 da Maternidade, que ainda pesavam sobre ela. Apesar da importância, a mesma verba foi negada (Anaes da Camara dos Deputados, 1917, p. 298).

Apesar de mais um revés, observamos ainda o apreço do Governo Federal, através das palavras do Ministro da Justiça que destaca a importância da instituição em seu relatório anual.

Segundo o Ministro,

Este estabelecimento de assistência, actualmente sob a provecta direcção do Dr. Fernando Magalhães, continúa, com o auxílio do seu devotado corpo clínico, a prestar relevantísimos serviços.

Os poderes publicos, indo ao encontro dos esforços dos beneméritos organizadores dessa instituição, sempre a tem subvencionado (Relatório do Ministério da Justiça, 1918, p.266).

Em 1918, a Maternidade figura nas manchetes dos jornais, porém através de uma triste notícia. Vitimado por uma infecção, contraída no ofício de sua função de médico ginecologista e obstetra, vem a falecer com apenas 30 anos, Manoel da Cruz Lazary, médico assistente da

Maternidade do Rio de Janeiro e assistente direto de Fernando Magalhães (O Fluminense, 08/05/1918, p.2).

Em homenagem ao colega e ex-aluno, Fernando Magalhães decide nomear a sala de partos da Maternidade com o seu nome, e estabelecer um prêmio ao aluno que tivesse o melhor desempenho na cadeira de Ginecologia da Faculdade de Medicina, especialidade do colega morto (O Fluminense, 07/04/1918, p.2).

A Maternidade ainda passaria por uma das mudanças mais importantes desde sua fundação.

A Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, depois de anos de tentativas pela obtenção de sua nova sede, inaugura após dois anos de obras seu novo prédio na Praia Vermelha. Apesar, do projeto inicial contar com três prédios, apenas 1 é concluído, comprometendo o funcionamento da Faculdade, que ainda dependeria de outros locais para o ensino (GOMES; MELLO VARGAS; VALLADARES, 2001).

Depois de anos de discussões acaloradas na comunidade acadêmica, Camara dos Deputados e Senado, fez-se publicar o decreto n. 3604 de 11 de dezembro, que incorporaria a Maternidade do Rio de Janeiro a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Através desse decreto, também ficam instaladas nas dependências da Maternidade as clínicas de Ginecologia e Obstetrícia da Faculdade de Medicina, configurando-se em uma importante aquisição, o que possibilitaria a melhoria do ensino teórico e prático dessas cadeiras, que de forma oficial agora seriam ministradas na Maternidade.

Como a Maternidade do Rio de Janeiro tornara-se patrimônio da Faculdade, todos os membros ocupantes dos cargos da direção, composta pelos Drs. Fernando Augusto Ribeiro de Magalhães (diretor), Fernando Ferreira Vaz (vice-diretor) e José Alves Paes Leme Filho (tesoureiro) deveriam ser exonerados (Relatórios do Ministério da Justiça, 1919, p.206/207).

A partir da incorporação, a Maternidade ficaria sob a tutela do diretor da Faculdade de Medicina e teria como diretor, o titular da cadeira de Obstetrícia, ocupada pelo Dr. Erico Coelho desde 1883 (GOMES; MELLO VARGAS; VALLADARES, 2001).

Assim, terminam os anos de direção do Dr. Fernando Magalhães na Maternidade do Rio de Janeiro, período este descrito assim:

Devendo a Maternidade do Rio de Janeiro, nas Laranjeiras, passar a ser dirigida pelo lente cathedratico da cadeira de obstetrícia da Faculdade de Medicina, da qual é substituto o sr. Professor dr. Fernando Magalhães, este illustre médico patricio deixou hontem a direcção daquelle estabelecimento, a que dera uma organização devéras modelar, capaz de rivalisar com a das instituições congeneres dos centros mais civilisados.

Alliado á sua notoria capacidade profissional uma excepcional envergadura de administrador, o sr. dr. Fernando Magalhães ali se fizera sempre doerem da estima e do acatamento que as suas qualidades justificam. Assim, ao despedir-se do pessoal da Maternidade, pela manhã de hontem, o corpo clínico, internos e externos, funcionarios da secretaria, enfermeiras e todos os demais empregados, o acompanharam até o portão principal, fazendo-lhe expressiva e carinhosa manifestação (A Época, 15/12/1918, p.2).

A Maternidade do Rio de Janeiro torna-se a casa da Obstetrícia e da Ginecologia da Faculdade de Medicina. O desejo de um local adequado ao ensino, almejado desde a criação da Escola de Medicina em 1832, e que só encontra eco depois de 80 anos de intensas discussões contra a falta de organização hospitalar e escassa salubridade no atendimento médico da cidade, enfim dá inicio a um novo momento no cuidado a saúde das mulheres e recém-nascidos na Capital Federal da República (MAGALHÃES, 1932).

2.6 A Maternidade da Faculdade de Medicina (1918-1930)

O período temporal abordado nessa parte do estudo, apesar de ser mais recente que os demais, é o período que menos foram encontrados fatos e evidências históricas acerca da Maternidade do Rio de Janeiro. Dessa forma, destacaremos aqui os acontecimentos mais importantes encontrados e permearemos com algumas das memórias do Professor Fernando Magalhães sobre a Faculdade de Medicina e a Maternidade.

Com a incorporação da Maternidade ao patrimônio da Faculdade de Medicina, as notícias e estatísticas do seu funcionamento agora passariam a ser divulgadas pela Faculdade de Medicina. Podemos justificar assim, a escassez de fatos que se encontram, partir de janeiro de 1919, relacionados ao nome Maternidade do Rio de Janeiro, ou Maternidade das Laranjeiras.

Apesar da incorporação da Maternidade, o que a torna responsabilidade da Faculdade de Medicina, o Governo Federal permanece pagando a subvenção de 100:000\$, agora entregue ao diretor da Faculdade, o Dr. Aloysio de Castro (Jornal do Commercio, 18/03/1919, p.5). Essa subvenção, sem dúvida, continua a auxiliar os numerosos atendimentos da Maternidade, que tenderiam a aumentar com a incorporação, como podemos ver na primeira estatística da clínica ginecológica divulgada pela Faculdade de Medicina (Tabela 6).

O Município, a partir de 1920, altera o nome do auxílio antes nomeado de "Saúde Pública", chamando-o de "Auxílio a Institutos de Caridade". Dentre eles, estava incluída a Maternidade. Para ela, destinou-se a quantia de 18:000\$, que também continuaria sendo paga, apesar da incorporação (A Rua, 05/05/1920, p.2).

Tabela 6. Atendimentos - Clínica Ginecológica e Obstétrica da Faculdade de Medicina (1918-1919)

	Número
Mulheres Atendidas	5742
Intervenções Cirurgicas	135

Fonte: Jornal do Commercio, 1919

Outro fundamental papel que a Maternidade vinha desempenhando, já desde sua fundação, era servir como um espaço de discussão dos temas mais pungentes, relacionados a Obstetrícia e Ginecologia brasileira, buscando entrar em consonância com os mais modernos temas e estudos presentes nos serviços congêneres do mundo. Assim, desde sua criação, porém em especial, a partir dos anos finais da década de 10, encontraremos a Maternidade envolvida em discussões aprofundadas sobre temas atuais nos dias de hoje, bem como no período ocorrido.

Das 179 teses apresentadas pelos alunos da Faculdade de Medicina (trabalho apresentado à conclusão do médico, que não era ainda obrigatório), relacionadas a Ginecologia/Obstetrícia, encontramos produção dos temas mais variados. Porém, dentre o período de 1904 a 1930, e disponíveis para consulta, encontramos dentre essa diversidade de estudos, a ocorrência dos temas aborto (3 teses), cesárea e sua necessidade (11), toxemia granítica / eclampsia (9), aleitamento (2), e infecção puerperal (5), o que mostra um ambiente de discussão rico e variado.

Em setembro de 1920, após proposta feita na última reforma do ensino, a Reforma Maximiliano, temos a criação da primeira universidade brasileira, Brasil, denominada Universidade do Rio de Janeiro, sendo formada através da união da Escola Politecnica, da Faculdade de Medicina e da Faculdade de Direito (GOMES; MELLO VARGAS; VALLADARES, 2001). Assim, a Maternidade das Laranjeiras, nome popular pela qual era conhecida, passa a ser o local de ensino da Clínica Obstétrica da Universidade do Rio de Janeiro.

Passados quase 3 anos da incorporação da Maternidade do Rio de Janeiro pela Faculdade de Medicina, encontramos que as coisas não saíram exatamente como imaginado. Não sabe-se se por um aumento dos atendimentos ou por outro motivo, encontramos uma crítica do Professor Fernando Magalhães, relatando que na clínica obstétrica na Maternidade “[...]um crime o que ali se vem praticando contra o indivíduo que estuda e o indivíduo que a nascer. É uma verdadeira situação de miséria moral e miséria material, miséria de desleixo, de abandono e do relaxamento” (O Jornal, 26/10/1921, p.12).

Ainda nas palavras de Magalhães sobre a situação da Maternidade do Rio de Janeiro, encontramos nas memórias do professor, suas impressões não apenas sobre a instituição em si, bem como da situação de precariedade que se encontrava o ensino de obstetrícia na Faculdade de Medicina. Segundo ele:

Em 1921, saltando assim tantos annos de mínimo progresso, na Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, respondendo á consulta sobre as causas obstétricas do grande coefficiente de mortalidade infantil, affirmei, sem contestação, serem ellas o pouco preparo profissional e a assistência materna insufficiente e defeituosa. Provando a parte relativa á assistência, citei, como testemunho, o facto de se encontrarem na Maternidade de Laranjeiras, no anno findo, os recém-nascidos, por falta de roupa, envoltos em jornaes velhos, e os estudantes, por falta de ensino, sem conhecimento das noções rudimentares da especialidade (MAGALHÃES, 1932, p.131).

Após 39 anos a frente da cadeira de Obstetrícia da Faculdade de Medicina, falece no mês de novembro de 1922, na cidade do Rio de Janeiro, o Dr. Erico Marinho da Gama Coelho (Coelho, Erico Marinho da Gama. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro - pós 1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2011). Sua morte deixa vaga não apenas a titularidade da cadeira clínica Obstétrica, bem como a direção da mesma na Maternidade do Rio de Janeiro, que era ocupada pelo titular dessa cadeira.

Sendo o Dr. Fernando Magalhães professor substituto da Clínica Obstétrica, coube a ele assumir a direção da Maternidade do Rio de Janeiro, tomando posse no mês de dezembro, na Faculdade de Medicina (O Jornal, 21/12/1922, p.2).

É importante aqui destacarmos as modificações e impactos que os anos de 1920 trouxeram para a sociedade mundial e brasileira. Flutuações nos preços do café, o principal produto brasileiro na pauta de exportação, a adoção de diferentes práticas econômicas questionáveis dos cafeicultores e de determinados setores financeiros, além da articulação e organização do movimento operário, e de alterações culturais acabam por cimentar ideologicamente a ascensão do populismo, que acabam por culminar na ascensão de Getúlio Vargas (Sevcenko, 2006).

Segundo Ferreira e Pinto:

O ano de 1922, em especial, aglutinou uma secessão de eventos que mudaram de forma significativa o panorama político e cultural brasileiro. A Semana de Arte Moderna, a criação do Partido Comunista, o movimento tenentistas, a criação do Centro Dom Vital, a comemoração do centenário da Independência e a própria sucessão presidencial de 1922 foram indicadores importantes dos novos ventos que sopravam, colocando em questão os padrões culturais e políticos da Primeira República (FERREIRA; PINTO, 2006, p.389).

Assim, traçado esse breve panorama da situação brasileira, essencial para a compreensão desse período, podemos voltar a Maternidade do Rio de Janeiro e a forma como ela estava inserida nesse contexto.

Em 1922, em comemoração ao centenário da Independência do Brasil, o Governo Federal, resolve publicar os dados existentes sobre a Assistência pública e privada da cidade do Rio de Janeiro. Esse relatório, era uma antiga iniciativa, idealizada ainda por Pereira Passos, que não conseguiu desempenhá-la. Assim, em 1922, capitaneado pelo desembargador Ataulpho de Paiva, o relatório com os dados acerca das instituições que cumpriam sua função no atendimento saúde da população é publicado. Dentre essas instituições, na parte que cabia a Maternidade, obtivemos importantes dados, antes ignoradas da sobre a Maternidade do Rio de Janeiro. (Paiva, 1922).

Temos segundo o relatório, destacamos as receitas e despesas da Maternidade, desde 1913 até 1920.

Tabela 7. Receitas e Despesas da Maternidade do Rio de Janeiro (1913-1920)

	Receitas	Despesas
1913	101:735\$507	95:360\$427
1914	124:891\$379	123:290\$224
1915	143:809\$200	137:434\$020
1916	93:706\$440	90:654\$280
1917	102:604\$260	100:340\$280
1918	123:693\$100	123:111\$420
1919	269:699\$296	269:699\$296
1920	265:273\$058	265:273\$058

Fonte: Assistência Pública e Privada no Rio de Janeiro: história e estatística.

Em 1923, a Maternidade receberia a sua maior verba, desde que a Prefeitura começou a pagar o dito auxílio. Em Janeiro, coube a ela, o valor de 24:000\$, apesar das críticas crescentes, desde que a Maternidade do Rio de Janeiro fora incorporada pela Faculdade de Medicina (Jornal do Commercio, 06/01/1923, p.20).

Analisando os números das despesas e receitas, e confrontando com o número dos atendimentos, nota-se que as mesmas acompanham o aumento exponencial dos atendimentos, sem muita sobra de recursos. Nos anos de 1913 e 1914, de acordo os dados descritos nas tabelas 1 e 2, o aumento da despesa é condizente com o aumento significativo dos atendimentos do ambulatório e da obstetrícia. Já nos dois últimos anos da estatística, a Maternidade já fazia parte do patrimônio da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, o que explica receita e despesa serem do mesmo valor, não sendo possível analisar com precisão sua relação com os atendimentos do período.

Ainda em 1923 a Clínica Obstétrica da Universidade do Rio de Janeiro, na Maternidade do Rio de Janeiro, no mês em agosto, destaca-se por um acontecimento inesperado - o nascimento de trigêmeos, todos com saúde.

Segundo relato, a paciente, era branca, casada, moradora do bairro de Botafogo. Já era mãe de 8 filhos, que segundo informação de sua ficha de internação, nasceram através de partos feitos por ela mesma e seu marido em sua casa (A noite, 16/08/1923, p. 1). Deu entrada na Maternidade, nos primeiros dias de agosto, sendo internada por tosse intensa, fortes enjoos e dores de estômago. Depois de internada, o diagnóstico era de gestação gemelar. Após 7 horas do início do parto, e em seguida ao nascimento do segundo bebê, o médico percebeu ao exame, um terceiro bebê, que ainda não tinha sido percebido. Os três nasceram em excelente estado. (Revista de Ginecologia e D'Obstetrícia, outubro 1923, p.426-7). Esse caso de trigemelaridade, foi publicado em jornais da cidade, bem como teve destaque na Revista de Ginecologia e Obstetrícia, importante veículo de publicações e discussões médicas do Brasil.

Após o relato do caso pelo médico responsável por prestar atendimento à paciente, devemos fazer algumas considerações. A primeira delas, é que apesar de uma campanha médica para que as mulheres acolham a idéia de adotar as maternidades como local seguro para terem seus bebês, ainda encontramos alguns casos em que a mulher opta por ter seus filhos em casa, na presença de sua parentela, como foram os partos anteriores da paciente citada, ou na companhia de uma parteira (MARTINS, 2004). Outro aspecto interessante, é fornecido pelo Dr. Philemon Patraculo, médico responsável pelo atendimento. Apesar de ser um caso pouco comum, só na Maternidade este seria o sexto caso de gestação trigemelar. (Revista de Ginecologia

e D'Obstetria, outubro 1923, p.428). É interessante considerar a surpresa dos alunos que frequentavam a clínica obstétrica da Faculdade de Medicina, ao se depararem com um caso de interesse, fora da normalidade, como esse e o diferencial oferecido no estudo de um caso dessa natureza.

Porém apesar disso, novas denúncias sobre as más condições da Maternidade, sob os cuidados da Universidade do Rio de Janeiro voltam a aparecer em 1928.

Desde 1918 com a inauguração do primeiro (e único) prédio nova da Faculdade de Medicina, a congregação acadêmica e seu diretor buscam recursos e meios para o término das obras, capazes de dar a Faculdade um hospital geral, que comportasse em um único local, todas as especialidades, saindo assim das dependências do antigo hospital acomodado nas propriedades da Santa Casa.

A Maternidade e sua situação de precariedade também estão no meio dessa discussão, visto que, segundo Fernando de Magalhães:

Desde que a Maternidade das Laranjeiras foi incorporada á Faculdade de Medicina começou a sua decadência quasi ruínosa, mas o professor Abreu Fialho vae dirigir a sua atenção para ella, e, enquanto não se realiza a maternidade do hospital de cínicas, e se não passem talvez 6 annos, a cadeira de clínica obstétrica esperará sua installação efficiente com dignidade: o director da Faculdade, com este emprehendimento, será benemerito (O Jornal 24/10/1928, p.1).

Mas a situação da Faculdade de Medicina e sua clínica Obstétrica na Maternidade do Rio de Janeiro, antes reconhecidamente "um dos estabelecimentos hospitalares de mais brilhante fama desta capital" (A Noite, 12/06/1930, p.1) estava longe de se resolver.

Voltamos a encontrar a partir de junho de 1930, as queixas do professor Fernando de Magalhães a Congregação da Faculdade de Medicina, sobre as péssimas condições de funcionamento da Maternidade do Rio de Janeiro, que impediriam não apenas o atendimento das pacientes, bem como prejudicariam o ensino prático e acusações de negligência contra o Dr. Abreu Fialho, então diretor da Faculdade de Medicina.

Segundo Fernando de Magalhães:

[...]Presentemente as condições da Maternidade das Laranjeiras são ainda mais dolorosas: casa onde não há asseio, paredes esburacadas, tectos ennegrecidos, camas velhas e colchões sordidos. Roupa escassa e limpeza corporal das internadas quasi impossível: banheiros e latrinas repugnantes. A sala de partos é um padrão de atrazo e de miséria: um mixto de cozinha pobre e de dormitorio sujo. Falta o rudimentar no que concerne a assistencia; não há agua esterilizada, nem na sala de partos, nem na sala de operações; a banheira destinada aos recémnascidos é um verdadeiro e perigoso foco de contaminação (O Jornal, 19/06/1930, p.6).

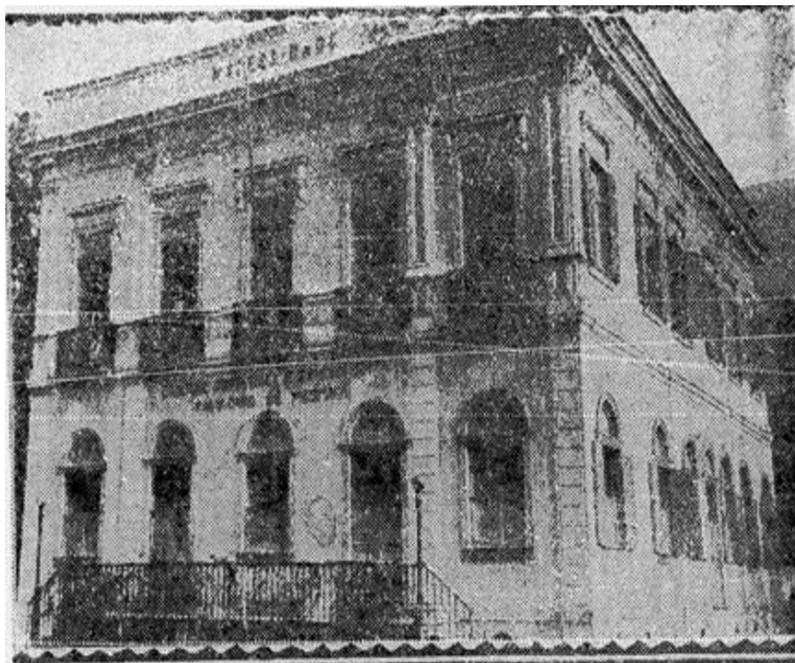
As críticas vão ainda mais longe. As desaprovações pareciam se dirigir ao administrador e ao diretor da Faculdade de Medicina, que Magalhães afirma não fazer nada pelas instalações durante sua administração, a não ser buscar privilégios próprios (Diário da Noite, 11/09/1930, p.2). Ainda segundo as manifestações do Professor Fernando Magalhães, a situação de abandono e miséria que se encontravam a Maternidade seriam resultado de “obra de um rancor”, onde a clínica obstétrica pagaria porque Magalhães sem saber, “desafia iras medíocres e receios pueris” (O Jornal, 22/08/1930, p.16).

Em novo discurso, agora na Academia de Medicina no mês de setembro, mais uma vez o professor Fernando Magalhães denuncia as más condições em que vive a Maternidade das Laranjeiras (nome pelo qual também é chamada a Maternidade do Rio de Janeiro), que em sua palavras “vive num abandono propositado” (O Jornal, 06/09/1930, p.4).

A situação se agrava nas últimas semanas de setembro, levando Fernando de Magalhães a fechar a clínica obstétrica da Faculdade do Rio de Janeiro, não admitindo mais parturientes na Maternidade das Laranjeiras (Foto 5). Depois de constatar a falta total de material necessários ao atendimento das pacientes, e ter seus pedidos negados por “pirraça pessoal” (Correio da Manhã, 18/09/1930).

Oficializando assim sua decisão, Magalhães convoca os alunos e a congregação da Faculdade “[...] afim de tomar conhecimento do fechamento da Maternidade das Laranjeiras, por absoluta falta de material, ficando deste modo mutilado o ensino da Medicina em matéria básica e fundamental, tal é a obstetrícia” (Correio da Manhã, 19/09/1930).

O fechamento da Maternidade, não só gera indignação na imprensa carioca, bem como mobiliza os alunos de diferentes séries da Faculdade de Medicina a se unirem e redigir um telegrama ao presidente Washington Luiz solicitando o “afastamento do professor Abreu Fialho do corpo de director daquela Faculdade” (Correio da Manhã, 21/09/1930, p.3). Após esse ocorrido, vemos solucionado o problema da escassez de material indispensável para o atendimento na Maternidade, possibilitando a reabertura dos serviços no dia seguinte a manifestação dos alunos (Diário da Noite, 22/09/1930, p.2).

Foto 5 - Maternidade das Laranjeiras -1930

Fonte: Diário de Notícias, 1930

Destacados os eventos pertinentes ao estudo da assistência Obstetrícia, que nos levam a criação da Maternidade do Rio de Janeiro, instituição tão cara ao Rio de Janeiro, pelos seus serviços e cuidados às mulheres grávidas e seus bebês, não poderíamos nos abster de levantar outras questões também pertinentes, ligadas a afirmação de campos específicos da medicina, à ações de proteção e assistência organizados por grupos sociais bem delimitados, com o apoio ainda que discreto do Governo Federal e Municipal.

Muito se caminhou até chegarmos a esse momento, porém apesar do avanço observado, mudanças ainda eram almejadas, no sentido de elevar as condições do ensino e da assistência. Dessa forma, encontramos nas palavras de Magalhaes, além da defesa do trabalho médico, do asseio e da hospitalização, uma crítica contundente a uma situação da assistência obstétrica do Brasil, que se sustentava apesar de todos os esforços empenhados e que resumem bem o período estudado neste trabalho.

Segundo ele, "Mais ou menos, não obstante adiantarem-se os tempos, permanecem os defeitos, os atrasos e até os malefícios da especialidade" (MAGALHÃES, 1932, p. 131).

3 METODOLOGIA

É necessário na realização de um bom estudo, obedecer os passos capazes de dar conta de todas as etapas da pesquisa. Assim, a metodologia correta representa um caminho que une o pensamento e a prática, o método as suas técnicas e toda a experiência que pesquisador conquista durante a sua vida (MINAYO, 2001).

Ainda de acordo com a autora, toda a pesquisa deveria seguir alguns passos básicos. O primeiro começaria logo após a escolha do objeto, amadurecer bem a escolha do problema a se investigar. Em seguida, inicia-se a coleta dos dados, responsáveis por responder a questão levantada (MINAYO, 2001).

Buscar fontes capazes de reconstruir os caminhos que a história da Maternidade Escola da UFRJ trilhou não foi fácil. Segundo Le Goff (2013, p.22), "[...]a história é uma narrativa, verdadeira ou falsa, com base na "realidade histórica". Assim, buscar ferramentas capazes de determinar essa narrativa, consiste em uma etapa fundamental dessa pesquisa e em um primeiro momento de busca, encontrei mais obstáculos do que fontes, o que quase inviabilizou a continuidade desse trabalho. Porém, sabendo que o passado é uma construção repleta de reinterpretações acerca dos acontecimentos, me voltei na certeza adquirida nas palavras de Le Febvre (1949) ao perceber que cabe a história recolher, classificar e agrupar os acontecimentos do passado em função de uma necessidade surgida nos tempos atuais.

Destacando Le Goff acerca do método usado para compreender os acontecimentos desse passado, busca-se afastar-se completamente de uma tentativa simplista e empobrecida que "[...] não transporte ingenuamente o presente para o passado e que não procure por outras vias um trajeto linear que seria tão ilusório como o sentido contrário. Há rupturas e descontinuidades inultrapassáveis, que num sentido, quer noutro (2013, p.28).

É importante destacar que a escolha do tema dessa pesquisa só foi possível após a expansão das possibilidades, dos problemas e dos objetos de estudo trazidos pela Escola dos Annales, no início do século XX. A enorme quantidade de novos estudos sobre os mais variados temas surgidos a partir dos anos 70 e 80 do século XX, mostram a importância dessa mudança. Nas palavras de Peter Burke,

[...]Nos últimos trinta anos nos deparamos com várias histórias notáveis de tópicos que anteriormente não se havia pensado possuírem uma história, como, por exemplo a infância, a morte, a loucura, o clima, som odores, a sujeira, a limpeza, os gestos, o

corpo [...], a feminilidade [...], a leitura [...], a fala e até mesmo o silêncio (1992, p.11).

Definido o tema, chegaria o momento da busca documental. Mas, para o início da busca documental, era necessário definir ainda o período temporal a ser estudado, visto os 116 anos da instituição, em questão, tornar a pesquisa algo quase impossível visto o tempo destinado ao Mestrado estar restrito a apenas dois anos, tornando o estudo inviável.

Assim, optou-se pela delimitação da história da Maternidade durante os anos da Primeira República (1889-1930), visto a especificidade do período, capaz de auxiliar a limitar o conjunto de ações que possibilitam os eventos estudados a seguir, comparando-as e analisando-as em conjunto, permitindo assim traçar análises entre interesses e ações comum à época.

A Primeira República, caracterizada como:

Ambigua e contraditória, [...] revelasse o advento da República, cujo pressuposto teórico é o de um governo destinado a servir à coisa pública ou ao interesse coletivo, teve significado extremamente limitado no processo histórico de construção da cidadania no Brasil.

A denominação República oligárquica, frequentemente atribuída aos primeiros 40 anos da República, denuncia um sistema baseado na dominação de uma minoria e na exclusão de uma maioria do processo de participação política (RESENDE, 2006, p.91).

Optar por esse período, até os anos de 1930, segundo Lafer, no prefácio da obra “A Invenção Republicana Lessa, (2015) leva ainda em consideração:

A complexidade própria da Primeira República, a sua agenda de problemas e soluções que encontrou, que explicam as características de sua persistência institucional nos 41 anos de sua duração histórica - 41 anos que tiveram implicações que se prolongam até os nossos dias. Foi a Primeira República que implantou a estrutura federalista do Estado brasileiro, que levou à criação do Supremo Tribunal Federal e ao controle da constitucionalidade das leis, conduziu à criação do Tribunal de Contas, que separou a Igreja do Estado, que animou a imigração, que consolidou a delimitação jurídica das fronteiras do país - para dar alguns exemplos da relevância do período da Primeira República (2015, p.13)

Delimitado assim o período temporal, inicia-se a busca documental pertinente. Em um primeiro momento, na própria instituição, muito pouco da documentação diretamente relacionada à história da casa foi encontrada. Essa descoberta poderia prejudicar a construção de um passado ainda que não tão distante, parecia quase inalcançável. Perdas importantes de documentos, má acondicionamento dentre outras razões desconhecidas ao longo da história da instituição, justificam a escassez dessas fontes.

Assim, outras opções deveriam ser consideradas.

Depois de uma busca mais minuciosa, nos deparamos com importantes pastas funcionais de 7 dos diretores da instituição, e 1 vice-diretor. Na pasta de **Antônio Rodrigues Lima** (1904-1914), encontramos um breve resumo de sua vida pessoal e profissional, além de uma fotografia de perfil do mesmo. Na pasta de **Erico Marinho da Gama** encontramos uma fotografia de perfil, um breve resumo de suas atividades profissionais e biográficas. A pasta de **José Tomaz Nabuco de Gouvea**, também vemos um resumo biográfico, uma foto de perfil, e três obras de sua autoria, sendo elas “Observações sobre Cirurgia de Guerra - Relatório apresentado a S. Exmo. o Sr. Ministro da Guerra” de 1919, “Missão Médica Brasileira (Discurso pronunciado na Camara dos Deputados em 16 de julho de 1919)” publicado em 1919, “Notas sobre Cirurgia de Guerra” de 1920. Na pasta de **Francisco Furquim Werneck de Almeida**, encontramos uma foto sua de perfil e um breve resumo biográfico. Na pasta de **Octavio Rodrigues Lima** além do habitual resumo bibliográfico, foram encontradas uma foto de perfil e uma foto em algum evento social, e diferentes reproduções xerográficas de artigos jornalísticos sobre sua importância na medicina. Na pasta de **Francisco Vicente Gonçalves Penna** foram encontrados seu passaporte francês além de algumas folhas soltas de sua identidade funcional. Já acerca da pasta de **Fernando Augusto Ribeiro de Magalhães**, a documentação encontrada trouxe grandes surpresas. Além do resumo bibliográfico, encontramos algumas fotos do importante médico em diferentes ambientes como a Academia Carioca de Letras, uma foto de sua família, uma reprodução fotográfica em menor tamanho de um quadro que representaria uma aula de Fernando Magalhães na Faculdade de Medicina. Foi encontrada documentação pessoal incluindo bilhetes e cartas escritos a mão ou datilografadas de importantes personalidades da época presentes na vida do professor Fernando Magalhães, destacando os bilhetes escritos a mão de Egas Moniz datado de 1937, Dias de Barros, Miguel Couto. Outro documento encontrado chama muito a atenção, por tratar-se de uma mensagem escrita a mão datada de 16 de maio de 1921, do então Ministro de Relações Exteriores Afranio de Mello Franco parabenizando Fernando Magalhães pela nomeação do mesmo ao cargo de Interventor do Estado do Rio de Janeiro.

Curioso é que essa nomeação acabou não acontecendo, mas tal documentação mostra a importância e influência de Fernando Magalhães e o alcance de suas relações pessoais.

Foram localizados documentos oficiais da Faculdade de Medicina, seja nomeando Fernando Magalhães para a Cadeira de Medicina Clínica ginecológica obstétrica em 1900, ou sua diplomação para membro titular da Academia Nacional de Medicina em 1901. Outro documento, este vindo diretamente do Gabinete da Presidência da República, assinado pelo então presidente Hermes da Fonseca e pelo Prefeito Rivadavia Correa nomeando Fernando Magalhães para a cadeira de Medicina Legal em 1911. Nesse mesmo ano, assinada também por Hermes da Fonseca e Rivadavia Correa a transferência da cadeira de Medicina Legal para a cadeira de Obstetrícia. Nessa pasta encontra-se ainda o documento datilografado, datado de 1915 assinado por Wenceslau Brás nomeando Fernando Magalhães para a direção da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Encontramos ainda a determinação do mesmo ano, do então chefe do Governo Provisório de Getúlio Vargas, Francisco Campos, nomeando novamente Fernando Magalhães para o cargo de Diretor da Faculdade de Medicina, da agora Universidade do Rio de Janeiro, visto sua recente criação. Podemos ver a assinatura de Getúlio Vargas nesse documento. Por último, porém, não menos importante encontramos a nomeação de Fernando Magalhães para a Reitoria da dita Universidade do Rio de Janeiro, assinada por Getúlio Vargas e Francisco Campos.

Outra importante fonte encontrada na Biblioteca na Maternidade Escola da UFRJ foram 231 teses da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro entre os anos de 1897 e 1941, 179 entre 1904 e 1930, que abordam os mais vastos temas acerca da medicina no Brasil ou aqueles em consonância a temas vigentes presentes na bibliografia internacional da época. As teses estão distribuídas entre diferentes especialidades e não apenas na Obstetrícia e Ginecologia. Encontramos teses nas áreas de "Hygiene", "Pathologia Médica", "Clínica Médica", "Cirurgia Pediátrica", "Pharmacologia" e outras não informadas. Dentre as teses, aquelas que abordam temas relacionados a Ginecologia e Obstetrícia somam o número de 154 (66,67%, ou 2/3 do total). A observância dessas teses, nos deram uma importante visão de quem eram os homens que estavam produzindo importantes conhecimentos e saberes médicos dentro da comunidade médica da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e em larga escala divulgando para as demais regiões do país.

Ainda foram localizados dois livros de registro das pacientes que deram entrada na Maternidade no ano de 1932, que não serão utilizadas nesse estudo, respeitando o recorte temporal estabelecido. Esses registros tratavam da evolução dos atendimentos e internações da Maternidade, o que ajudou bastante a entender o funcionamento da instituição nesse período. Tratando-

se de um documento oficial da instituição, deve-se antes de tudo examiná-lo com cuidado e agregá-lo a outras.

Porém ainda era pouco para preenchermos algumas lacunas presentes na trajetória da Maternidade. Assim, o que foi encontrado acabou determinando uma nova estratégia de busca secundária: jornais.

O uso dos jornais como fonte, é de suma importância quando buscamos entender o contexto onde estão inseridos as ações e os personagens ligados ao tema. Os jornais que circulavam pela cidade do Rio de Janeiro durante as últimas décadas do século XIX e nas décadas posteriores até os anos de 1930 nos ajudariam a definir bem o período abordado, nos fornecendo importantes informações capazes de reconstruir um cotidiano distante e muitas vezes incompreensível aos nossos olhos do presente.

Um problema a se observar, seria a escolha de que jornais deveriam entrar na amostra, visto a quantidade enorme de exemplares representantes de uma imprensa viva e em constante ebulição, que caracterizou a vida política, econômica e social da cidade do Rio de Janeiro desde metade do século XIX.

Dos jornais compreendidos entre o período de 1880 a 1934, digitalizados e disponíveis na base de dados da Biblioteca Nacional, foram encontradas 1223 edições, de aproximadamente 260 títulos diferentes. Dentre eles 10 deles foram selecionados, por sua periodicidade de publicação e acesso facilitado. Todas as edições já foram consultadas e devidamente transcritas.

Outro importante aspecto a se destacar acerca dos jornais selecionados, é que a sua seleção respeita a recorrência dos temas pesquisados, que foram obtidos através da utilização de palavras-chave relacionadas ao tema. As palavras-chave que geraram maior sucesso na busca foram “Maternidade”, “Maternidade do Rio de Janeiro”, “Maternidade” + “Laranjeiras”, “Rodrigues Lima”, “Fernando Magalhães”. Após a obtenção das palavras-chave, a pesquisa os jornais selecionados foram divididos em seis períodos agrupados em décadas iniciando no período de 1880-1889 e terminando no período de 1920-1930.

Os jornais consultados foram “Jornal do Commercio”, “O Paiz”, “Gazeta de Notícias”, “Jornal do Brasil”, “Diário de Notícias”, “Gazeta da Tarde”, “A Notícia”, “O Brazil- Médico - Revista Semanal de Medicina e Cirurgia”, “Correio da Manhã”, “A Imprensa”, “O Século” e “Gazeta do Rio de Janeiro”. Ainda foram encontradas algumas edições dos “Annaes da Camara dos Deputados” e dos “Relatórios do Ministério da Justiça”, que também foram consultados.

A circulação de jornais no Brasil, em especial durante o período estudado, era a forma mais importante, se não a única, de propagação de informações, até a chegada das transmissões radiofônicas. Porém ao mesmo tempo que representam um rico e importante relato do cotidiano

de um período que não vivemos, elas nos apresentam um risco por trazerem mesclados em suas palavras as intenções e crenças daqueles que a escreveram, muitas vezes tão intrínsecas que torna-se difícil distingui-las. Assim, para uma pesquisa com maior credibilidade devemos usá-las com muita cautela.

Foram encontrados e consultados os regulamentos e o relatório da Assistência Pública Municipal/Diretoria de Higiene da Intendência Municipal do Rio de Janeiro de 1922, produzido em homenagem ao centenário da Independência do Brasil, no governo do Presidente Eptácio Pessoa. Estes documentos versam sobre os serviços de saúde que funcionavam na cidade do Rio de Janeiro, desde os primeiros anos da República até 1922. Estes documentos encontram-se no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro e foram consultados em sua totalidade, excetuando algumas folhas avulsas ilegíveis, que não se encontravam aptas para a consulta.

Outra importante fonte consultada foram os Annaes da Academia de Medicina. Esse documento encontra-se na Biblioteca de Obras Raras da FIOCRUZ. Foram consultados os Annaes que abrangem as sessões ocorridas entre os anos de 1885 a 1889, ainda com o nome de Academia Imperial de Medicina e entre 1889 a 1896, já como Academia Nacional de Medicina. A importância da consulta desses documentos, é perceber o amplo e fértil ambiente onde as bases das discussões sobre salubridade, saúde e higiene eram construídas pelas palavras daqueles que a estavam buscando estabelecer.

Realizando o cruzamento das informações obtidas nos periódicos com as já levantadas teses e dissertações produzidas pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, das publicações da Academia de Medicina, contamos com um montante valioso de registros. Todas as informações levantadas serão relacionadas com a bibliografia já existente sobre o período e o tema analisado, buscando dar mais corpo a pesquisa em questão.

3.1 Tipo de estudo

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, que só pode ser realizada através do uso da análise documental. Assim foi definido, porque, segundo Minayo (2016, p.20):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, dentro das Ciências Sociais, com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas também por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e compartilhada com seus semelhantes. O universo da produção humana que pode ser resumido no mundo das relações, das representações

e da intencionalidade e é objeto da pesquisa qualitativa dificilmente pode ser traduzido em números e indicadores quantitativos (MINAYO, 2016, p.20-21).

Segundo Gil (2008, p.51), a pesquisa documental destaca-se por considerar o uso de documentos que não recebem nenhum tipo de tratamento ou análise preliminar como reportagens de jornais.

Cabe ainda que para o auxílio na análise dos documentos obtidos, seja feita uma “descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo” do material (GIL, 2008, p.152).

3.1.1 Local do estudo

O cenário da realização do estudo será a Maternidade Escola (ME) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), situada na cidade do Rio de Janeiro.

A referida maternidade é caracterizada pelo atendimento a gestantes de risco habitual e alto risco, fundada na cidade do Rio de Janeiro em 1904 em um contexto de racionalidade e aprimoramento científico.

3.1.2 Amostra do estudo

A amostra do estudo compreenderá os dados extraídos dos registros encontrados nas documentações e registros jornalísticos sobre “obstetrícia, "Maternidade do Rio de Janeiro”, “Maternidade das Laranjeiras” e “Maternidade da Faculdade” no período de janeiro de 1901 a janeiro de 1930. Vale ressaltar que o início do período justifica-se por ser coincido ao início da construção do banco de dados da unidade.

Sendo delimitada a amostra por conveniência, serão utilizados todos os registros existentes no período definido, totalizando um $n= 300$.

3.1.3 Critérios de inclusão e exclusão

Os critérios de inclusão serão aqueles que se referirem as expressões “Maternidade do Rio de Janeiro”, “Maternidade das Laranjeiras” e “Maternidade da Faculdade”, durante o período delimitado.

Os critérios de exclusão serão aqueles cujos os dados extraídos das fontes, apesar de terem destacados os termos escolhidos, não terem nenhuma referencia com eles, ou ultrapassarem os anos de 1930.

3.1.4 Coleta dos dados

Os dados serão obtidos a partir dos registros dos jornais e documentos consultados, sendo imediatamente amparados em bibliografia pertinente e organizados em fichas organizadas por fonte, data e posteriormente transcritas.

3.1.5 Análise dos dados

A análise dos dados será conduzida por meio de uma discussão conceitual que procurará articular e interpretar as relações entre os dados, chegando assim a conclusões que esclareçam as condições acerca daquilo que foi encontrado (MINAYO, 2002)

3.2 Riscos e benefícios

3.2.1 Riscos

Mesmo se configurando como uma pesquisa histórica, em sua grande maioria documental, de acordo com a resolução nº 466/12, toda pesquisa envolvendo seres humanos é passível de risco, ainda que mínimo, se comparado aos benefícios obtidos.

O pesquisador declara não possuir conflito de interesses.

3.2.2 Benefícios

O conhecimento e compreensão da história da ME/UFRJ, nos permite tomar consciência não apenas da trajetória da instituição, bem como de sua contribuição para a sociedade.

Já para a Maternidade Escola/ UFRJ, a relevância desse estudo representa uma forma de fortalecimento, proteção e manutenção de sua contribuição e história de excelência, do desaparecimento.

3.3 Aspectos éticos

O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da instituição proponente do estudo, sendo aprovado sobre parecer número 2.247.535. A coleta dos dados se iniciou logo após aprovação do projeto pelo órgão acima citado.

Cabe ressaltar que todos os princípios éticos da pesquisa serão contemplados, de acordo com a Resolução 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) (BRASIL, 2012; BRASIL, 2016).

A confidencialidade dos dados será preservada e as informações serão de responsabilidade do pesquisador. Os documentos do estudo serão arquivados pelo pesquisador pelo tempo previsto pela legislação.

4 RESULTADOS

Ao iniciar a busca nos centros de memória e guarda documental, a primeira palavra-chave buscada foi “maternidade do Rio de Janeiro”, foram obtidas 1826 ocorrências. Dentro deste número 723 foram descartados por não responderem à questão da pesquisa e 7 por não se relacionarem ao período pesquisado. Já através da busca pela palavra chave “maternidade das Laranjeiras”, foram encontradas 1913 ocorrências. Do total, 670 foram descartadas por não responderem a questão da pesquisa e 8 por não se relacionarem ao período estudado. Já no Scielo a busca se deu através da palavra chave “maternidade”, e encontrou cerca de 1134 referência, das quais apenas 7 foram selecionadas por estar relacionadas ao tema.

5 DISCUSSÃO

A busca em questão evidencia, uma escassez dos artigos e trabalhos dentro da área das ciências da saúde, que abordem a criação e o estabelecimento de instituições de apoio e assistência a mulher carente, no período da Primeira República (1889-1930) e sua manutenção até os dias atuais, em especial dentro da área de abrangência da saúde da mulher.

Percebemos que em meio a novos estudos, poucos abrangem a criação dos espaços destinados a mulher, no início do século XX. Essa escassez também é percebida dentro das ciências sociais, mesmo apesar dos inúmeros recentes trabalhos que surgem e versam nas mais diferentes áreas de interesse da história da saúde. Os estudos produzidos nos últimos anos, iniciados na década de 1970, em sua maioria, referem-se a períodos mais recentes, com abordagem no

desenvolvimento e criação do SUS, e o papel das maternidades dentro desse contexto, o que deixa lacunas não estudadas nos períodos anteriores.

Sem dúvida a abordagem desse tema tem uma importância incontestável, não apenas no meio acadêmico, mas serviria para construirmos, através de um trabalho que foi desenvolvido e estabelecido em bases sólidas, novas perspectivas e abordagens capazes de responder à questões que encontramos ainda hoje no cenário da saúde, em especial na saúde da mulher.

Não podemos deixar de destacar que em diferentes momentos da pesquisa nos encontramos em um labirinto, onde apesar dos dados não conseguimos encontrar motivações para atos e acontecimentos. Mas, no decorrer da pesquisa histórica muitas vezes nos deparamos com mais questionamentos do que com as respostas que esperamos encontrar. E justamente por isso, devemos continuar e seguir pesquisando.

No decorrer na pesquisa, nos utilizamos bastante de uma história considerada oficial, onde os acontecimentos acabam por se organizar através da narrativa de personalidades médicas e políticas como Fernando Magalhães e Antonio Rodrigues Lima. Através de suas contribuições deixadas em seus registros, temos um parecer daquilo que era interessante a eles deixar registrado. Essa característica pode deixar transparecer uma fragilidade do trabalho, mas na verdade, devemos encarar esse aspecto como uma possibilidade ou mesmo uma chance de perceber através deles novas perspectivas que não estão claras, mas podem surgir em suas falas e comportamentos.

Ainda há um longo caminho a se percorrer, na necessidade da construção de mais estudos que tornem-se capazes de colaborar com perspectivas inovadoras e tenham a aplicabilidade para difundirem um maior número de reflexões críticas que servirão de base para discussões e modificações profundas no âmbito das ciências sociais e ciências da saúde.

6 CONCLUSÃO

Após análise das fontes e da bibliografia pertinente, podemos analisar a experiência da Maternidade do Rio de Janeiro / Maternidade das Laranjeiras / Maternidade da Universidade do Rio de Janeiro (1904-1930), em um amplo contexto de transformações urbanas, político e econômicas do Brasil, com destaque para a cidade do Rio de Janeiro, e suas relações com questões assistências presentes nesse momento histórico.

Dessa forma, foi possível perceber através da dinâmica do funcionamento da instituição, a importância da atuação dos diferentes atores envolvidos, apesar de não aprofundarmos uma

discussão acerca de suas motivações, mas ainda sim destacamos importantes questões pertinentes ao campo da saúde da mulher, como se faziam presentes e suas articulações em meio aos debates científicos travados no século XX.

Ao lidar com uma instituição voltada ao atendimento de mulheres, pobres em sua maioria, fundada no período da Primeira República, a primeira questão é perceber como a historiografia vem abordando o tema da saúde materna e suas representações, durante os anos iniciais do período republicano. Percebe-se que a produção historiográfica, apesar de ser um campo em constante crescimento, necessita de mais estudos que abordem a produção e divulgação científica acerca da saúde da mulher, em especial, no período da Primeira República. Apesar de encontrarmos, sem dúvida, excelentes exemplos de alguns estudos que nos remetem a esse campo de estudo, ainda precisamos caminhar e nos aprofundar muito nas discussões que nos levarão a compreender os primeiros programas e ações voltadas à saúde da mulher e da gestante, que estipularam importantes bases para o que encontramos nos dias atuais, mas gestados ainda na Primeira República (MAIA, 2010).

Em relação a assistência às mulheres pobres, encontramos desde meados do século XIX crescentes ações de filantropia por parte de particulares, ações essas fundamentadas em um princípio que buscava, eficientemente a solução de problemas pontuais da sociedade, mesmo que através de modelos superficiais de auxílio. Mas a filantropia não explica tudo e podemos destacar também ações, ainda que poucas, por parte do Estado, que buscava encontrar meios para amparar e cuidar de uma parcela importante da população, que seria a responsável pelos futuros novos cidadãos do país - as mulheres. É importante ainda destacar que, essas medidas de atuação filantrópicas nas mazelas sociais, por não se organizarem a partir de esferas de poder federal ou local, de maior abrangência, são incapazes de se aproximar às reais soluções (ABREU, 2015).

Em paralelo a essas atitudes filantrópicas, podemos destacar outras motivações que poderiam estar ligadas a obtenção de um capital mais valioso do que o financeiro. Percebemos nessas tentativas o sentido da construção de relações que respeitariam uma lógica que iria além de uma questão puramente ideológica.

Observa-se ainda que no Brasil, em especial a partir dos anos 1980, um aumento dos estudos sobre a saúde da mulher, porém, sem o destaque as fundamentais instituições que iniciaram esses cuidados. Na cidade do Rio de Janeiro, podemos destacar dois exemplos dessas instituições - Pro Matre e a Maternidade Escola da UFRJ. A primeira, fundada em 1918, e abordada pelo trabalho de Maria Renilda Reny Barreto, encerrou suas atividades nos anos de 2010, já a Maternidade Escola da UFRJ, permanece desempenhando suas atividades ainda nos

idas atuais e apesar de algumas referências em alguns estudos, nunca teve nenhuma publicação voltada exclusivamente para sua história e importância.

Assim, a Maternidade do Rio de Janeiro, hoje Maternidade Escola da UFRJ não pode ser vista como uma instituição comum. Ela deve ser vista como um resultado de debates entre diferentes atores presentes nas mais diversas esferas de poder, tornando-a no passar dos anos, um espaço de real significância na construção, discussão e propagação de saberes, ensino e assistência, não apenas para a área da obstetrícia, bem como para a saúde materno-infantil brasileira.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. 4 ed. Rio de Janeiro: Inplanrio/ Zahar, 2006.

ABREU, L. Prefácio. *In*: SANGLARD, *et al.* **Filantropos da Nação**: sociedade, saúde e assistência no Brasil e em Portugal. Rio de Janeiro: FGV, 2015. p. 7-12.

AZEVEDO, A. N. **A grande reforma urbana do Rio de Janeiro**: Pereira Passos, Rodrigues Alves e as idéias de civilização e progresso. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2016.

ALONSO, A. M. **Ideias em movimento**: a geração 70 na crise do Brasil Império. São Paulo. Paz e Terra, 2002.

ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, n. 76, p. 49-86, 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452009000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 08 nov. 2019.

BARMAN, R. **O imperador cidadão e a construção do Brasil**. São Paulo: Unesp, 2010.

BARRETO, M. R. N. Dar à luz no Rio de Janeiro da Belle époque: o nascimento das maternidades (1870-1920). *In*: SANGLARD, *et al.* **Filantropos da Nação**: sociedade, saúde e assistência no Brasil e em Portugal. Rio de Janeiro: FGV, 2015. p. 185-202.

BLOCH, M. **Apologia da história**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto n. 5117 de 18 de janeiro de 1904**. Organiza a Maternidade do Rio de Janeiro. DOU, seção 1, 20 de janeiro de 1904, p. 337. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-5117-18-janeiro-1904-502889-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 mar. 2020.

BRASIL. Decreto n. 3604 de 11 de dezembro de 1918. Organiza a Maternidade do Rio de Janeiro. **Diário Oficial da União**, seção 1, 20 de janeiro de 1904.

BRASIL. Ministerio do Império. **Relatório da Repartição dos Negócios do Império**. Rio de Janeiro. 1881, p. 1-51

Brasil. Ministério da Fazenda. **Relatório do Ministério da Fazenda**. Rio de Janeiro, 1903, p.475-490.

Brasil. Ministério da Justiça e Interior. **Relatórios do Ministério da Justiça e Interior**. Rio de Janeiro, 1904, p.337-342.

Brasil. Ministério da Justiça e Interior. Directoria do Interior. Maternidade do Rio de Janeiro. **Relatórios do Ministério da Justiça e Interior**. Rio de Janeiro, 1905, p.215-221.

Brasil. Ministério da Justiça e Interior. Directoria do Interior. Maternidade do Rio de Janeiro. **Relatórios do Ministério da Justiça e Interior**. Rio de Janeiro, 1906, p. 292-295.

Brasil. Ministério da Justiça e Interior. Directoria do Interior. Maternidade do Rio de Janeiro. **Relatórios do Ministério da Justiça e Interior**. Rio de Janeiro, 1907, p.178-180.

Brasil. Ministério da Justiça e Interior. Directoria do Interior. Maternidade do Rio de Janeiro. **Relatórios do Ministério da Justiça e Interior**. Rio de Janeiro, 1908, p. 135-137.

Brasil. Ministério da Justiça e Interior. Directoria do Interior. Maternidade do Rio de Janeiro. **Relatórios do Ministério da Justiça e Interior**. Rio de Janeiro, 1909, p.138-139.

Brasil. Ministério da Justiça e Interior. Directoria do Interior. Maternidade do Rio de Janeiro. **Relatórios do Ministério da Justiça e Interior**. Rio de Janeiro, 1910, p.130-132.

Brasil. Ministério da Justiça e Interior. Directoria do Interior. Maternidade do Rio de Janeiro. **Relatórios do Ministério da Justiça e Interior**. Rio de Janeiro, 1911, p.68-70.

Brasil. Ministério da Justiça e Interior. Directoria do Interior. Maternidade do Rio de Janeiro. **Relatórios do Ministério da Justiça e Interior**. Rio de Janeiro, 1912, p.18-19.

Brasil. Ministério da Justiça e Interior. Directoria do Interior. Maternidade do Rio de Janeiro. **Relatórios do Ministério da Justiça e Interior**, Rio de Janeiro, 1913, p.32-33.

Brasil. Ministério da Justiça e Interior. Directoria do Interior. Maternidade do Rio de Janeiro. **Relatórios do Ministério da Justiça e Interior**, Rio de Janeiro, 1914, p. 29-31.

Brasil. Ministério da Justiça e Interior. Directoria do Interior. Maternidade do Rio de Janeiro. **Relatórios do Ministério da Justiça e Interior**, Rio de Janeiro, 1915, p.62-64.

Brasil. Ministério da Justiça e Interior. Directoria do Interior. Maternidade do Rio de Janeiro. **Relatórios do Ministério da Justiça e Interior**, Rio de Janeiro, 1916, p.113-114.

Brasil. Ministério da Justiça e Interior. Directoria do Interior. Maternidade do Rio de Janeiro. **Relatórios do Ministério da Justiça e Interior**, Rio de Janeiro, 1917, p.87-88.

Brasil. Ministério da Justiça e Interior. Directoria do Interior. Maternidade do Rio de Janeiro. **Relatórios do Ministério da Justiça e Interior**, Rio de Janeiro, 1918, p.79-80.

Brasil. Ministério da Justiça e Interior. Directoria do Interior. Maternidade do Rio de Janeiro. **Relatórios do Ministério da Justiça e Interior**, Rio de Janeiro, 1919, p.25-26.

BRENES, A. C. história da parturição no Brasil- século XIX. **Caderno de Saúde Pública**, v.7, n.2, p. 135-149, 1991.

BURKE, P. **A Escoa dos Annales (19129-1989)**: a revolução francesa da historiografia. Tradução de Nilo Odalia. São Paulo: Unesp, 1997.

CARNEIRO, M. R. S. R. **A Maternidade como política pública**: a criação de uma escola para o "povo" nascer. Disponível em http://www.economia.unam.mx/cladhe/registro/ponencias/368_abstract.pdf>. Acesso em 18 jun. 2019.

CARVALHO, J. M. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e república que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987

CARULA, K. **As conferências populares da Gloria e as discussões do darwinismo na imprensa carioca (1873-1880)**. 2007. 179f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2007.

CARULA, K (org.). **Os intelectuais e a nação**: educação, saúde e a construção de um Brasil moderno. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2013.

CHALHOUB, S. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

COELHO, E. C. **As profissões imperiais**: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro (1822-1830). Rio de Janeiro: Record, 1999.

COELHO, E. M. G. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro-pós 1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2011.

CONSELHO NACIONAL DA SAÚDE (CNS). **Resolução n. 510, de 7 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em ciências humanas e sociais. Disponível em: <[http:// conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf](http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf)>. Acesso em: 26 out. 2017.

CORADINI, O.L. A formação da elite médica a Academia Nacional de Medicina e a França como centro de importação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.35, janeiro-julho 2005, p.3-22. Disponível em : <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2232>. Acesso em: 06 abr. 2019.

COSTA, E.V. da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. 7ed. São Paulo: Unesp, 1999.

COSTA, J. F. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1979

FEBVRE, L. Face ao vento: manifesto dos novos annales. *In*: NOVAIS, F.; SILVA, R. **Nova história em perspectiva**. São Paulo: Cosac & Naify, 2011.

FERREIRA, L.O; MAIO,M.C; AZEVEDO, N. A sociedade de medicina e cirurgia do Rio de Janeiro: a gênese de uma rede institucional alternativa. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, v. 4, n.3, p. 475-491, nov.1997-fev.1998.

FERREIRA, M. M; PINTO, S. C. S. A crise dos anos 1920 e a revolução de 1930. *In*: FERREIRA, J.;e DELGADO, L. A. N. **Brasil Republicano**. vol.1: O tempo do liberalismo excluyente: da proclamação da república à revolução de 30. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p.387-415

FIGUEIREDO, B. G. Barbeiros e cirurgiões: atuação dos práticos ao longo do século XIX. **História, Ciências, Saúde — Manguinhos**, v. 6, n. 2, p. 277-291, jul.-out. 1999.

FREIRE, M. M. de L. Quando a caridade encontra a ciência : um olhar sobre a trajetória do dr. Arthur Moncorvo Filho. *In*: SANGIARD, X *et al.* **Filantropos da Nação: sociedade, saúde e assistência no Brasil e em Portugal**. Rio de Janeiro: FGV, 2015. p. 113-132.

FURTADO, J. Barbeiros, cirurgiões e médicos nas Minas coloniais. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, v.41: 88-105, jul-dez. 2005. Disponível em http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/Barbeiros_cirurgioes_e_medicos_nas_Minas_colonial.PDF>. Acesso em: 23 jul. 2019.

GERSON, B. **História das ruas do Rio de Janeiro**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bem-te-vi, 2015.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, M. M; MELLO VARGAS, S. S.; VALLADARES, A. F. **A Faculdade de Medicina primaz do Rio de Janeiro em cinco séculos de história do Brasil**. São Paulo: Atheneu, 2001.

GOMES, O. C. Fundação do ensino médico no Brasil. **Revista de História**. São Paulo, v.5, n.7, 1951. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/issue/view/2847>. Acesso em: 28 nov. 2018.

GOUVEIA, J. T. N. de A. Verbetes FGV CPDOC, 2019. Disponível em <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-tomas-nabuco-de-gouveia>. Acesso em: 14 fev. 2020.

HOBBSAWN, E. **Era dos Impérios: 1875-1914**. São Paulo: Paz e Terra, 2005
LEBRUN, F. 'Os cirurgiões-barbeiros'. In: LE GOFF, J. (org.). **A doença tem história**. Lisboa: Terramar, 1985.

LESSA, R. **A invenção republicana: Campos Salles, as bases e a decadência da Primeira República brasileira**. 3 ed. Rio de Janeiro: IUPERJ; São Paulo: Vértice, 2015.

LIMA, A. R. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro-pós 1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2011.

LIMA, A. R. **A questão**. Bahia: Imprensa Econômica, 1885.

MAIA, M. B. **Humanização doparão: política pública, comportamento organizacional e ethos profissional**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.

MAGALHÃES, F. **O centenário da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1832-1932)**. Rio de Janeiro: Typ. A.P. Barthel, 1932

MARTINS, A. P. V. **Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Caminhos do pensamento: epistemologia e método**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2016.

MOTT, M. L. Assistência Ao Parto: Do Domicílio Ao Hospital (1830-1960). **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S.l.], v. 25, ago. 2002. ISSN 2176-2767. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/10588/7878>>. Acesso em: 28 nov. 2019.

NABUCO, J. T. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. Verbetes bibliográficos. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010

NEVES, M. S. Os cenários da república: O Brasil na virada do século XIX para século XX. *In*; FERREIRA, J; DELGADO, L.A.N. **Brasil Republicano**. vol. 1: O tempo do liberalismo excludente: da proclamação da república à revolução de 30. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 13-44.

OTTONI, J. B. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. Verbete bibliográfico. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010

PAIVA, A. N. de. **Assistência pública e privada no Rio de Janeiro**: história e estatística. Rio de Janeiro: Typografia do anuário do Brasil, 1922.

PAULINO NETTO, A. A cirurgia no século XXI. **Rev. Col. Bras. Cir.**, v.37, n.2, p.83, 2010.

PIMENTA, T. S. Barbeiros, sangradores e curandeiros no Brasil (1808-1828). **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, v.5, n.2, p. 349-373, jul-out 1998.

PIMENTA, T. S.; DELAMARQUE, E. V. O estado da Misericórdia: assistência à saúde no Rio de Janeiro, século XIX. *In*: SANGLARD, G. P.; *et al.* (orgs.). **Filantropos da Nação**: sociedade, saúde e assistência no Brasil e em Portugal. Rio de Janeiro: FGV/FAPERJ, 2015. p. 39-53.

PRIORE, M. Del. Ritos da vida privada. *In*: SOUZA, L.de M (org.). **História da Vida Privada no Brasil**. vol 1. São Paulo: Companhia da Letras, 1997.

PRIORE, M. Del. **Histórias da gente brasileira**: república - memórias (1889-1950). vol 3. Rio de Janeiro: LeYa, 2017.

QUINTELLA, A. T. de O. Academia Nacional de Medicina. Disponível em http://www.anm.org.br/conteudo_view.asp?id=206. Acesso em: 16 set. 2019.

SANGLARD, G. *et al.* **Filantropos da nação**: sociedade, saúde e assistência no Brasil e em Portugal. Rio de Janeiro: FGV, 2015

SANTOS FILHO, L. C. **História Geral da Medicina Brasileira**. vol. 1. São Paulo: USP, 1991.

SEVCENKO, N. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. *In*: NOVAIS, A.F. **História da vida privada no Brasil**: cotidiano e vida privada no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 7-48.

SILVA, T. L. **Entre a ação legislativa e o constrangimento político**: o conselho municipal do Distrito Federal (1921-1930). Local: FGV, 2013

VILLALTA, L. C. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. *In*: SOUZA, L. de M. (Org.). **História da vida privada no Brasil**: cotidiano e vida privada na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 331-385.

A Época, Rio de Janeiro, 23/03/1915. n.2344, p.2.

A Maternidade do Rio de Janeiro. **A Época**, Rio de Janeiro, 15/12/1918. n.941, p.1.

A Maternidade das Laranjeiras. **A Imprensa**, Rio de Janeiro, 13/06/1908. n.187, p.1.

Campo de Sant'Anna. Festas Joanninas. **A Imprensa**, Rio de Janeiro, 13/06/1910. n.904, p.6.

Despeza. **A Imprensa**, Rio de Janeiro, 04/09/1912. n. 1707, p.8.

A Imprensa, Rio de Janeiro, 18/08/1913. n. 1840, p.2.

Justiça. **A Imprensa**, Rio de Janeiro, 15/01/1914. n. 1989, p.4.

Anniversarios. **A Noite**, Rio de Janeiro, 20/08/1913. n. 655, p.4.

A Maternidade das Laranjeiras. **A Noite**, Rio de Janeiro, 02/01/1915. n.1087, p.4.

Três corações no mesmo ventre!. **A Noite**, Rio de Janeiro, 16/08/1923. n. 1208, p. 1-2.

A vergonhosa situação da Maternidade das Laranjeiras. **A Noite**. Rio de Janeiro, 12/06/1930. n. 6671, p.1

Maternidade. **A Notícia**. Rio de Janeiro, 21-22 de julho de 1902. n. 170, p.1.

A Notícia. Rio de Janeiro, 16-17 de fevereiro de 1903. n.41, p.1.

A Notícia. Rio de Janeiro, 18/01/1913. n.15, p.2.

Os serviços da Maternidade. **A Notícia**. Rio de Janeiro, 24-25 de julho de 1915. n.194, p.1.

O que é a Maternidade do Rio. **A Rua**. Rio de Janeiro, 06/03/1917. n.62, p.1.

A subvenção municipal aos institutos de caridade. **A Rua**. Rio de Janeiro, 05/03/1920. n.61, p.2.

Annaes da Academia de Medicina. Rio de Janeiro, 1892

Annaes da Academia de Medicina. Rio de Janeiro, 1893

BRAGA, Cincinato. **Annaes da Camara dos Deputados**, Rio de Janeiro, 03/10/1901, p. 43-47.

COELHO, Erico. **Annaes da Camara dos Deputados**, Rio de Janeiro, 09/11/1904, p. 98-102.

GUANABARA, Alcindo. **Annaes da Camara dos Deputados**, Rio de Janeiro, 19/09/1907. p. 599-600.

LIMA, Rodrigues. **Annaes da Camara dos Deputados**, Rio de Janeiro, 26/11/1913. p.333.

GOUVEA, Nabuco. **Annaes da Camara dos Deputados**, Rio de Janeiro, 09/08/1917. p. 572-577

O Brazil-Medico: revista semanal de medicina e cirurgia, Rio de Janeiro, v. 13, 1899

O Brazil-Medico : revista semanal de medicina e cirurgia, Rio de Janeiro, v. 14, 1900

Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 22/07/1902. n.403, p.1.

A Maternidade. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 22/09/1903. n.833, p.4

Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 23/01/1908. n. 2415, p.5.

Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 04/07/1909. n.2909, p.5.

Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 04/11/1914. n.5732, p.1.

Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 06/03/1915. n.5854, p.1.

Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 06/03/1917. n.6585, p.1.

Pingos e respingos. **Correio da Manhã**, 18/09/1930. n.10964, p.2.

A profanação da Maternidade. **Correio da Noite**, Rio de Janeiro, 17/04/1913. n.86, p.1.

O que se passa na Maternidade das Laranjeiras. **Diario da Noite**. Rio de Janeiro, 11/09/1930. n.289, p.2.

O Dr. Rodrigues Lima. **Gazeta da Tarde**. Bahia, 29/10/1885. n.239, p.2.

Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro, 03/01/1896. n. 3, p.1.

Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro, 27/01/1897. n.27, p.1.

Saúde Pública.**Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, 02/10/1901. n.282, p.1.

Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro, 31/01/1903. n.31, p.3.

Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro, 19/08/1904. n. 232, p.1.

Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 29/02/1908. n. 60, p.2.

Em resumo. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 22/06/1911. n.173, p.3.

A Maternidade do Rio de Janeiro: um estabelecimento útil. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 01/02/1912. n.32, p.1.

Na pasta da Justiça. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 12/03/1914. n.70, p.4.

Na Maternidade. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 05/03/1917. n.64, p.1.

Gazeta do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 12/08/1809. n.96, p.4.

Maternidade do Rio de Janeiro: escola profissional de enfermeiras. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 11/07/1905. n.192, p.8.

A Maternidade. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 13/09/1907. n.256, p.3.

Ministério do Interior. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 06/08/1914. n.218, p.11.

Mapa demonstrativo do movimento dos partos na Maternidade Municipal, de abril a dezembro de 1881. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 29/01/1882. n.29, p.2.

Ilma. Camara Municipal. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 13/02/1883. n.44, p.2.

Maternidade de Santa Isabel. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 26/08/1888. n.238, p.2.

Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 03/05/1889. n.122, p.1.

Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 13/03/1895. n.72, p.2.

Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 14/02/1898. n.45, p.2.

Viação e Obras. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 03/03/1898. n.62, p.3.

Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 16/03/1899. n.75, p.2.

Camara dos Deputados. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 21/09/1899. n.263, p.3.

Maternidade do Rio de Janeiro. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 19/11/1905. n. 322, p.5.

Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 30/01/1910. n.30, p.7.

Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 01/09/1913. n.361, p.4.

Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 08/02/1914. n.39, p.6.

Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 02/09/1915. n.244, p.8.

Congresso Nacional. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 28/09/1915. n.270, p.2-3.

Renda da Diretoria Geral do Patrimônio. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 27/10/1916. n.300, p.15.

Despeza. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 08/11/1916, n.312, p.13.

Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 09/11/1916, n.313, p.9.

Auxílios e subvenções. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 14/09/1917. n.256, p.14.

Escola de enfermagem. **Jornal do Commercio** - Edição da Tarde, Rio de Janeiro, 08/01/1918. n.6, p.5.

Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 18/03/1919. n.76, p.5.

Auxílios e subvenções. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 06/01/1923. n.5, p.20.

Dr. Manoel Lazary. **O Fluminense**, Rio de Janeiro, 06/04/1918. n.10.650, p.2.

Dr. Manoel Lazary. **O Fluminense**, Rio de Janeiro, 07/05/1918. n. 10.651, p.2.

Sociedade de Medicina e Cirurgia: assistência infantil e a mortalidade do Rio de Janeiro - crianças recém-nascidas embrulhada em papel de jornal - impressões de um serviço oficial. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 26/10/1921. n. 847, p.12.

A direção da Maternidade das Laranjeiras. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 21/12/1922. n.1208, p.2.

MAGALHÃES, Fernando. O ensino de clínica obstétrica. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 24/10/1928. n.3040, p.1.

VERITAS, Duras. Maternidade das Laranjeiras. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 19/06/1930. n.3557, p.6.

Academia Nacional de Medicina. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 22/08/1930. n.3612, p.16.

Academia Nacional de Medicina: o discurso do professor Fernando Magalhães pronunciado na última sessão. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 06/09/1930. n.3625, p.2.

No Monroe - um requerimento do sr. Gonçalves Maia sobre o pagamento de despesas ilegais. **O Imparcial: Diário Ilustrado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 10/08/1917. n.1680, p.4.

A Maternidade: inauguração do seu edifício. **O Paiz**, Rio de Janeiro, 21/09/1903. n.6922, p.2.

O Paiz, Rio de Janeiro, 23/06/1903. n.6864, p.1.

Questão de escrúpulos. **O Paiz**, Rio de Janeiro, 26/03/1904. n.7109, p.1.

BRITO, Florianno. Problema universitário. **O Paiz**, Rio de Janeiro, 14/07/1904. n.7219, p.1.

LIMA, Rodrigues. A Maternidade. **O Paiz**, Rio de Janeiro, 15/06/1908. n.8656, p.2.

A Maternidade: grande festival em benefício. **O Paiz**, Rio de Janeiro, 17/10/1908. n.8780, p.3.

O Paiz, Rio de Janeiro, 28/10/1911. n.9883, p.2.

O Paiz, Rio de Janeiro, 15/03/1914. n.10.751, p.11.

O Paiz, Rio de Janeiro, 25/03/1915. n.11.126, p.2.

O caso da Maternidade: a victoria de uma carta anonyma. **O Paiz**, Rio de Janeiro, 16/04/1915. n.11.148, p.2.

O Paiz, Rio de Janeiro, 04/08/1915. n.11.258, p.1.

Camara. **O Paiz**, Rio de Janeiro, 10/08/1917. n. 11.994, p.6.

Renascença: Revista mensal de letras, sciencias e artes. Rio de Janeiro, março,1904. n. 1, p.24-28.

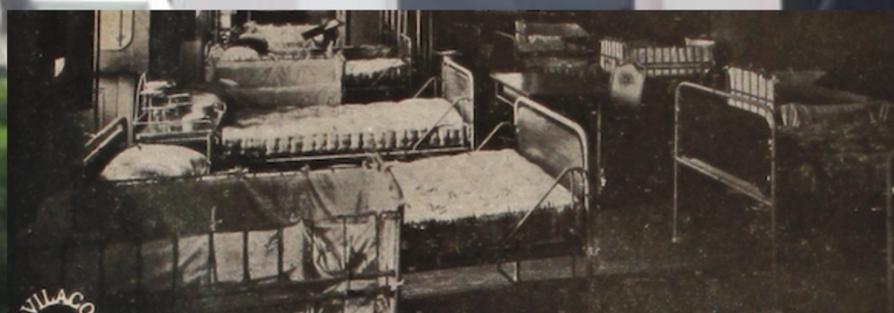
Revista de Ginecologia e D'Obstetrícia. Rio de Janeiro. outubro,1923.

APENDICE: O MUSEU VIRTUAL

 museuvirtualmeufrj.blogspot.com

Museu Virtual Maternidade Escola da UFRJ

Este espaço se destina a divulgar a história e toda a produção que a Maternidade Escola da UFRJ vem desenvolvendo desde sua fundação, há mais de um século, em 1904, até os dias atuais. Esse projeto é de total responsabilidade de seus criadores, os pesquisadores Caroline Pereira Damin Pritsivelis e o professor Doutor Antônio Rodrigues Braga Neto.



Atendimentos e estrutura

em dezembro 20, 2019



**Maternidade
Escola UFRJ**

[Visitar perfil](#)

Arquivo



[Denunciar abuso](#)



UFRJ - MATERNIDADE
ESCOLA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO DE JANEIRO



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DA EMENDA

Título da Pesquisa: Maternidade Escola da Universidade Federal do Rio de Janeiro: Uma instituição de história, assistência, ensino, formação profissional, inovação tecnológica e pesquisa em saúde perinatal

Pesquisador: CAROLINE PEREIRA DAMIN PRITSIVELIS

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 74057317.9.0000.5275

Instituição Proponente: Maternidade-Escola da UFRJ

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.823.074

Apresentação do Projeto:

Trata-se de uma emenda ao projeto de Dissertação de Mestrado da discente, onde em uma pesquisa histórica com abordagem qualitativa, retrospectiva, com auxílio de pesquisa documental, realizará em diferentes centros de documentação e bibliotecas e com o uso de acervo pessoal e entrevistas. Onde a autora incluiu 01 objetivo a pesquisa proposta que é: Conhecer a história da Maternidade Escola da UFRJ a partir de sua fundação até o ano de 1944.

Objetivo da Pesquisa:

- Conhecer a história da Maternidade Escola da UFRJ nos seus primeiros 40 anos (1904-1944);
- Identificar as principais ações que estabeleceram a instituição na posição de destaque em suas áreas de excelência.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

RISCO: Ainda que o estudo se configure como uma pesquisa histórica, em sua maioria documental, de acordo com a resolução 466/12, toda pesquisa com seres humanos oferece algum tipo de risco, ainda que mínimo, se comparado aos benefícios obtidos. No presente estudo não há a participação direta do objeto, e os dados serão obtidos por meio de fontes primárias e secundárias.

Endereço: Rua das Laranjeiras, 180

Bairro: Laranjeiras

CEP: 22.240-003

UF: RJ

Município: RIO DE JANEIRO

Telefone: (21)2556-9747

Fax: (21)2205-9064

E-mail: cep@me.ufrj.br



UFRJ - MATERNIDADE ESCOLA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO



Continuação do Parecer: 3.823.074

BENEFÍCIO: A investigação e o conhecimento da história da Maternidade Escola da UFRJ, permite não apenas tomar consciência de uma importante instituição e sua trajetória. Mais do que conhecer sua história, é destacar o que esse estabelecimento em seus 113 anos trouxe de contribuições para a sociedade. Modelos de assistência de qualidade replicáveis, inovação tecnológica e qualificação profissional são algumas delas.

Para a instituição em questão (ME/UFRJ), o conhecimento da importância de sua história representa um recurso eficiente na tentativa de consolidação do sentimento de fortalecimento da própria instituição, protegendo-a de seu desaparecimento.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa factível e pertinente ao Programa que está inserida, pois possuirá um produto consistente e de retorno social.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Não se aplica.

Recomendações:

Não se aplica.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Recomenda-se aprovação da emenda proposta.

Considerações Finais a critério do CEP:

De acordo com a Resolução CNS 466/2012, inciso XI.2., e com a Resolução CNS 510/2016, artigo 28, incisos III, IV e V, cabe ao pesquisador:

- elaborar e apresentar os relatórios parciais e final;
- apresentar no relatório final que o projeto foi desenvolvido conforme delineado, justificando, quando ocorridas, a sua mudança ou interrupção
- apresentar dados solicitados pelo CEP ou pela CONEP a qualquer momento;
- manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período de 5 anos após o término da pesquisa;
- encaminhar os resultados da pesquisa para publicação, com os devidos créditos aos pesquisadores associados e ao pessoal técnico integrante do projeto; e
- justificar fundamentadamente, perante o CEP ou a CONEP, interrupção do projeto ou a não publicação dos resultados.

Endereço: Rua das Laranjeiras, 180

Bairro: Laranjeiras

CEP: 22.240-003

UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO

Telefone: (21)2556-9747

Fax: (21)2205-9064

E-mail: cep@me.ufrj.br



**UFRJ - MATERNIDADE
ESCOLA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**



Continuação do Parecer: 3.823.074

Obs.: O parecer consubstanciado, emitido pelo colegiado, encontra-se disponível na árvore lateral esquerda de arquivos, na pasta "Pareceres".

Caso o pesquisador necessite submeter uma emenda futuramente, favor seguir o modelo e orientações de preenchimento disponibilizados no site do CEP ME-UFRJ.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_148306_0_E1.pdf	02/12/2019 11:35:38		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	wprojetodetalplataforma.docx	02/12/2019 11:32:11	CAROLINE PEREIRA DAMIN PRITSIVELIS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	18/08/2017 23:09:12	CAROLINE PEREIRA DAMIN PRITSIVELIS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetodetalhome.doc	18/08/2017 23:07:08	CAROLINE PEREIRA DAMIN PRITSIVELIS	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	18/08/2017 23:02:58	CAROLINE PEREIRA DAMIN	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

RIO DE JANEIRO, 05 de Fevereiro de 2020

Assinado por:
Ivo Basílio da Costa Júnior
(Coordenador(a))

Endereço: Rua das Laranjeiras, 180

Bairro: Laranjeiras

CEP: 22.240-003

UF: RJ

Município: RIO DE JANEIRO

Telefone: (21)2556-9747

Fax: (21)2205-9064

E-mail: cep@me.ufrj.br